

Secas e Fomes em Cabo Verde no Alvorecer do Século XX
A crise de 1901-1904. Causas e consequências

Jacinto Augusto Lourenço

Dissertação de Mestrado
em História do Império Português

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Setembro, 2021

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História do Império Português, realizada sob a orientação científica de Professor Doutor Pedro Aires Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Ao sr. Professor Doutor Pedro Aires Oliveira, meu orientador, deixo expressa a gratidão por ter aceitado orientar-me ao longo deste caminho que agora atinge o epílogo. Agradeço a sua paciência e compreensão e, bem assim, a forma como me ajudou a encontrar as minhas falhas e insuficiências bem como o seu olhar criterioso, atendo e dedicado; o seu sentido crítico que me recolocou algumas vezes no caminho a seguir. As suas sugestões e chamadas de atenção mostraram-se fundamentais para que esta minha dissertação pudesse concretizar-se. Agradeço-lhe também as palavras de incentivo que sempre encontrou para me animar nesta jornada.

Deixo igualmente a minha gratidão à minha família, pelo apoio, incentivo e suporte que me dispensou, em especial ao meu filho Pedro Lourenço, pela sua incansável ajuda nas minhas hesitações e dúvidas informáticas.

Secas e fomes em Cabo Verde no alvorecer do século XX

A crise de 1901-1904. Causas e consequências

Jacinto Augusto Lourenço

RESUMO

A investigação histórica procura situar e interpretar os acontecimentos que afectam as sociedades humanas da forma o mais objectiva possível. Trazer ao conhecimento o porquê, o como, as causas e as consequências das crises de secas e fomes em Cabo Verde, em particular a de 1901-1904, bem como os actores que nela intervieram, naturais e humanos, sem afloramentos emocionais, foi o que se procurou na presente investigação visando esclarecer e compreender como aconteceu, e porque aconteceu, na justa medida em que as fontes o permitem. A melhor expectativa é que este trabalho possa abrir caminho para futuras investigações que conduzam a uma mais ampla compreensão das dinâmicas que permitiram que a antiga colónia portuguesa registasse cíclicos períodos de razia dos já de si débeis equilíbrios, sociais, económicos e estruturais presentes no arquipélago de Cabo Verde com uma muito expressiva perda de vidas.

Palavras-chave: Cabo Verde, clima, secas, crise, emigração, fome

ABSTRACT

The historical research seeks to situate and interpret the events that affect human societies as objectively as possible. To bring to the knowledge the why, how, causes and consequences of drought and famine crises in Cape Verde, in particular that of 1901-1904, as well as the actors who intervened in it, natural and human, without emotional outbursts, was what was sought in the present investigation in order to clarify and understand how it happened and why it happened to the extent that the sources allow for. The best expectation is that this work may pave the way for future investigations that lead to a broader understanding of the dynamics that drove the former Portuguese colony to cyclical periods of total destruction of the fragile social, economic and structural balances existing in Cape Verde with a very expressive loss of lives.

Keywords: Cape Verde, climate, drought, crises, emigration, hunger

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 - Explicação para uma crise	6
1.1 - A geografia e o clima.....	6
1.2 - A flora e a hidrografia.....	7
1.3 - A velha questão da arborização do arquipélago	10
1.4 - Fragilidade dos solos e o relevo das ilhas.....	18
1.5 - Uma panorâmica sociológica sobre a posse e o acesso à terra	21
1.6 - Culturas agrícolas e crises.....	26
1.7 - Devastação provocada por secas e outras causas.....	28
Capítulo 2 O país e o arquipélago em tempos de crise.....	34
2.1 - O que se debate no Parlamento e Câmara do Pares acerca das crises em Cabo Verde .	34
2.2 - A actuação da coroa na crise em Cabo Verde	39
2.3 - O que se escreve na principal imprensa continental à época	49
2.4 - Os particulares da metrópole na ajuda a Cabo Verde	61
Capítulo 3 Seca e pragas agrícolas como causas primárias da crise	66
3.1 - Secas e pragas agrícolas como causas primárias da crise em Cabo Verde.....	66
3.2 - Combater pragas com as mãos.....	72
3.3 - Razões para uma crise de secas e fome	75
Capítulo 4 Como se vive e morre em Cabo Verde.....	78
4.1 - O tecido social cabo-verdiano.....	78
4.2 - A habitação e as condições higiénico-sanitárias em Cabo Verde.....	81
4.3 - Os hábitos alimentares da população.....	85

Capítulo 5 A aritmética da morte	93
5.1 - Emigração clandestina na fuga à miséria e fome	93
5.2 - Emigração forçada	97
5.3 - Oscilações demográficas em Cabo Verde entre 1901-1904	106
5.4 - A crueza trágica dos números da crise de 1901-1904	109
Conclusão	117
Fontes e bibliografia	120
Figuras, tabelas e gráficos	
Figura 1- Principais Exportações de Cabo Verde	29
Figura 2 - Mapa da Distribuição Populacional no arquipélago de Cabo Verde	33
Figura 3 - Multidão junto à Câmara Municipal da cidade da Praia, em Santiago.	47
Figura 4 - Distribuição anual de precipitação na cidade Praia-Santiago (período de 1875-1960)	67
Figura 5 - Recenseamento populacional de Cabo Verde de 1900	80
Figura 6 - Mapa de emigração espontânea de Cabo Verde para vários destinos	96
Figura 7 - A emigração forçada.	104
Figura 8 - Movimentos demográficos induzidos pelas crises em Cabo Verde em 1860-1935	107
Tabela 1- Notícias na imprensa da metrópole sobre a crise de secas e fomes em Cabo Verde	52
Tabela 2 - Orçamento colonial biénio 1902-1903	55
Tabela 3- Evolução demográfica de Cabo Verde entre 1882-1919	108
Tabela 4 - Mortalidade no arquipélago de Cabo Verde entre 1896-1900	109
Tabela 5 - Mortalidade em Cabo Verde na crise de 1901-1904	112
Gráfico 1 - Distribuição da mortalidade Sotavento. Número de óbitos e percentagem em 1903	113
Gráfico 2 - Distribuição de mortalidade Barlavento. Número de óbitos e percentagem em 1903	113

Gráfico 3 - Distribuição total de óbitos em Cabo Verde por grupo de ilhas e etnia em 1903.....	114
--	-----

Introdução

As crises de secas e fomes em Cabo Verde são um tema recorrente na historiografia do arquipélago desde 1580 e já mereceram diferentes abordagens efectuadas por experimentados investigadores com trabalhos sobre o tema. Um deles, António Carreira, nascido em Cabo Verde, diz mesmo que as crises se impuseram como «uma constante na vida do arquipélago»¹.

Gostamos de imaginar que a vantagem de aprender com os erros é esperarmos não ter que os repetir no futuro. Ora o que sempre aconteceu em Cabo Verde, com as crises de secas, foi, parece-nos, algo diverso disso: a não aprendizagem com os erros cometidos na forma como se lidou com todas as crises até ao dealbar do século XIX. Mas se alimentávamos a ilusão de que o século que rompia trouxesse mais ilustração aos responsáveis políticos para poderem atalhar as consequências dramáticas dos episódios observados até então, cedo constatámos, na nossa investigação, que essa ideia não tinha lastro. Quaisquer reacções às crises, até aos anos 60 do século XX, foram sempre isoladas e fragmentárias, levando a que se agisse apenas quando a ocorrência já estava instalada no território.

Traçava-se então, se fosse o caso, um qualquer plano de contingência, como o criado durante a crise de 1920-1922², que foi declarada por portaria do governo central em finais de 1920³. Em qualquer caso, tais planos chocaram sempre com a crónica falta de recursos quer do governo provincial quer do central para os levar a bom porto.⁴

Bem se pode dizer que a primeira decisão séria para o estabelecimento de medidas, visando o combate das crise de secas e fomes em Cabo Verde, só foi tomada já em 1960, no decorrer da segunda metade do século XX, com a nomeação, pelo governo português, de um grupo de trabalho que viria a elaborar o único relatório sério até então desenvolvido com propostas de medidas concretas e realistas para promoção do ataque às crises de Cabo Verde.⁵

O trajecto seguido pela nossa investigação, situada no intervalo temporal que identificámos para este trabalho, procura, além de outras questões, sublinhar também como a constância e recorrência das crises em Cabo Verde não poderia ser muito diferente do que teria sido se nos focássemos sobre

¹ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.17

² Idem, p.78

³ Idem, p.78

⁴ Idem, p.79

⁵ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, pp.126-128

outra qualquer crise noutro período temporal; as causas e consequências têm afinal denominadores comuns.

Foi nossa intenção tratar a crise estudada de uma forma o mais profunda possível, sacrificando, por agora, o recurso a perspectivas comparativas com outros contextos imperiais em diferentes latitudes geográficas; acreditamos, porém, que em futuros trabalhos tais comparações poderão contribuir para situar, com maior rigor, a forma como Portugal e o arquipélago reagiram às crises.

Desde logo, quando iniciámos a investigação que suporta esta dissertação, tivemos a certeza de que o AHU constituiria, sem quaisquer dúvidas, o acervo documental mais importante onde poderíamos encontrar as fontes primárias em que sustentariamos este trabalho. Focámo-nos, em primeiro lugar, na investigação de fontes que respeitassem ao intervalo temporal que havíamos determinado indo depois alargando esse espectro temporal, a montante e a jusante, tanto quanto julgámos necessário; identificámos e escrutinámos a documentação consultada para sedimentar a informação na qual assentariam as nossas questões ou hipóteses de trabalho. Se no início pretendíamos seguir um roteiro historiográfico mais linear, logo concluímos que as fontes nos apresentavam hipóteses menos abertas a esse objectivo. Mas se é certo que tivemos que atender a esse embaraço ao objectivo inicial da dissertação, também é certo que elas nos abriram outros caminhos de investigação que se proporcionavam ao enriquecimento deste trabalho. Queixamo-nos, como alguns historiadores já o fizeram ao seu tempo, de várias décadas de grave abandono e ausência de tratamento do corpo documental à guarda do AHU no que se refere às antigas colónias. Isso dificultou muito o nosso trabalho. Felizmente que a encadernação dos volumes dos *Boletins Oficiais* do governo de Cabo Verde, concernentes ao período que trabalhámos, os preservou dos problemas que verificámos nas caixas de documentação dispersa consultada e onde nos deparámos com um elevado grau fragmentário, lacunas documentais consideráveis e muita documentação mal classificada cronologicamente. Apesar de tudo, no essencial, as fontes documentais reunidas permitiram levar-nos onde pretendíamos.

Por outro lado, realçamos o acervo do arquivo digital de periódicos da Biblioteca Nacional, onde pudemos recolher e seleccionar documentação relativa a notícias e artigos publicados nos jornais nacionais, de maior e menor circulação, mas relevante para o período da nossa investigação. Nos arquivos digitais da Hemeroteca Digital de Lisboa, da Câmara Municipal de Lisboa, compulsámos revistas e outros periódicos que aludiam ao tema principal da dissertação, mas também que, de forma lateral à mesma, nos ajudassem a contextualizar o tema. Nesse objectivo de contextualização e precisão historiográfica, tornou-se-nos importante, e peça fundamental da investigação, o acervo do Arquivo Histórico Parlamentar, relativo ao período da monarquia constitucional, nomeadamente os *Diários das Sessões parlamentares* da Câmara dos Deputados e da Câmara dos Pares do Reino, visando

compreender o que era então debatido pelas elites políticas nesse período, nas duas Câmaras, acerca de Cabo Verde e dos problemas levantados pelas secas naquela território. Percebemos que o arquipélago e os seus problemas concitavam muito poucas atenções fossem elas da parte dos Deputados ou dos Pares do Reino, pelo menos a avaliar pelo reduzido número de intervenções numa ou noutra Câmara acerca das graves questões que assolavam Cabo Verde na crise de secas e fomes de 1901-1904, ou de como as ultrapassar.

Munidos de documentação identificada nos diversos acervos documentais, comparámos e aferimos a forma como Cabo Verde e os seus problemas eram olhados e encarados, no plano dos interesses imperiais da época, quer pelo estado português quer pela comunicação social do país ou das diferentes correntes político-partidárias portuguesas nesse momento e, bem assim, como isso ecoava na metrópole e no arquipélago no respeitante à crise de secas e fomes.

Nem sempre o que era escrito na correspondência oficial trocada entre os governos local e central chegava para perceber integralmente a realidade de Cabo Verde. Percorremos outros arquivos e fontes primárias. Alguns simplesmente estavam-nos vedados devido à crise pandémica que nos afectava. Outros, não podiam disponibilizar os seus mais importantes arquivos por não estarem tratados. Salientamos os arquivos históricos do Patriarcado de Lisboa e o importante acervo das Memórias de África e Oriente, este pouco acessível do ponto de vista digital, pelo menos no respeitante à documentação que necessitávamos.

Em que medida a crise pandémica, que afectou gravemente o país, afectou também a nossa investigação? Provavelmente só conseguiremos vir a responder a essa questão quando porventura dermos continuidade à investigação deste tema. Sabemos apenas, de momento, que tivemos que ultrapassar as dificuldades socorrendo-nos de bibliografia de historiadores ou autores que haviam tratado mais aprofundadamente a temática das crises de secas e fomes em Cabo Verde.

Achámos sempre que seria uma relevante hipótese, para compreensão da temática que escolhemos, colocar o principal foco na questão de como as autoridades locais e nacionais se tinham conduzido durante a crise que estudámos; afinal, muito do que foi o seu papel em relação a Cabo Verde, ao longo de séculos ou décadas, acabaria por determinar uma parte significativa das consequências de todas as crises de secas registadas no arquipélago.

Como veremos no primeiro capítulo, todas as crises de secas e fomes evidenciaram causas praticamente iguais; a questão climática, com a influência do Saara a determinar os níveis de pluviosidade no arquipélago e «da destruição do coberto vegetal»⁶ do mesmo; a falta de arborização e

⁶ Idem, p.130

vegetação capazes de resistirem ao clima e inverterem essa situação; a invasão de pragas de insectos e outras diferentes espécies, como ratos ou larvas que devastavam o que o clima não tinha conseguido fazer; a incapacidade dos governos local e central para estabelecerem planos que pudessem obviar a essa situação; a anacrónica estrutura fundiária do território assente em resquícios do morgadio reflectido na posse e repartição das terras, especialmente no Sotavento, e a impossibilidade prática das actividades económicas não agrícolas conseguirem colmatar e obviar alguns problemas, empregando e pagando salários a gente que mantinham em permanência ou sazonalmente. Mas não menos relevante que tudo isto, as perturbações familiares e populacionais provocadas pelos enormes níveis de mortalidade que atingiam principalmente as classes sociais de menores recursos nas quais se inseriam as etnias negra e mestiça, embora a primeira fosse sempre a mais castigada (Carreira, 1984, pp.130,131).

Entendemos que, para além das causas naturais, estruturais ou mesmo conjunturais que identificámos para as crises de secas e fomes no território de Cabo Verde, outras questões se juntaram e contribuíram para agravar a situação do arquipélago, nomeadamente as questões políticas, económicas e sociais que exploramos no capítulo 2 da dissertação, fossem elas despoletadas a nível nacional ou mesmo internacional. Depois, no capítulo 3, olhamos igualmente para as causas primárias da crise de 1901-1904 que nem sempre se podem explicar a partir de razões relacionadas com a circulação atmosférica, mas sim com os atavismos políticos locais e com a incapacidade de leitura e antecipação dos acontecimentos por forma a que as respostas a dar fossem minimamente coerentes.

O tecido social cabo-verdiano, os hábitos alimentares da população, as condições higiénico-sanitárias e a habitação, explicam também como a proliferação das doenças e epidemias derivadas da crise (mas não só) tiveram terreno livre para que se desse o contágio, em números ascensionais, de gente que viria sucumbir, fosse por causa da geografia do território que impedia o acesso fácil da ajuda médica a todas as ilhas e a todos os recantos das mesmas em tempo útil, fosse pela impossibilidade da própria população doente se deslocar para junto de meios de assistência que só existiam nos principais aglomerados urbanos, ou fosse ainda pela rapidez com que se propagavam as doenças carreadas pela inanição a que milhares de pessoas estavam sujeitas. A habitação mais do que paupérrima na generalidade dos casos, ou a sua completa insalubridade, foram sempre um foco de disseminação de doenças. Depois, mas não em último nesta escala trágica que agravava o obituário em Cabo Verde, a fome, sempre a fome como obstáculo à vida. É isto que explanamos no capítulo 4.

Finalmente, no último capítulo da nossa dissertação, o 5º, abordamos um aspecto, dos mais complexos mas esclarecedor para que se possa entender o que foi a política ultramarina do governo português em relação a Cabo Verde, no período que estudámos, e que se prende com a emigração para

São Tomé e Príncipe de população cabo-verdiana deslocada para o trabalho nas roças são-tomenses e de como os governo central e provincial manobraram em conjunto para concretizar essa política.

Duas ou três razões centrais se oferecem à compreensão desta emigração. Em primeiro lugar a de que a palavra *emigração* pode ser assumida, no caso vertente, praticamente como um eufemismo, já que uma grande parte dos emigrantes cabo-verdianos que eram enviados para São Tomé viam-se forçados a essa decisão através de artificialismos legais desenvolvidos e arquitectados pelos dois governos aproveitando o estado de grande carência das populações por todo o arquipélago. Depois, porque esta emigração foi ainda objecto de aproveitamento pelo governo local para *despejar* população de Cabo Verde, especialmente a que estava mais exposta à conjuntura da crise, mas principalmente como medida para dela se libertar. Finalmente porque se municiava São Tomé, que tinha grande carência de trabalhadores nas roças de cacau, com uma mão de obra acessível, barata e com a sua vida por um fio se continuasse em Cabo Verde, mesmo que partir para São Tomé significasse arrostar com um destino que sempre repudiou e do qual muitos não voltaram tais foram as condições de trabalho a que estiveram expostos, numa semi-escravatura em inúmeros casos.

Capítulo 1 - Explicação para uma crise

1.1- A geografia e o clima

É comum ver o arquipélago de Cabo Verde apresentado como sendo composto por dois grupos de ilhas designados, genericamente, por Barlavento e Sotavento, mercê da sua relação com os ventos dominantes e algo irregulares que o tocam e que formam uma Convergência Intertropical; os alísios de Sudoeste e Nordeste e o Harmatão a soprar de Nordeste para Este, proveniente da região do Saara e que, atravessando toda a África Ocidental, transportam consigo até Cabo Verde secura e poeira e isto acontecendo ao longo da maioria dos meses do ano.

O arquipélago, Barlavento e Sotavento, distribui-se por dez ilhas, Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Santa Luzia, Sal, Boavista, Brava, Fogo, Santiago e Maio, e cinco ilhéus mais relevantes, numa superfície total de 4.033 Km², distando da Costa Ocidental africana cerca de 455 Kms a poente do promontório que se ergue no Senegal, junto da cidade de Dakar, designado por “Cabo Verde” e do qual acabaria, aliás, por tomar a designação, e a uma distância de aproximadamente 2890 Kms da cidade de Lisboa. Esta posição geográfica valeu-lhe desde o seu achamento uma importância singular enquanto referência e apoio para a navegação marítima no atlântico e ligações aos outros oceanos confinantes com este e às américas.

As condições climáticas de Cabo Verde são, pelos motivos apresentados anteriormente, representativas daquilo que é expectável que seja um clima influenciado fortemente pela circulação geral da atmosfera a que se encontra exposto o arquipélago, derivado da posição geográfica que ocupa no meio do Oceano Atlântico e no caminho de uma Convergência Intertropical que lhe dita algumas especificidades que fazem dele um clima tropical seco e semi-árido.

«As ilhas têm o nome de um santo e marcam com ele o dia da sua descoberta. Seu ar é geralmente quente e pouco saudável; os habitantes sofrem de perniciosas, cólicas, disenteria e muitos incómodos. Um nevoeiro espesso e avermelhado envolve, por vezes, as ilhas que estão situadas entre a linha equinocial e o Trópico de Câncer. O sol fica sobre elas a pino duas vezes por ano, o que representa dois verões. No fim do mês de Junho, começam as chuvas quase permanentes até ao meio de Outubro, sendo acompanhadas de ventos, relâmpagos e trovões que assustam os mais intrépidos.

Quando esta estação se aproxima, o espaço torna-se sombrio. O sal transforma-se em salmoira e os ventos tornam-se violentos».⁷

Estas condições climáticas descritas acima por Rocha Martins, à data da edição da sua obra *História das Colónias Portuguesas*, em 1933, são como já dissemos, condicionantes geográficas próprias de Cabo Verde, que derivam da circulação atmosférica que naquela região surge fortemente influenciada pelo regime do Sahel levado da costa ocidental africana até às ilhas cabo-verdianas e que lhe emprestaram especificidades pouco agradáveis para as populações.

Ilídio do Amaral, em 1964, numa linguagem observadamente menos técnica, faz uma apreciação pouco favorável do clima de que goza o arquipélago:

«O clima das ilhas goza de reputação má, de temperaturas elevadas todo o ano, com chuvas concentradas num curto espaço de tempo, mas, pior do que isso, faltando muitas vezes, o que põe em perigo as colheitas, e os homens; com a sua atmosfera asfixiante sob um tecto baixo de nuvens, que mais sufocante se torna pelas quantidades de calor libertadas de um solo nu de vegetação.

Duas estações principais definem o clima das ilhas: o tempo das brisas (estação seca), de Dezembro a Junho, e o tempo das águas (estação das chuvas), de Agosto a Outubro, com anos de precipitação mínima ou quase nula, separadas pelos meses de Julho e Novembro, que podem ser considerados de transição. A chuva é o elemento dominante da diferenciação estacional do ano e, [...] o eixo em torno do qual gira o mundo do Cabo-Verdiano.»⁸

1.2 – A flora e a hidrografia

As características e limitações originais da flora existente nas ilhas de Cabo Verde levaram, logo no início do seu achamento, os europeus que as foram ocupando a experimentar outras culturas não endémicas. A verdade, como se lê e infere da obra citada acima, é que ao falar-se da *fertilidade do arquipélago* e ao abordarem-se questões relacionadas com a escassa flora pré-existente acrescentada de algumas experimentações entretanto efectuadas com plantas exógenas, acaba por se concluir que o insucesso inicial de tais experiências com frutícolas e hortícolas derivava mais da falta de conhecimento sobre os solos e o clima de Cabo Verde do que propriamente da possível adaptação das ditas plantas não endémicas a essa nova realidade. Constata-se que mais tarde foram de novo plantadas laranjeiras e limoeiros que acabariam por vir a vingarem, bem como leguminosas e outras frutícolas.

⁷ Martins, Rocha, *História das Colónias portuguesas*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p.11

⁸ Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*. Lisboa, Tipografia Minerva, 1964, p.23

Pode admitir-se que a mentalidade agrícola portuguesa de quem ali chegou estivesse ainda pouco preparada para lidar com uma nova realidade que teria a ver com regimes agrícolas possíveis e forçosamente diferentes daqueles outros próprios do clima temperado marítimo que é predominante em Portugal. A geografia e o clima de Cabo Verde careciam e impunham adaptações específicas a que as novas espécies frutícolas, hortícolas ou mesmo arbóreas teriam que se sujeitar bem como diferentes técnicas de cultivo e tratamento das espécies, em relação ao que se fazia no continente ou até noutras terras ultramarinas.

O que determinou, e determinaria sempre, a existência de flora e agricultura possíveis em Cabo Verde foram naturalmente a sua geografia, os solos de origem vulcânica pouco espessos, e a orografia composta por muitos acidentes orográficos de difícil acesso e de grande exigência para o ser humano, ou mesmo para os animais de carga. Tais acidentes orográficos e a característica da circulação atmosférica estabeleciam fronteiras rigorosas às poucas zonas de planalto com aptidão agrícola onde as chuvas, quando caem, nem sempre têm meio termo. Ou caem mingudadamente não chegando a ser suficientes para as culturas sobreviverem e para as plantações vingarem, ou são tão excessivas num curto espaço de tempo que se tornam caprichosas e erosivas pela sua torrencialidade levando tudo o que encontram à sua frente através de ravinas que vão escavando e submetendo à sua impetuosidade natural o encaminhando das águas até à costa sem que os agricultores delas possam tirar proveito por falta de existência de infra-estruturas para tal. Bem vindas são as que vêm no tempo apropriado e desejado, no tempo certo para fazerem as plantações prosperar.⁹

No que concerne ao período temporal da nossa investigação, nos primeiros quatro anos do Século XX o aproveitamento hidrográfico em Cabo Verde seria nulo ou de pouquíssima relevância, o que impedia também o armazenamento de água para posterior irrigação das plantações. Como não bastasse a fraca precipitação e a sua irregularidade, a população só podia limitar-se a observá-la, impotente, a dirigir-se para as ribeiras conduzida pelas grandes ravinas existentes e a depositar-se em vales longe das suas plantações. A pouca água que ficava retida era a que se depositava nos próprios acidentes rochosos mais profundos. Por todas estas razões, as populações tratavam de proceder a uma lavoura, rápida, algo incipiente, deitando sementes à terra na expectativa de que a humidade por esta retida ajudasse à germinação e crescimento das plantas, esperando, e rezando muitas vezes, para que a chuva voltasse a cair para que não fosse vão o seu trabalho e as sementes não se desperdiçasse ou morressem na terra antes mesmo de a florarem à superfície.

⁹ *Cabo Verde-pequena monografia*, 2ª edição. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Gráfica Imperial, 1966, p.11

Pelas razões apontadas anteriormente e que se prendem com as condições climáticas gerais existentes em Cabo Verde, com as características dos solos disponíveis e com a sua fraca aptidão agrícola, bem como a muito determinante e recorrente ausência de chuvas, a sua flora endémica é, regra geral, paupérrima, sendo que essa situação se pode observar mais facilmente nas ilhas de menor altitude como é o caso das que se enquadram na zona classificada como Sotavento, nomeadamente no Sal, Boavista e Maio, existindo aí uma percentagem relativamente elevada de espécies xerofíticas, por vezes sarianas e arábicas, onde se distinguem, conforme a altura a que se encontram, algumas plantas de dimensão maior mas que à medida que a altitude aumenta vai apresentando modificações.¹⁰

«O aspecto geral das ilhas de Cabo Verde é, no período analisado, de terras nuas e áridas onde só a precipitação do período das chuvas consegue modificar e pintar com tonalidades de verde quando as plantações que receberam água começam a desenvolver-se visivelmente.

Estão identificadas cerca de 600 espécies (sem pteridófitas), das quais 92 são endémicas, sendo, portanto, a maioria, de aclimatação, importadas pelo homem ou provenientes de sementes introduzidas fortuitamente».¹¹

No período investigado concluímos que o milho era, ao tempo, como praticamente sempre foi, a base da alimentação dos cabo-verdianos. Faltando este, na sequência das crises de secas em que a ausência das chuvas determinava que as plantações não se desenvolvessem, e acontecia muitas vezes e em anos consecutivos, e falhando o abastecimento às populações, quer por não haver *stock* suficiente na província, por haver mas ser guardado e não disponibilizado senão apenas nos apertados circuitos da especulação desenfreada promovida fosse por importadores, por funcionários públicos coloniais, por comércio existentes, ou porque o povo, depois de ter vendido tudo o que possuía para adquirir algum cereal, nada mais restava para vender e logo nada tinha com que comprar milho. A fome era então a regra a que se seguiam as doenças e a morte, numa grande parte dos casos ultrajante.

Depois do milho, que se pode classificar como cultura dominante e essencial nas ilhas de Cabo Verde, marcavam presença nas plantações do arquipélago diversos tipos de feijão, batata-doce, mandioca, inhame, amendoim, café e cana de açúcar, embora desta última se extraísse principalmente aguardente muito consumida pelos locais. Também se produzia café nas ilhas mas com vista à exportação. De resto contam-se igualmente algumas frutícolas e arbustos como o rícino, a purgueira, esta de grande relevância económica para Cabo Verde ao longo dos séculos e que foi, durante anos consecutivos, um dos principais produtos das exportações de Cabo Verde.¹²

¹⁰ Idem

¹¹ Idem, pp. 11,12

¹² [s.n], *Cabo Verde - Pequena monografia*, 2ª edição, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Gráfica Imperial, 1966, p.13

«Satisfeitos com um pouco de milho, feijão, alguma mandioca e aguardente que tiram das suas canas, com pouca porção de carne das cabras, e com o leite delas [...] desprezam tudo o mais, que os poderia fazer felizes».¹³

«O milho era o principal sustento dos cabo-verdianos. Dele se comia em várias formas e fazia-se variedades de pratos como a cachupa, o xerém e o cuscuz».¹⁴

Verifica-se, pelos excertos deixados por Danilo Santos na sua obra sobre a *Imagem do cabo-verdiano nos textos portugueses*, (Abril, 2017) que a importância do milho e a sua existência em suficiência ou escassez constituíam-se, para a população cabo-verdiana, na diferença entre a vida e a morte, a segunda normalmente associada a uma sub-nutrição agravada, a uma total ausência de nutrição ou alguma coisa considerada próxima do conceito de nutrição. Claro que com a falta de nutrição minimamente adequada, as doenças grassavam e as epidemias tinham livre curso para percorrer um caminho que só podia levar a um fim anunciado. E neste aspecto, todos os investigadores convergem na opinião de que sendo o milho o principal produto usado na dieta dos cabo-verdianos, sempre que a sua pouca abundância se verificava a catástrofe das fomes e das mortes não andaria muito longe.

Mas também não queremos fazer passar a ideia de que, sendo a fome uma consequência directa da ausência prolongada das chuvas no arquipélago, e sendo esse um factor estrutural e fora do controlo humano, o que se ligava ao aparecimento desta nas ilhas derivava única e exclusivamente da inexistência de precipitação. Há outros factos a ter em conta nesta intrincada equação, e deles falaremos mais à frente neste trabalho, pois não devemos elidir um outro dado, entre vários da maior relevância, e que tem a ver com a questão da arborização do arquipélago cuja discussão foi atravessando os séculos, teve vários intervenientes e suscitou opiniões por vezes apaixonadas, mas que, em boa verdade, muito pouco progrediu no que respeita aos seus resultados práticos.

1.3 – A velha questão da arborização do arquipélago

Na abordagem às questões relacionadas com a paisagem rural de Cabo Verde parece-nos importante o parecer do eng^o militar António Carlos Andréis que, por agruras várias foi desterrado para Cabo Verde, onde permaneceu largos anos ficando assim a conhecer muito bem o território onde desenvolveu uma multiplicidade de actividades no plano geográfico, servindo-lhe esse conhecimento para produção do parecer que lhe foi posteriormente pedido pela Secretaria de Estado do Ultramar acerca de Cabo Verde. Mas o seu parecer não teve grande acolhimento pelos responsáveis políticos da

¹³ Santos, Danilo – *A imagem do Cabo-verdiano nos textos portugueses 1784-1844*. Lisboa: Pedro Cardoso Livraria, 2017, p. 194

¹⁴ Idem p. 195

altura em Lisboa, eventualmente, com a sua receptividade, talvez a realidade de Cabo Verde, à data que investigamos as crises de secas e fomes (1901-1904), pudesse ter sido muito diferente face às recomendações efectuadas pelo eng^a Andréis.¹⁵ Escreve a investigadora Maria João Soares que,

«o parecer de Andréis foi talvez o primeiro e durante muito tempo o único a ter contemplado [...] o mundo agrário, o interior e o rural das ilhas de Cabo Verde do qual, agora mais do que nunca, tão dificilmente sobrevivem os filhos da terra, já sujeitos aos ciclos recorrentes das secas, das “fomes gerais” e da consequente primeira diáspora de homens livre para longínquos destinos transatlânticos».¹⁶

Partilhamos desta percepção sobre o tema abordado e julgamos estar em condições de somar outros argumentos à identificação dos factores geo-climáticos como aqueles que maior influência e determinação tiveram no conjunto de problemas recorrentes que concorreram para as muitas crises de secas e fomes. Mas também não podemos perder de vista que a deterioração do coberto vegetal das ilhas cabo-verdianas, trazida pela sobreexploração agrícola e pecuária, não teve só a ver com as opções tomadas por Portugal no respeitante ao modelo de exploração agrária, escravocrata e mercantil, desenvolvido em Cabo Verde e que conduziu, em boa medida, a um processo de aceleração da erosão dos solos e do desnudamento do coberto vegetal. As populações locais, também participaram largamente nesse processo de empobrecimento e desnudamento do coberto vegetal e arbóreo mesmo se levadas a isso pela necessidade.

O parecer do eng^o Andréis deveria ser merecedor de crédito pois pormenoriza o que observou em Cabo Verde bem como as suas conclusões sobre a vocação agrícola de cada ilha em função dos factores geográficos, orográficos, climáticos, etc. Relevante foi a sua observação de que as culturas de sequeiro como o milho a abóbora e o feijão praticadas em exclusivo pelos agricultores cabo-verdianos, para além de bastante restritas colocavam em risco a segurança alimentar das populações. Andréis, deixou dito que em cerca de treze anos de permanência em Cabo Verde só terá registado *um ano com uma estação de chuvas regular*.

Ao capitão-engenheiro fica a dever-se, afinal, a desconstrução da tese que foi sendo passada para Lisboa ao longo dos séculos, de que Cabo Verde e as suas ilhas seriam uma espécie de *jardim botânico* no meio do Atlântico e possuidor de terras de grande fertilidade. Parece afinal que esta verdadeira ilusão se baseava em informações carreadas para o continente por um conjunto de viajantes que tomaram a parte pelo todo quando observaram a ilha a partir, seguramente, de um ponto de observação que lhes mostrava apenas a zona mais irrigada de Santiago, visão essa que não se aplicava

¹⁵ Soares, Maria João, *Novas perspectivas sobre a paisagem Rural de Cabo Verde: o Parecer do eng^o militar António Carlos Andréis (1780)*, p. 108. [consultado em 22 de Setembro de 2019]. Disponível em:

<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17462.pdf>

¹⁶ Idem p. 104

sequer à zona onde a única agricultura possível era a de sequeiro. Admitimos que foi esta visão de descobridores e passantes por Santiago que transmitiu e manteve, ao longo de alguns séculos, uma imagem idílica do arquipélago e que, como é óbvio, nunca se concretizou até à data da nossa contemporaneidade. No entanto, retira-se do pensamento e escrita de Andréis, registada na segunda metade do século XVIII, a conclusão de que, pese embora as recorrentes secas e fomes ocorridas em Cabo Verde e a sua situação geo-climática agreste, o arquipélago poderia ser objecto de um maior e melhor aproveitamento económico e de povoamento.

Aquilo que resulta da nossa investigação sobre as consequências da crise de secas de 1901-1903 que redundaram, como bem sabemos, nas trágicas fomes que se observaram por todo o arquipélago, é que o *Parecer* de 16 de Abril de 1780, elaborado por Carlos Andréis por incumbência do secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, logo após a falência da Companhia Colonial de Grão-Pará, não mereceu, como já dissemos, grande acolhimento da parte da dita Secretaria e nem mesmo às conclusões/sugestões de Andréis foi dada qualquer prossecução por quem de direito.

Há um aspecto que importa referir aqui: é que, ao contrário de Moran e Patterson, dois investigadores que já citámos neste trabalho, e que acusaram e responsabilizaram os portugueses de negligenciarem as populações e os seus sofrimentos por via das más opções quanto aos modelos agrícolas em Cabo Verde, os regimes de exploração da terra e as culturas desenvolvidos, Andréis não considerou, no dizer de Maria João Soares,

«o sistema agrário insular desajustado do ecossistema em que se inseria. Era, pelo contrário, fruto de uma experiência de mais de três séculos em que os cabo-verdianos haviam experimentado múltiplas soluções possíveis, incluindo a adaptação e inclusão definitiva de plantas oriundas de outras paragens do Atlântico ou de África, como sejam diferentes espécies de milho, a mandioca da América do Sul, os coqueiros vindos da Índia e espécies da fruticultura e horticultura mediterrânicas e tropicais».¹⁷

Mas Andréis apontou ainda outras questões que são realçadas no estudo da investigadora que vimos citando, nomeadamente as que diziam respeito a uma sobre-exploração económica como resultado de *ciclos de crescimento demográfico* para os quais o arquipélago não teria uma cabal resposta alimentar, a criação extensiva de gado, que exerceu, como será fácil compreender, uma desflorestação acentuada da flora endémica que era igualmente vítima da degradação promovida pelas culturas agrícolas praticadas em Cabo Verde e que, em alguns casos, não seriam as mais adequadas.

¹⁷ Soares, Maria João, *Novas perspectivas sobre a paisagem Rural de Cabo Verde: o Parecer do engº militar António Carlos Andréis (1780)*, p. 108. [Consultado em 22 de Setembro de 2019]. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17462.pdf>

Mas também imagino que a Andréis, não seria de facto difícil concordar com Moran e Patterson quanto ao abandono e ostracismo a que Portugal votou o arquipélago de Cabo Verde, e as suas populações, especialmente depois de se ter encerrado o ciclo mercantil e escravocrata da exploração dos recursos cabo-verdianos, ciclo esse que assentava no trabalho do escravo como um produto incorporado nas produções agrícolas, normalmente realizadas em regime de monocultura nas ilhas de Cabo Verde com aptidão para tal e destinadas à exportação para fora do arquipélago. Ou seja, numa periodização que a história designa por período *Moderno* estrutura-se em Cabo Verde um regime escravagista que, como sabemos, assentava na exploração do trabalho escravo como fundamento económico e social primordial.

Talvez por tudo um pouco do que deixámos dito até aqui, e da pressão que entretanto se foi sentindo na metrópole por via das notícias das secas e das fomes, das doenças e das mortes que ocorriam naquele arquipélago, começaram a erguer-se algumas vozes nas cortes de Lisboa para que se pudesse acudir às populações de Cabo Verde, mas nem sempre os caminhos para esse socorro foram os que, de facto, poderiam parecer mais óbvios aos olhares de quem pugnava por uma solução urgente para o arquipélago.

Na sessão de 12 de Janeiro de 1901, vertida para o *Diário da Câmara dos Deputados*, e em proposta de lei¹⁸ submetida pelo ministro do Ultramar alegava-se, em favor da lei que pretendia regularizar a questão dos terrenos baldios, e reconhecia-se que a população era pobre e propunha-se que os baldios fossem divididos por famílias vizinhas no sentido de melhorar as suas condições económicas na esperança de que não pudesse vir a ser necessário recorrer ao auxílio do Estado para atenuar os efeitos da falta de meios de subsistência, ficando a divisão e partilha dos baldios sujeita ao foro inicial de 100 réis por hectare. Para além disso, procurava-se ainda introduzir alterações ao artigo 429º do Código Administrativo de 1896 no sentido de que o concessionário dos baldios fosse obrigado a plantar 10 árvores por hectare, em cada ano de concessão, e até que se atingisse um número de 50 árvores, em média, em toda a concessão, o ritmo devia ser a plantação das tais 10 árvores. Na mesma proposta do ministro da tutela pretendeu-se ainda que fosse a *Comissão das Terras* a fiscalizar o cumprimento das novas medidas bem como a designar o tipo de arborização própria para cada concelho de acordo com as condições dos terrenos.

Há que dizer que esta proposta do ministro da Marinha era bastante favorável e uma boa medida no sentido de levar alguma transformação a Cabo Verde e que, em última análise, podia vir a ter influência positiva nas condições climáticas existentes nas ilhas. Determinava igualmente, a nova

¹⁸ Diário da Câmara dos Deputados, sessão nº15 de 09 de Fevereiro de 1901, pp. 23-37

regulamentação, que nas ilhas de Santiago, Santo Antão e Brava houvessem viveiros de árvores adaptadas às condições dos solos da região sendo as sementes, pés ou estacas para a plantação, cedidas gratuitamente. Determinava-se ainda que as concessões dos baldios na província de Cabo Verde fossem da responsabilidade do Governador sob proposta da Câmara Municipal e informação da Comissão das Terras. A proposta em apreço pretendia ainda que caso os chefes de família não quisessem, eventualmente, tomar conta do aforamento que lhe fosse atribuído, as quotas de terreno que lhe eram destinadas seriam adjudicadas por hasta pública, sendo igual medida aplicada aos terrenos que fossem ficando vagos.

Olhando para esta proposta, conseguimos ver o seu alcance a médio e longo prazo, mas se ela foi impulsionada pelas condições de crise de seca e fomes latentes em Cabo Verde ao tempo que foi apresentada, haveriam razões para se pensar que levantasse alguma oposição na Câmara dos Deputados, o que efectivamente aconteceu quando a proposta do ministro da Marinha baixou a comissão.

Genericamente, o entendimento dos parlamentares sobre a matéria da reflorestação de Cabo Verde não era que ela fosse despicienda, antes pelo contrário, tinham em boa conta a emergência de tal medida visto que muitos dos especialistas da altura, que estudaram as irregularidades climáticas em Cabo Verde, haviam percebido a urgência da arborização do território. Não sabemos se os deputados que defendiam a arborização de Cabo Verde também estariam conscientes da morosidade do processo até que este se traduzisse em maior regularidade de chuvas. Daí que em Fevereiro de 1901, quando a proposta do ministro da Marinha estava em discussão, ganhasse maior densidade na Câmara dos Deputados a ideia de que o legislador deveria focar-se mais na preocupação das condições gerais que se observavam no arquipélago do que propriamente na distribuição dos baldios do Estado ou porventura na prioridade dada à arborização, aduzindo-se algumas razões de monta para esse desvio de atenção: a população era pobre, a miséria observada era elevada e acompanhada de um cortejo de horrores quando se registava a falta de chuvas e as colheitas eram, por tal motivo, reduzidas.

Acrescentava-se ainda às preocupações dos Deputados da nação que era raro o ano em que a fome não batesse à porta de Cabo Verde e que o Estado não fosse obrigado a um grande dispêndio para atenuar as consequências das secas e das fomes:

«Deve-se voltar os olhos para a população porque os baldios não passam de alguns poucos mil hectares dispersos e que por isso não podem atrair capital estranho [...]. Não se fará com a obrigação de plantar árvores a transformação da economia da província, mas tira-se o proveito dos baldios existentes, abandonados e sem utilidade».¹⁹

¹⁹ Diário da Câmara dos Deputados, sessão nº15 de 09 de Fevereiro de 1901, pp. 23-37

«Os proprietários de Cabo Verde estão horrorizados, porque em vista da emigração, e de estarem os que ficam, extenuados pela fome, não terão quem lhes possa agricultar as suas propriedades, não podendo sequer pagar as contribuições».²⁰

Por sua vez, António Carreira observa também que:

«As secas e fomes têm acompanhado a história de Cabo Verde desde que esta se escreve após o seu achamento e, como vimos, têm feito parte do quotidiano das populações cabo-verdianas. A primeira crise que se registou foi em 1580-1583. Antes disso nada se conhece, para além de que nesta morreu «muita gente e outra emigrou para os rios da Guiné a fugir dos efeitos da fome».²¹

É consensual entre quase todos os investigadores que se dedicaram ou dedicam à questão das crises de secas e fomes em Cabo Verde que para lá das causas naturais, se apontam também, como justificação das secas e por consequência da fome, das doenças e das mortes ocorridas, outras causas estruturais na repetição desta situação ao longo dos séculos.

Entre essas causas estruturais ocorre dizer que a mais apontada é a que se prende com a arborização do território. É certo que outras se juntavam a esta, nomeadamente a dificuldade de armazenamento de cereais no tempo das colheitas nos anos em que estas seriam regulares ou mesmo mais abundantes, daí que tivesse que se chegar a exportar milho para mais tarde o voltar a importar.²² A temática da arborização, sendo consensual, não se tornaria uma discussão pacífica dado que ela se levantava, regra geral, quando as ilhas eram assoladas por crises graves e quando estas se encontravam em pleno vigor a causar fome, miséria, doenças e mortes aos milhares.

Como verificámos nas discussões dos parlamentares do continente, quando o tema das secas era chamado à discussão na Câmara dos Deputados estes dividiam-se sobre qual das necessidades seria mais imperiosa, a da arborização ou a de socorrer as populações famintas e a morrerem de inanição. Apesar de tudo algumas tentativas de arborização se fizeram, mesmo sabendo-se também que muitas foram depois destruídas devido a razões culturais já enraizadas na sociedade cabo-verdiana de então, nomeadamente a criação de gado caprino que, sendo uma óptima fonte de proteína para as populações mais carenciados e uma boa fonte de rendimentos através da venda dos animais e seus derivados, essa criação trazia associada a forma de alimentação própria destes animais que, no dizer do agrónomo Conde Henrique Arpoare citado por Carreira «destrói tudo até o que não utiliza para o seu alimento. E isto é uma questão de fácil constatação se nos detivermos num qualquer campo a apreciar a forma como as cabras

²⁰ Idem

²¹ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.17

²² Reis, Célia, Cabo Verde. Em *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Africano 1890-1930* Dir., Serrão Joel, Marques, de Oliveira A.H. Vol. XI, Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 114

se alimentam».²³ O agrónomo era da opinião de que a existência da cabra em Cabo Verde seria a grande razão para a devastação da flora arbórea da ilha e estava convencido de que a proibição deste animal no arquipélago voltaria a fazer com que em poucos anos as ilhas voltassem a ter um coberto arbóreo bem desenvolvido.

Mas outras questões estruturais foram sendo apontadas para o falhanço da arborização do território. Entre elas a responsabilidade assacada aos habitantes pela desflorestação provocada no seu labor de busca de lenha para a queima, para fazer carvão, para cozinhar, para além de outros usos habituais que, naturalmente, tenderiam a acentuar-se em tempos de crises. Mas também a concentração da propriedade e o seu arrendamento estava na génese do desflorestamento. É que sendo o arrendamento levado a cabo pelos proprietários por períodos curtos, (normalmente por um ano) isso implicava que os rendeiros se preocupassem com uma exploração mais imediatista da terra e do que esta lhes podia dar como retorno, do que se ocuparem na promoção de qualquer benefício mais perene nos terrenos, uma vez que os proprietários, na renovação dos arrendamentos, lhes inflacionariam as rendas tendo em conta não o estado inicial dos terrenos mas o estado à data da renovação do contrato, onde ponderavam, para efeitos de renda a cobrar, as benfeitorias introduzidas pelos rendeiros o que determinava o seu aumento. Como é fácil entender, nenhum rendeiro iria fazer qualquer coisa com a terra que não fosse a sua exploração máxima possível no tempo de duração do arrendamento. Deve dizer-se que o que conseguiam mais normalmente era tirar um sustento que não chegava para a família e muito menos para realizar quaisquer economias.

Igualmente se aponta a vetustez das técnicas agrícolas usadas pelos cabo-verdianos e, num registo mais crítico e acintoso, verberava-se a indolência natural do cabo-verdiano para justificar a sua falta de envolvimento ou interesse nesse desenvolvimento. Senna Barcelos referiu isso nos seus escritos e, mais tarde, António Carreira defenderia a mesma tese. Preconceito, má vontade, racismo, uma certa ideia sedimentada à volta de uma pretensa superioridade dos europeus em relação aos africanos ou apenas falta de profundidade de análise das causas que justificariam essas afirmações? Barcellos e Carreira foram dois historiadores a quem muito se deveu a defesa intransigente do povo cabo-verdiano e a denúncia do que acontecia no arquipélago durante as crises de secas e fomes. Mas eram também observadores influenciados por uma visão paternalista e eurocêntrica que modelava a actuação do poder colonial para com as populações coloniais indígenas.

Na ausência de outros recursos, a desflorestação levada a cabo pelas populações pobres visava suprir algumas necessidades básicas, como as de precisarem de fazer fogo para confeccionarem os

²³ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.20

alimentos e aquecerem as habitações ou para a produção de carvão para uso próprio ou para venda. Em tempos de crise nem a purgueira era poupada; apesar do seu fruto oleaginoso, e por isso comercializável, embora não comestível, ter sido sempre, pelo menos até finais do primeiro quartel do Século XX, uma importante fonte de receitas no arquipélago, fosse para as populações ou para a administração local. Nas crises de secas a arborização, ou a falta dela em Cabo Verde, tomou lugar de relevo nas discussões tanto a nível local como na metrópole. Senna De Barcellos faz disso menção numa das suas obras dizendo que

«é raro o governador nomeado que não declare que a arborização das ilhas é um assunto dos que mais lhe prenderá a sua atenção. Alguns houve que deram grande incremento à plantação da Purgueira, e os povos gozam hoje desse benefício, colhendo as sementes que vendem por preços regulares. O sr. Paula Cid também assim pensara. Mandou fazer plantações de Purgueira em terrenos impróprios, e que não eram do estado, sem interesse futuro, portanto, para o povo, que na apanha teria de repartir com o proprietário, e desprendeuse nessa plantação 650\$000 réis. Toda ela morreu. O sr. Paula Cid foi tão infeliz que até a arborização sofreu. Os pobres não tendo nada para comer, viram-se forçados a lançar mão ao machado, e começaram a fazer cortes nas árvores mais frondosas para fazerem lenha e carvão que se vendia no mercado e ruas da cidade, pela quinta parte do preço de anos regulares».²⁴

Por seu lado Carreira refere-se ao relatório de 1898 do governador José Cesário de Lacerda, onde este realçava os problemas das chuvas, da cobertura vegetal e a degradação geral do ambiente que tinham como consequência as crises de secas e fomes a que o governo ia acorrendo como podia, nomeadamente através da abertura de trabalhos públicos de socorro, e onde o governador manifestava que, a seu ver,

«tem principal influência, se não a exclusiva causa nesta grande irregularidade das chuvas, a falta de arvoredo. As eminências das elevadas serras do arquipélago oferecem o aspecto de uma nudez que entristece; e nas extensas áreas em que o povo semeia as plantas cujos frutos o hão-de nutrir, é raro ver elevar-se uma árvore».²⁵

Aquilo que podemos constatar é que todos os que se depararam com este candente problema das crises de Cabo Verde e das soluções avançadas pelos diversos actores que dele se ocuparam, de facto, no território, verifica-se que uma boa parte desses actores, com formações académicas diversas, ou valendo-se do conhecimento técnico de outros, convergiam quase sempre na necessidade da implementação e desenvolvimento da arborização das ilhas como a solução mais óbvia no sentido da regularização das chuvas que caíam ou não caíam sobre o arquipélago. O governador José de Lacerda,

²⁴ Barcellos, Christiano José Senna de, *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa, Typ. Da Cooperativa Militar, 1904, p.95.

²⁵ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.36

citado por Carreira, afirmava mesmo que «o solo das ilhas não é avesso à vegetação do arvoredado nem à acção das brisas violentas que reinam durante grande parte do ano nestas paragens».²⁶

Parece-nos, pois, que a discussão que se fez quase sempre, sobre a possibilidade da arborização do arquipélago, por parte daqueles que a promoviam vendo nela a eventual eliminação da fome provocada pelas crises de secas violentas e prolongadas, acabou, por via de regra, literalmente atropelada e ultrapassada pelo rumo dos acontecimentos trazidos pelas secas e pela necessidade de acudir e obviar minimamente à fome das populações. Ou seja, quem tinha a responsabilidade da administração confrontava-se sempre com a necessidade de canalizar uma parte significativa dos recursos financeiros para promover medidas que acudissem ao urgente estado de inanição e sanitário das populações.

A arborização, enquanto medida de médio ou longo prazo, teria que esperar e esperou quase sempre sem que de facto fosse levada a bom porto e pudesse ajudar, num futuro que todos desejavam o mais breve possível, a que Cabo Verde, ao menos, conseguisse alimentar a esperança de maior regularidade e previsibilidade da água que as nuvens traziam, mesmo sabendo-se que a circulação atmosférica que envolvia o arquipélago era tudo menos favorável a esse desiderato. No fundo e em resumo, a falta de arborização do arquipélago foi apenas mais um dos muitos problemas que terão conduzido à recorrência das crises em Cabo Verde, nomeadamente aquela que se verificou no período aqui estudado. Grosso modo, quase pode dizer-se que a arborização ou as tentativas de aumentar o coberto arbóreo falhavam porque a pressão que as populações exerciam sobre o mesmo servindo-se dele como lenha, em várias utilizações, para suprirem as necessidades básicas do dia a dia, nada mais era do que consequência da sua luta pela sobrevivência.

1.4 – Fragilidade dos solos e o relevo das ilhas

Não sendo, de todo vocação deste trabalho aprofundar ou proporcionar um estudo técnico dos solos do arquipélago de Cabo Verde, socorremo-nos por isso de Ilídio do Amaral para chegar a uma visão mais clara das características dos solos genericamente existentes procurando assim trazer uma nota que possa auxiliar a complementar a justificação para mais uma das razões que ajudam a perceber porque ocorrem com tanta frequência as crises de secas e fomes em Cabo Verde, nomeadamente a que estudamos, sem perder de vista que este não é um factor único de explicação para as crises mas antes um elemento fundamental que ajuda a perceber a fragilidade das condições em que se praticava a agricultura no arquipélago.

²⁶ Idem

Claro que facilmente se adivinha que num território onde a chuva é um bem preciosíssimo que só cai, quando cai, nas ilhas de Cabo Verde durante um período que não vai além de três ou quatro meses por ano, os solos não poderão ser nem muito férteis nem com elevada adaptabilidade e rentabilidade agrícola.

Referindo-se à ilha de Santiago, que estudou em profundidade, o autor que chamamos a estas páginas dizia:

«Impressiona essa rede densíssima e complicada nesta ilha de materiais bastante permeáveis, onde a nota dominante do clima é a aridez. Apenas nos anos de boas chuvas, e num pequeníssimo número de dias, nos leitos dos barrancos correm águas até ao mar».²⁷

Sabendo nós, genericamente, que a morfologia dos solos se vai construindo ao longo de anos, décadas, séculos, milénios até, e que essa composição obedece na sua génese a factores de vária ordem, que não só a geológica mas também à existência de chuvas, ventos, decomposição de material orgânico, etc, fácil é concluir que nas ilhas de Cabo Verde poucas vezes estiveram reunidas o conjunto de condições para que se pudesse verificar ali a existência de bons solos com normal aptidão agrícola. Como citado acima, a não existência de chuvas regulares e a precipitação destas num curto espaço temporal de distribuição anual leva a que quando «os primeiro aguaceiros» caem sobre um «solo integralmente seco» apenas uma fina camada superficial deste fica humedecida podendo chegar rapidamente à saturação e levando assim a que as infiltrações «para as camadas inferiores do solo» não aconteçam como seria desejável para carrear os minerais que, por efeito da lixiviação, causam a degradação e dissolução da camada rochosa inferior dos solos. A pluviosidade nas ilhas de Cabo Verde e a sua irregularidade não permitem que o solo tenha uma exposição prolongada à humidade que recebe das chuvas, ficando por isso limitada a sua evolução biológica. Assim sendo, os solos caminham sempre para uma erosão mais acentuada, porque os processos químicos de alteração das rochas são incipientes predominando, pelo contrário, os de desagregação mecânica auxiliados ainda por períodos de chuvas fortes que acabam «por arrastar para o mar grandes massas de materiais finos».²⁸ A tais características somam-se ainda os ventos quentes e fortes capazes de provocarem igualmente a desagregação dos elementos mais leves do solo. Estes factos, registou-os Amaral, para a ilha de Santiago, mas julgo, por aquilo que conhecemos do arquipélago através da nossa investigação, não ser abusivo afirmar que eles são comuns à quase totalidade das ilhas visto estas apresentarem, de uma maneira geral, as mesmas características de solos e de relevo, até porque são todas de igual origem vulcânica e expostas às mesmas condições climáticas.

²⁷ Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*. Lisboa, Tipografia Minerva, 1964, p. 149

²⁸ Idem, pp. 158-161

Em resumo, e como escreve Amaral,

«a erosão já intensa, pelas características do clima, facilitada por uma cobertura vegetal excessivamente rala, põe a descoberto quer horizontes profundos, quer a rocha-mãe, opondo-se desta maneira à evolução completa dos solos».²⁹

esta evolução, explica o autor que citamos, só será notada «mais para o interior» e nas «terras altas», onde o clima, por efeito da altura é menos extremo e também possuidor de menor nível de composto orgânico, sendo que os locais com melhor aptidão agrícola aí se encontram «nos sítios chãos» em lugares abrigados das vertentes com orientação de nordeste. É aí, aliás, que se planta regularmente o milho. Amaral verificou igualmente que no interior dos vales de montanha existe, com frequência e densidade algum coberto arbóreo sob o qual se desenvolvem outras culturas. Estes solos e estes locais particularmente protegidos do clima agreste de Cabo Verde «são de grande fertilidade, mas, uma vez desnudados do manto vegetal e explorado abusivamente, tornam-se presa fácil da erosão».³⁰

Nesta conformidade fácil é concluir das observações de Amaral que, apesar de não ser o único factor determinante, mas exercendo, em forte complementaridade com outros que se vão somando para a explicação desta crise de secas e fomes de 1901-1904 em Cabo Verde, a questão da aptidão agrícola dos solos é quase, e em absoluto, da responsabilidade das variáveis climáticas presentes nas ilhas de Cabo Verde e da regularidade que estas oferecem para o enriquecimento ou empobrecimento de tal aptidão. Como também escreve o mesmo Ilídio do Amaral:

«O clima tem definido as características físicas e humanas das ilhas, determinando tipos particulares de solidariedade entre as diversas ordens de fenómenos, como a evolução das formas topográficas, dos solos e da vegetação, do regime hídrico e dos tipos de ocupação humana».³¹

mas nem só isso explica a crise de secas e fomes de 1901-1904. Ao pesado registo de mortes provocadas pela carência alimentar associaram-se as condições climáticas negativas verificadas ao longo da segunda metade da década do século XIX.

Foram diversos os factores que contribuíram para a crise que abordamos e, como já vimos, nem todos se explicam pelas condições dos solos ou do clima. Há questões estruturais que ditaram a complexidade do ocorrido nas ilhas cabo-verdianas e que só poderiam ter-se resolvido com estudo aturado, dedicação técnica e alguma criatividade, somados a uma visão apontada ao futuro da parte

²⁹ Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*. Lisboa, Tipografia Minerva, 1964, p. 160

³⁰ Idem, p. 161

³¹ Amaral, Ilídio do, *Cabo Verde: Introdução geográfica*, 2ª edição. Em *História Geral de Cabo Verde*, Albuquerque, Luis, Santos, Maria Emília Madeira, Coord. Vol I. Lisboa, Praia, 2001, p. 4

dos sucessivos governadores e administrações provinciais de Cabo Verde, e tudo isso em perspectiva com a sustentabilidade alimentar do território e também com as políticas coloniais gizadas em Lisboa.

Mas a verdade é que, não sendo fácil ultrapassar muitos dos problemas estruturais que o arquipélago apresentava no início do século XX, os problemas conjunturais que durante os períodos de seca e escassez de colheitas se colocavam e que urgia serem resolvidos para evitar a sangria populacional, raramente foram equacionados em linha a serem resolvidos ou, pelo menos, olhados com atenção por parte de quem o devia fazer antes, durante e depois da agudização das crises de secas e fomes.

1.5 –Uma panorâmica sociológica sobre a posse e o acesso à terra

Após o achamento de Cabo Verde em 1460, a primeira ilha do arquipélago a ser objecto de povoamento foi Santiago, em 1462, por ser a que aparentemente ofereceria melhores condições morfológicas para isso. O povoamento das restantes ilhas foi determinado por um processo progressivo e estendido no tempo que assentou na concessão de privilégios a uma pequena quantidade de portugueses reinóis que, por sua vez, se encarregaram de, através do recrutamento de escravos negros trazidos especialmente das costas da Guiné, de negros livres e forros que acompanhavam de livre vontade os comerciantes que aportavam a Cabo Verde, os mercenários ou os que faziam até parte de tripulações de navios e viam no arquipélago, quiçá, uma boa oportunidade para se estabelecerem em terra firme.³²

Os Donatários a quem foram outorgados os direitos sobre os territórios de Cabo Verde e depois aqueles a quem estes concederam direitos de exploração sobre as terras tinham como incumbência real proceder à colonização desta nova região geográfica, estabelecer ali direitos político-coloniais e encetar a exploração dos recursos disponíveis. A posição geográfica e oceânica de Cabo Verde foi também encarada como um ponto de apoio importante para novas incursões dos navios portugueses que circundado as costas de África Ocidental se projectavam em busca dos territórios das especiarias e na peugada de um comércio triangular que incluiria África, Europa e América, visando igualmente, como era apanágio neste período, o tráfico negreiro. Para além disso o arquipélago revelou-se igualmente fundamental para o abastecimento de água e víveres aos navios que aportavam àquela importante plataforma marítima que se encontrava favorecida, nesse movimento comercial, pelos ventos alíseos fundamentais na navegação dos navios que cruzavam outras latitudes geográficas.³³

³² Rodrigues, Nélida Teresa S., *Políticas públicas e desenvolvimento da agricultura na ilha de Santiago-Cabo Verde*, Recife-Brasil, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010, p.21. Dissertação de Mestrado.

³³ Rodrigues, Nélida Teresa S., *Políticas públicas e desenvolvimento da agricultura na ilha de Santiago-Cabo Verde*, Recife-Brasil, Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010, p.21. Dissertação de Mestrado.

«A necessidade de produtos alimentares para o abastecimento dos navios portugueses que aportavam à ilha de Santiago, assim como a demanda externa por esses produtos no comércio com a costa africana e com Portugal, contribuiu para uma ocupação rápida dos solos e a exploração dos mesmos para fins comerciais».³⁴

Os regimes jurídicos que entretanto regularam a posse da terra em Cabo Verde, iniciaram-se, como era aliás habitual, com a divisão em donatarias. Os donatários não tinham no entanto direito sucessório sobre os territórios que estavam sobre a sua alçada. Tal situação implicava que, após a morte dos mesmos, os territórios voltassem à posse da Coroa. Depois das Donatarias surgiram ainda as concessões feitas pela Coroa a Companhias Coloniais que, dotadas porventura de capitais necessários ao desenvolvimento da sua actuação em Cabo Verde ali assentaram arraiais, ainda que usufruindo principalmente de mão de obra escrava, encarada, por esta altura, como um vulgar «meio de produção intensivo». Estas variantes da posse da terra provocariam, forçosamente, algum deslaçamento entre os possuidores do património fundiário, exclusivamente interessados em obter o rendimento máximo do capital investido, deixando secundarizadas as populações e as suas formas de vida ou sobrevivência.

No século XVI assiste-se à implementação de um novo instrumento jurídico de regulação de posse da terra assente na «tenência», isto é, numa posse vinculada, e no «alódio», sendo que este segundo considerava a propriedade livre e plena. Surgem ainda por esta via o «Morgadio» e a «Capela» como instrumentos legais que se mantêm até 1864, data em que a Coroa, dando cabimento aos novos tempos de políticas liberais que se haviam instalado em Portugal, regulamenta a extinção dos «Morgadios» permitindo a fragmentação das propriedades rurais quer através da instituição da partilha do património entre os herdeiros do mesmo quer da sua livre transacção através da venda. Também o património pertencente à igreja e a ordens religiosas bem como uma boa parte do património realengo ficou debaixo do mesmo novo regime jurídico trazido a Cabo Verde pelas novas orientações liberais.

Apesar de tão importante mudança operada no regime jurídico e fundiário de Cabo Verde, aparentemente, e por efeito do que assinalámos no parágrafo anterior, as grandes propriedades e os grandes proprietários nunca deixaram de se comportar, do ponto de vista da posse patrimonial, como se, na prática, ainda fossem «Morgados» nos privilégios.

Pese este novo regime de propriedade, muito pouco, como vimos, se alterou em Cabo Verde. Sendo que, ao contrário do expectável, acabaria por ser, em muitos casos, mais um factor de instabilidade ou de fragmentação patrimonial e do seu objectivo último que é a rendibilidade da

³⁴ Idem

propriedade, atendendo a que, para além do regime jurídico desta existem todo um conjunto de determinismos e condicionamentos incontornáveis que concorrem, e concorreram, no caso vertente do arquipélago de Cabo Verde, para o estiolamento das hipóteses de aproveitamento da produção agrária e da capacidade de os proprietários conseguirem proceder a uma efectiva rentabilidade económica do património recebido em herança por morte dos seus ancestrais.

Desde que se completou o povoamento da generalidade das ilhas de Cabo Verde, e ao longo do mesmo, os habitantes vão-se confrontando com a realidade das circunstâncias que os cercam em termos dos condicionalismos climáticos, da irregularidade das chuvas ou da sua completa ausência durante anos consecutivos, mas igualmente da pobreza dos solos cabo-verdianos, do fraco coberto vegetal e da sua pouca qualidade e aptidão agrícola, bem como de pragas de vermes que oportunisticamente se apropriam das plantações quando estas se encontram num estado de debilidade por falta de irrigação suficiente, mas também do relevo e geografia natural das ilhas . A percepção dramática de todos estes factores fez-se, nas ilhas de Cabo Verde, numa primeira linha, pela ausência de capacidade de produção e armazenagem de bens de consumo agrícola que atendessem, de forma contínua, às necessidades alimentares das populações, e numa segunda linha à excessiva concentração da propriedade das terras disponíveis no arquipélago nas mãos de alguns poucos grandes proprietários e à prática de uma agricultura que durante muito tempo se baseou em mão de obra escrava e produção de pendor mercantilista e de vocação exportadora. Começa a perceber-se que este regime de propriedade não servia a grandes nem a pequenos proprietários e menos ainda a rendeiros. Os primeiros porque não acumulavam capital como pretenderiam, os segundos porque não dispunham de fundos suficientes para resistir aos períodos de secas rigorosas e os rendeiros porque rapidamente se viam na penúria total a que normalmente se acrescentavam a penhora dos seus parques haveres por incumprimentos de contractos de arrendamento.

A constatação de que o regime jurídico da terra, maioritariamente vigente em Cabo Verde, exibia uma rigidez que promovia a dificuldade de adaptação a mudanças na exploração agrária desenvolvida até então exigia uma nova plasticidade e outras dinâmicas agro-económicas para que se pudessem eventualmente superar as dificuldades naturais oferecidas pelo clima e pelas condições agrestes dos territórios de Cabo Verde. Os «Morgadios», sem capacidade tecnológica ou inventiva bem como de reinvestimento no processo agrícola, perdiam também a possibilidade de se tornarem um factor a ter em conta para romper o ciclo quase ininterrupto de secas e fomes e contribuíram, pelas suas características, ao longo dos séculos XVII e XVIII, para a falência da agricultura virada para a exportação nas ilhas de Santiago e Fogo.

A *perversidade* económica do regime jurídico de «Morgadio» e a condenação que se exercia sobre as propriedades ao manterem-se imobilizadas mesmo quando seria necessário e absolutamente justificado, e imprescindível, por todas as razões óbvias, a mobilidade das mesmas, através da sua alienação ou divisão parcelar, ditou uma sentença de empobrecimento permanente e continuado, por vezes absoluto, e de falência dos seus proprietários sujeitos a um regime que os tinha cativos de um bem que continuamente os puxava para o precipício económico e financeiro, bem como a todos os que dependiam dele. A verdade é que se esta era uma situação que poderia agradar a alguns, prejudicava em muito a chegada de outros agentes com outras capacidades e dinâmicas aptas a uma melhor exploração agro-pecuária das terras cabo-verdianas. A incapacidade de promover a disrupção do *statu-quo* das populações de Cabo Verde foi-se mantendo inalterada no tempo. Ou seja, os «Morgadios» e «Capelas» constituíram-se num factor de desagregação social e pobreza tornando-se em mais um elemento exponenciador das crises alimentares consecutivas com que os cabo-verdianos tinham que lidar sempre que ocorria uma estiagem prolongada, e sabemos que isso acontecia com regularidade mais ou menos previsível não se tendo alterado até meados do século XX.

Amaral diz, na obra que já aqui citámos, que

«Nem a extinção dos Morgadios nem a abolição da escravatura, parecendo à primeira vista que modificariam o regime latifundiário, tiveram qualquer efeito; após uma fase breve de fragmentação, a grande propriedade foi-se reconstituindo, através de casamentos e aquisições. Aqueles que não possuíam terras, em número muito elevado e engrossado depois pela massa de antigos escravos libertos, tiveram de se submeter aos abusos de contractos de tal maneira onerosos e desumanos que algumas vezes acordaram desejos de revolta»;³⁵

bem sabemos como era difícil em Cabo Verde conciliar coisas que aparentemente eram inconciliáveis. O regime jurídico de posse da terra, designado «alodial», entregava ao proprietário a livre organização e gestão das suas terras. Este dispunha como bem entendesse da sua propriedade. Podia vender, doar, parcelar, enfim o que quisesse fazer com o seu património. Olhamos para o regime «alodial» e somos de imediato levados a pensar que talvez tivesse sido o melhor para se implementar em Cabo Verde. Mas a verdade é que com esse regime se poderia correr o risco oposto ao «Morgadio», isto é, proceder-se de tal modo à fragmentação da terra, por partilhas ou vendas, que esta ficasse de todo impossibilitada de se tornar viável à sustentabilidade de uma economia mercantil e exportadora como a que se procurava ter em Cabo Verde. Daí que, olhando para as opções da coroa, no que diz respeito à aplicação do regime de «Morgadio», talvez se possam compreender melhor porque tais opções foram tomadas,

³⁵ Silva, António Correia e, *O económico, História Geral de Cabo Verde* 2ª edição, Albuquerque, Luis, Santos, Maria Emília Madeira, Coord. Vol I. Lisboa, Praia, 2001, p. 206

nomeadamente evitando-se assim a dispersão das terras por muitos proprietários e, por outro lado, fugindo-se à sua eventual fragmentação e evitar dessa maneira invalidar a sua rentabilidade para que se pudesse, portanto, desenvolver e sustentar a actividade exportadora no arquipélago.

Mas a fragmentação inicial das terras acabaria até por não colocar em causa o «Morgadio». A abolição da escravatura na qual assentava a mão de obra ao dispor dos morgados encontrou estes já numa situação difícil pela limitação imposta pela coroa à exportação de alguns produtos cabo-verdianos. Por outro lado, os antigos morgados, embora tivessem conseguido resistir ao movimento de fragmentação das propriedades, não tendo ao seu dispor a mão de obra escrava, não teriam também meios que lhes permitissem cultivar todas as suas terras por forma a delas retirarem o proveito que desejavam. Passaram então a arrendá-las ou a estabelecer parcerias com os rendeiros. A questão é que esses contractos eram tão abusivos que não permitiam aos rendeiros ou parceiros terem uma vida substancialmente diferente da que tinham quando eram escravos. O seu trabalho nas terras arrendadas ou em parceria mal dava para sustentar a família e pagar a renda, só o conseguindo fazer em bons anos agrícolas, nos restantes, que não eram muitos, continuavam na dependência de pedir dinheiro a juros para pagar as rendas ou ficavam à mercê da hipotética complacência do senhor da terra a quem, como refere Ilídio do Amaral, continuavam a chamar «Morgado».³⁶

Em resumo: quando olhamos para as crises de secas e fomes, não podemos equacionar apenas alguns problemas isolados capazes de só por si as causarem, teremos que colocar na equação igualmente a questão da posse e do acesso à terra pelos cabo-verdianos, antes, durante e depois do período que estudamos aqui em concreto. E desse ponto de vista tanto o investigador Emílio Moran³⁷ quanto também David Patterson³⁸ convergem na opinião de que embora as crises de secas sejam um factor gravoso sempre presente na vida do arquipélago, os regimes de posse e exploração da terra desenvolvidos pelos portugueses, para além da não compatibilização com a realidade dos solos disponíveis em Cabo Verde, provocaram distorções na gestão e produção agrícola bem como se mostraram incapazes de ajudar na questão alimentar das populações face à escassez dos recursos disponíveis, não tendo ido além da replicação das práticas agrícolas e do tipo de culturas praticadas em Portugal continental sem qualquer adaptação ou ajustamento à realidade de Cabo Verde num ambiente climático diverso do território continental português. No fundo, o tipo de agricultura e as

³⁶ Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*. Lisboa, Tipografia Minerva, 1964, p. 198

³⁷ Moran, F. Emilio, *The evolution of Cape Verde's agriculture*. In *African Economic History*, no. 11, 1982 pp. 63-86, published by: Africa Studies Program University of Wisconsin-Madison. [consultado em 15 de Janeiro de 2016]. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3601217>

³⁸ K. David Patterson, *Epidemics, Famines, and Population in the Cape Verde Islands, 1580-1900*. In *The International Journal of African Historical Studies*, Vol. 21, No. 2, 1988, pp. 291-313, published by Bonton University African Studies Center. [consultado em 17 de Março de 2016]. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/219938>

culturas introduzidas mais não faziam do que corresponder às prioridades de exploração colonial e comercial que Portugal pretendia desenvolver. Patterson foi mesmo mais longe ao acusar a administração portuguesa por tudo o que acontecera de grave nas crises de secas e fomes no século XX, acusando-a de ser, para além do mais, insensível e incompetente.

1.6 – Culturas agrícolas e crises

À medida que vamos tomando contacto com a realidade do que era Cabo Verde à data do período que estudamos e lançamos o olhar sobre períodos antecedentes em que também ocorreram crises de secas e fomes com resultados igualmente catastróficos em termos do número de óbitos registados entre a população, e apesar das explicações para essas crises nos parecerem razoavelmente fáceis de entender por via dos constrangimentos climáticos já nossos conhecidos em Cabo Verde, não deixamos de nos surpreender quanto tomamos contacto com a inacção que genericamente muitos actores políticos e responsáveis coloniais em Cabo Verde exibiram perante as ondas sucessivas das ditas crises de secas e das fomes subsequentes que levaram a que a tragédia social e populacional aparecesse hoje, aos nossos olhos, como sendo resultado de uma *normalidade* quase inevitável no arquipélago face a tantas fragilidades exibidas.

A informação que nos chega de há mais de um século atrás é que a crise de 1901-1904, apesar de tudo, foi mais castigadora numas ilhas do que noutras. Com excepção de algumas ilhas, como sejam as do Sotavento, Santiago e Fogo, ou ainda a Brava, e outras com menor competência agrícola localizadas no Barlavento, como São Nicolau ou Santo Antão, as práticas agrícolas e as culturas funcionavam claramente focadas na subsistência. Em qualquer dos casos, umas e outras, em particular as que permitiam alguma extensão na produção agrícola, estavam sujeitas aos mesmos padrões de constrangimento dos factores que enunciámos até agora.

O facto de as crises de secas terem muito mais impacto nas ilhas e regiões onde se podiam praticar culturas de regadio do que naquelas onde se praticava o sequeiro, por serem estas até a registarem menos abundância de água para rega, pode parecer contraditório, mas na verdade as ilhas onde a agricultura não tinha grande expressão e sendo praticamente apenas de subsistência e praticada em exíguas parcelas de terras alodiais, as populações possuíam alguma segurança alimentar baseada, ainda que muito escassamente, na carne de cabra e porco, animais que muitos cabo-verdianos criavam, a que adicionavam alguns produtos vegetais e hortícolas cultivados em pequena quantidade nas suas parcelas de terreno.

Nas ilhas de Sotavento, por outro lado, nas áreas onde se podia fazer regadio, cultivava-se o feijão de várias espécies, a batata doce e a mandioca, cultivos esses feitos normalmente em associação

com o milho ³⁹ que é, no essencial, a cultura mais importante em Cabo Verde e a que, em tempos de crises de secas e fomes se apresenta como a única, ainda que fraca solução, para alimentar as populações. A mandioqueira tem a vantagem de ser, conforme a sua espécie, a planta que melhor resiste ao clima semiárido de Cabo Verde e, para além disso, pode aguentar-se a produzir durante vários anos, tendo porém a desvantagem de demorar meses a entrar em produção. Curiosamente, segundo Ilídio Amaral, ⁴⁰ a espécie de mandioqueira que melhor resiste à falta de humidade é aquela que os cabo-verdianos menos apreciaram.

Outros produtos e culturas existiam, genericamente, na realidade cabo-verdiana referida ao período abordado, mas ou tinham pequena escala ou não concitavam a atenção dos naturais de Cabo Verde na sua produção. Casos do tabaco, do amendoim, e culturas frutícolas realizadas em hortado e sujeitas, na sua produção, à secura do clima. Merece, no entanto, uma nota mais relevante a cultura da cana de açúcar, um produto de rendimento apreciável que sustentava «um comércio interno de aguardente e de algum açúcar e mel [...]». Entre os produtos de consumo interno e igualmente destinados à exportação, temos de colocar a cana de açúcar. A quase totalidade da sua produção era usada no fabrico de aguardente.⁴¹ É bom referir, que a cultura da cana e a aguardente dela extraída foi sempre promotora de alguma controvérsia e de problemas no seio da sociedade cabo-verdiana, especialmente pelo abuso que os naturais, e nomeadamente os mais desfavorecidos, faziam dela, havendo até períodos, mesmo já durante o Estado Novo, em que a sua produção esteve proibida no arquipélago.⁴²

As contrariedades climáticas implicavam ainda a que a circulação da atmosfera permitisse a chegada às ilhas de vagas sucessivas de gafanhotos que numa acção quase de varrimento destruíam as plantações no seu caminho. Em consequência o gado morria por falta de pastos e as populações pobres definhavam por falta do milho, base da sua alimentação. Abria-se assim o caminho para o ciclo da carência alimentar e das doenças e epidemias. Neste equilíbrio tão instável que dominava pessoas, terras e animais em todo o arquipélago, o que podemos dizer é que o resultado final de quaisquer trabalhos agrícolas e de qualquer plantação, era sempre de grande imprevisibilidade mas, se pudéssemos resumir tudo isto a princípios minimalistas, poderíamos afirmar que em Cabo Verde acontecia um jogo que tinha que ser jogado, por questões de sobrevivência, o do homem versus a natureza, sendo que o resultado nunca seria passível de ser apostado.

³⁹ Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*. Lisboa, Tipografia Minerva, 1964, p. 280 e seguintes

⁴⁰ Idem p. 281

⁴¹ Idem, p.283

⁴² Idem, p.282

Num vislumbre de olhar pelos vários séculos, desde que os portugueses se depararam com a ilhas do arquipélago, o clima pouco amigável para terras e homens tem sido a única e mais importante constante na responsabilidade das crises de fomes, doenças e mortandades em Cabo Verde. Claro que na fragilização das condições de vida a que sempre estiveram sujeitos os cabo-verdianos não podem de modo algum ser tomadas como despiciendas as responsabilidades das sucessivas administrações locais, do governo da província e, sublinhadamente, a responsabilidade dos grandes senhores das terras, muitos deles, como já dissemos, vivendo apenas de parcerias ou arrendamentos com contractos capciosos e de quase impossível cumprimento pelos rendeiros.

Ou seja, e em resumo: o que se pode acrescentar ao já escrito é que existem muitos factores a *alimentar* as causas das diversas crises de secas e fomes em Cabo Verde, sendo que nenhuma destas, ao longo da história do arquipélago, pode ser separada do forte e continuado impacto da componente do regime jurídico da propriedade da terra, particularmente nas ilhas mais aptas à agricultura, e das distorções e desequilíbrios permanentes que isso introduziu na capacidade e organização da produção agrícola com vista a uma cabal e efectiva resolução do problema alimentar do território. A isto acresce ainda o facto de se constatar uma razoável falta de vontade (e saber) por parte dos poderes públicos para tomarem as providências que garantissem um socorro eficaz às populações vulneráveis em linha com uma estratégia condicente, a mais longo prazo, com a sustentabilidade alimentar.

1.7 – Devastação provocada por secas e outras causas

Já o escrevemos antes, o milho foi sempre a principal cultura no arquipélago de Cabo Verde. Para além de tudo o mais, era de relativamente fácil acomodação às condições e sinuosidades do clima cabo-verdiano. Sendo um produto que estava na base da alimentação das populações locais não era por isso um factor chave da economia de exportação, mas, apesar de tudo, e só para que se afira da sua importância económica para Cabo Verde, refira-se, a título de exemplo, que nas exportações anuais registadas em anos de prosperidade o arquipélago exportava este cereal para o continente. As razões não se prendiam apenas com o excesso de produção, mas também, essencialmente, com a falta de infra-estruturas dedicadas a essa função nas ilhas cabo-verdianas. Em anos de crise era feito o movimento inverso com este cereal a ser importado do continente.

Se olharmos para o panorama das exportações de Cabo Verde, num período de 43 anos que vá de 1890 a 1933, e nos focarmos no intervalo temporal abordado por nós (não havendo dados para o ano de 1904 na fonte à disposição), constatamos que no primeiro ano, o de 1901, em que a crise de secas e fomes começou a fazer-se sentir no arquipélago, o peso percentual do milho, em valor monetário, nessas exportações foi de 11,2%, apenas atrás da purgueira, com 31,4% e do café, na

primeira posição das exportações, com 37,6%. Claro que na crise que estudamos, o ano de 1903, sendo o mais crítico, essa percentagem se refreou abruptamente para os 0,8%, mas em 1902, ano em que a crise já tinha feito uma grande devastação, quer nas culturas quer nas populações, o arquipélago ainda exportou um valor monetário de 7,2%. Estes números, para quem tem que olhar para eles e fazer as devidas extrapolações, causam alguma perplexidade já que, em plena crise, do pouco milho que restaria em Cabo Verde, ou que se havia salvado das agruras climáticas, ainda se continuava a exportar. E mesmo, como vimos para 1903, embora residual, houve alguma exportação de milho.⁴³

Anos	Aguardente		Animais vivos		Açúcar		Café		Couro e peles		Milho		Semente de purgueira		Sal		TOTAL
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
1890	—	—	—	—	—	—	31900,000	24,1	—	—	—	—	—	—	—	—	132497,477
1891	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	42300,000	18,2	—	—	—	—	232205,716
1892	—	—	—	—	—	—	151900,000	44,4	—	—	16600,000	4,8	112500,000	32,9	2082,704	0,6	342356,483
1893	—	—	—	—	—	—	93300,000	35,4	—	—	26200,000	9,9	85400,000	32,4	2918,700	1,1	263698,205
1894	—	—	—	—	—	—	151900,000	46,9	—	—	31000,000	9,6	78400,000	24,2	6449,100	2,0	324078,366
1895	—	—	—	—	—	—	176000,000	38,9	—	—	76600,000	16,9	91800,000	20,3	10449,629	2,3	452578,223
1896	—	—	—	—	—	—	144300,000	37,3	—	—	—	—	11610,000	30,0	19401,960	5,0	386400,130
1897	—	—	—	—	—	—	147300,000	45,5	—	—	5900,000	1,8	83500,000	25,7	6471,106	2,0	324033,133
1898	1404,235	0,0	—	—	7,630	0,0	174839,060	89,8	—	—	5200,000	2,7	73489,028	37,8	6991,990	3,6	194608,425
1899	10330,000	0,0	—	—	3933,000	1,2	89000,000	27,3	—	—	41700,000	12,8	115100,000	35,3	—	—	326258,351
1900	5763,000	0,0	—	—	3552,000	1,0	108500,000	30,8	—	—	74400,000	21,1	93800,000	26,7	—	—	351947,662
1901	3858,048	0,0	8021,300	2,1	1837,350	0,5	140525,910	37,6	24855,875	6,7	41788,650	11,2	117114,618	31,4	3788,695	1,0	373262,039
1902	2813,115	1,2	10195,636	4,3	18,000	0,0	48917,545	20,4	14769,960	6,2	17207,088	7,2	117760,320	49,1	7415,560	3,1	239822,038
1903	1331,500	0,5	9456,260	3,4	42,980	0,0	67832,470	24,1	39839,370	14,1	2140,380	0,8	75197,644	26,7	5951,860	2,1	281690,432
1910	—	—	4678,50	1,5	441,76	0,1	124319,03	38,9	23734,89	7,4	—	—	121178,14	37,9	4473,69	1,4	319907,26
1911	—	—	2740,00	0,9	178,68	0,1	123943,69	42,5	35843,18	12,3	—	—	100205,30	34,3	4076,40	1,4	291920,31
1912	—	—	6044,70	3,6	101,45	0,1	47217,95	27,9	13065,47	7,7	—	—	76788,87	45,4	3165,85	1,9	168971,03
1913	—	—	6656,50	1,9	27,30	0,0	138872,81	39,2	13993,60	3,9	6357,32	1,8	123891,85	35,0	4758,91	1,3	354240,53
1914	—	—	4672,80	1,6	—	—	94715,21	32,0	—	—	—	—	112179,00	37,9	5673,97	1,9	295768,46
1915	—	—	—	—	50657,12	16,0	129729,10	44,2	20410,45	6,5	54325,40	17,2	109294,44	34,5	—	—	316395,75
1916	—	—	—	—	74955,66	22,6	174836,06	52,7	32845,18	9,9	220664,18	66,5	71121,56	21,4	—	—	331860,18
1923	148092,00	9,2	—	—	—	—	113722,80	7,0	86952,85	5,4	—	—	—	—	—	—	1616074,85
1924	284856,00	6,0	—	—	—	—	1043556,00	22,0	—	—	—	—	—	—	—	—	4740119,85
1925	176369,00	—	—	—	—	—	2517673,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1926	171148,55	—	—	—	—	—	333588,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1927	94733,60	—	—	—	—	—	665210,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1928	66336,00	2,4	99605,00	3,6	—	—	143270,00	5,2	95992,00	3,5	—	—	562543,30	20,4	138343,50	5,0	2763682,01
1929	29299,20	0,5	—	—	—	—	205812,00	3,3	132443,00	2,1	200569,00	3,2	2597810,70	41,0	217042,76	3,4	6330035,20
1930	22154,00	0,3	30089,00	0,5	—	—	1276028,00	20,1	144838,50	2,3	521495,70	8,2	1554044,80	24,3	261561,70	4,1	6536096,05
1931	7719,00	0,2	—	—	—	—	284943,50	8,4	176037,50	5,2	418738,00	12,3	927921,50	27,3	228647,40	6,7	3394376,50
1932	6175,00	0,3	—	—	—	—	141870,00	6,9	237783,00	11,6	533,00	0,0	883420,00	43,2	194160,20	9,5	2044558,34
1933	13628,50	0,4	—	—	—	—	344276,00	10,9	158713,50	5,0	218756,00	6,9	940727,00	29,8	264828,54	8,4	3155300,80

Fontes: João Cesário de Lacerda, *Relatório do Governo Geral da Província de Cabo Verde* (...) 1898, *Estatística do Commercio e Navegação de Cabo Verde*, Guiné, S. Thomé e Príncipe e Angola nos Anos de 1901, 1902 e 1903 e *Resumo do Movimento Commercial dos Anos de 1890 a 1905*, pp. 8-11; António Alfredo Barjona de Freitas, *Cabo Verde*, pp. 34, 48, 50 (números desdobrados de contos em réis); Ernesto J. de C. e Vasconcelos, *Arquipélago de Cabo Verde*, pp. 75-77; *Anuário Colonial*, 1917-18, pp. 315-316, 1927-29, p. 195; *Boletim da Agência Geral das Colónias*, n.º 51 (Setembro, 1929), p. 136, n.º 61 (Julho, 1930), n.º 73, Julho (1931), p. 221; *Anuário Estatístico, Colónia de Cabo Verde*, 1933, p. 59.

Figura 1- Principais Exportações de Cabo Verde

(Fonte: Cabo Verde. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Africano 1890-1930* p. 119)

Quando falamos na devastação agrícola provocada por secas, chuvas e pragas e sendo o factor agrícola e as culturas os primeiros a sofrerem o embate climático de uma estiagem prolongada, temos necessariamente que fazer a ligação deste facto ao que ele representa na vida das populações e nas vítimas que deixa em Cabo Verde, um arquipélago absolutamente impreparado para fazer frente às consequências das dificuldades trazidas pelas crises de estiagem. Pegamos no *Relatório do Serviço de Saúde relativo ao ano de 1903*», elaborado pelo dr. António Manuel da Costa Lerenó⁴⁴,

⁴³ Reis, Célia, *Cabo Verde*, em *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Africano 1890-1930*, Dir., Serrão Joel, Marques, de Oliveira A.H. Vol. XI, Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p.119

⁴⁴ António Manuel da Costa Lerenó, 1850(?). Natural de São João da Pesqueira. Médico militar. Capitão graduado em major. Deputado pelo Partido Regenerador entre 1890-1892. Nomeado para Cabo Verde como Facultativo em 1877 e como responsável pelo serviço de Saúde de Cabo Verde entre 1893 e 1904. *Jornal A Folha de Lisboa* de 5 de Novembro de 1891[Consultado em 2 de Agosto de 2021] disponível em: https://purl.pt/24295/1/478135_1893-1105/478135_189311-05_item2/478135_1893-11-05_PDF/478135_1893-11-05_PDF_24-C-R0150/478135_1893-11-05_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0150.pdf

médico chefe desse serviço à data, no arquipélago, e percebemos de imediato quais foram as gravosas consequências da crise de secas e fomes operadas nas ilhas cabo-verdianas no ano apontado:

«A mortalidade por inanição, por doenças de consequências imediatas da miséria foi excessiva, e só comparável à grande mortalidade pela fome em 1864. Mortes registadas na província foram 12.008 e destas, 10.144 na ilha de Santiago[...]. Mas esta mortalidade na ilha está muito longe da verdade! Calcula-se, sem exagero, que os mortos enterrados fora dos cemitérios, e portanto subtraídos aos registos legais, excedem os 2.000. Foi pois a mortalidade da ilha de Santiago, durante o ano de 1903, pouco mais ou menos de 12.500 pessoas». ⁴⁵

Se considerarmos que a população de Santiago, à data em que o dr. Costa Lereno redige o seu relatório, representava cerca de metade da população total do arquipélago de Cabo Verde, então percebemos exactamente de que tipo de consequências estamos a falar como foram trazidas pela crise de secas de 1901-1904. Havemos de voltar, em capítulo mais à frente, a este tema, mas agora, importa referir que não sendo de todo evitáveis as condicionantes climáticas, a montante, as suas consequências poderiam ter sido minimizadas a jusante do problema climático de Cabo Verde. Costa Lereno, talvez algo impressionado pelos números de falecimentos registados, tece algumas considerações que saíam claramente do seu campo de acção enquanto médico e roçando mesmo a intervenção de âmbito mais político sobre o tema das crises em Cabo Verde, chamando a atenção de que, só no ano de 1903 morreram três quartos da população da província devido à «fome» e à «miséria» e que tal se teria ficado a dever a anos consecutivos de estiagem e particularmente ao ano de 1902, o mais seco de todos. Cita por isso o médico a legislação que obriga à tomada de providências para resolver a situação:

«A lei de 28 de Maio de 1896, no parágrafo 16 do seu artigo 35º impõe a obrigação de se proporem providências para atenuar ou destruir as causas da morte. As que predominaram em 1903, só podem ser atenuadas ou destruídas pela arborização geral da ilha de Santiago e de toda a província». ⁴⁶

talvez Costa Lereno se sentisse respaldado pela sua longa permanência no arquipélago, pelo conhecimento do mesmo e da realidade dos problemas a que frequentemente a sua missão o obrigava. Porém não podemos separar o que pretende fazer lembrar daquilo que era o discurso, recorrente, em torno da arborização de Cabo Verde neste início do século XX.

O médico toca ainda numa série de questões que deveriam ser acauteladas no sentido de obviar às situações que punham em causa a subsistência e mesmo a possibilidade do desaparecimento da

⁴⁵ Lereno, A.M.Costa, *Relatório do Serviço de Saúde de Cabo Verde relativo ao ano de 1903*. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 148-1L

⁴⁶ Idem

população cabo-verdiana por falta de chuvas. Do alto dos seus 22 anos de permanência na província de Cabo Verde, afirmava que de ano para ano agravavam-se e generalizavam-se as estiagens e crises alimentares e atribuía isso à ausência de árvores pela destruição provocada pelo gado que, como já vimos, era um dos principais promotores da destruição da flora endémica e das árvores. Por isso propunha uma arborização geral impondo a plantação forçada e o castigo daqueles que destruíssem as árvores «como se castigaria quem ferisse ou matasse um homem».⁴⁷ Para além dessas medidas, achava ainda que a cabra devia ser banida do território bem como o gado lanígero. Em consequência, e se tais medidas não fossem tomadas, «em breves anos a população morreria de fome».⁴⁸ Costa Lereno entendeu, e explicitou isso no seu relatório, que este era um assunto em que tocava por «obrigação de cargo» ainda que a resolução dos problemas que levantava fossem da competência da administração geral da província. Remata ainda este assunto, reforçando a ideia do risco que as populações corriam, com as secas e fomes constantemente repetidas, dizendo que, só a ilha de Santiago, «com as mortes e emigrações, deve ter perdido, durante o ano de 1903, para cima de 18.000 habitantes»,⁴⁹ estando esse número já até compensado pelos aproximadamente 4.000 a 5.000 nascimentos na mesma ilha.

Como vimos o responsável do Serviço de Saúde de Cabo Verde, pese embora isso não fizesse parte das suas atribuições directas, mas respaldado na sua formação científica e permanência de mais de duas décadas no arquipélago, sentia-se com autoridade moral para elencar e sublinhar algumas causas não naturais nem provocadas directamente por factores climatológicos que julgava estarem na raiz dos problemas das crises no em Cabo Verde. Estas questões por si levantadas foram igualmente abordadas por quem aos problemas das ilhas se dedicou, nomeadamente Senna Barcellos e António Carreira, entre outros. Costa Lereno sublinharia ainda, como outros conhecedores de Cabo Verde, que a arborização geral da ilha seria, quanto a si, o remédio para todos os males do arquipélago.

Mas não deveremos deixar de lado também o facto de que, provavelmente, além da pouca vontade, a incapacidade, falta de preparação ou eventual inabilidade de algumas administrações provinciais, no exercício das suas tarefas e funções, fossem determinantes na inviabilização do rompimento do paradigma secular instalado em Cabo Verde face às crises recorrentes. O seu deslçamento para com as ilhas e as populações sob a sua responsabilidade, a sua agenda pessoal a ditar porventura interesses políticos ou militares mais imediatos, foram eventualmente factores que ajudaram a determinar a gravidade das crises da secas e fomes. Alguns governadores pouco mais ousaram fazer do que abrir trabalhos públicos para ocupar uma mão de obra, na maior parte dos casos,

⁴⁷ Idem

⁴⁸ Idem

⁴⁹ Idem

depauperada fisicamente. Trabalhos esses que eram muitas vezes interrompidos por alegada falta de recursos financeiros para lhes dar continuidade, ou porventura porque preferiam não os alocar a tal objectivo. Nessas alturas sobrava a opção de facilitar ou forçar os naturais a emigrar para São Tomé e Príncipe onde muitos cabo-verdianos nunca se adaptaram às divergências climáticas existentes em comparação com Cabo Verde. Outros nunca regressaram corroídos que foram por doenças diversas ou por um regime de trabalho e maus-tratos por parte dos roceiros e dos seus capatazes.⁵⁰ Carreira refere que apesar da existência de uma *Lei da Emigração de 1903* que regulava os *contractos de serviçais e colonos* em Cabo Verde, Angola e Moçambique,

«os roceiros não cumpriam a lei [...]. Os repatriamentos não se faziam nos prazos [...] com a finalidade de pressionar [...] os serviçais a recontratarem-se, sob a invocação da falta de navios, quer para Angola quer para Cabo Verde; os salários, embora baixos, não correspondiam aos fixados pelas leis locais, a não ser quando estas tivessem sido preparadas à feição e interesse dos patrões; os alimentos eram escassos e nunca os prescritos nas tabelas oficiais; as faltas praticadas pelos serviçais eram punidas arbitrariamente pelos capatazes e encarregados – alguns deles cruéis e de baixo estofo moral – com açoites, palmatoadas ou tronco, isto para não se falar nos frequentes insultos e enxovalhos; a promiscuidade nas sanzalas das roças era repugnante; o problema sexual dos trabalhadores concorria para uma degradação moral sem par. Os capatazes, no uso do seu poder discricionário, apoderavam-se das mulheres e das filhas dos contractados, sequestravam-nas e mantinham com elas relações sexuais [...]».⁵¹

Para além das dificuldades de adaptação referidas, ir para São Tomé, como vimos, era quase como regressar de novo a um regime escravagista, tal era o tratamento destinado aos trabalhadores cabo-verdianos que para ali iam levados por uma emigração forçada ou iludida por promessas de empregadores que, regra geral, nunca eram cumpridas. Muitos destes trabalhadores recrutados entre os naturais de Cabo Verde, e que fugiam a uma morte adiada no arquipélago, eram levados ao engano sob o olhar complacente e conivente dos governadores para com os roceiros são-tomenses e empregadores ao seu serviço em Cabo Verde. Entre esses governadores, tanto Carreira como Barcellos destacam Paula Cid como um dos piores exemplos.⁵²

Ao falarmos de *devastação* em Cabo Verde, não falamos apenas dos desastres climáticos que arrasavam a actividade agrícola em geral. Falamos também da devastação populacional do arquipélago. Olhando para o Mapa da Distribuição Populacional no arquipélago de Cabo Verde, na

⁵⁰ Carreira, António, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984, pp.172-182

⁵¹ Idem p.174

⁵² Carreira, António, *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1984, pp.172 e seguintes.

Figura1⁵³, que abarca o período entre 1885 e 1930, verificamos que para os anos de 1900 a 1904, coincidentes com a crise estudada, há uma diminuição efectiva da população, embora em algumas ilhas mais do que noutras, sendo que no Fogo e Brava (Sotavento) se observaram aumentos embora muito pouco relevantes. A diminuição no Sotavento foi muito mais efectiva do que no Barlavento, e no Sotavento, a ilha de Santiago a mais castigada pela crise, embora S. Vicente e S. Nicolau, no Barlavento, o tenham sido igualmente, mais a segunda do que a primeira. Verifica-se também que até 1930, Cabo Verde, depois da crise de 1901-1904, ainda não tinha recuperado os níveis populacionais existentes no ano antes da crise, em 1900, sendo que até ao primeiro ano do século XX a massa populacional veio sempre em crescendo desde o início de 1885, apesar de as estiagens relativamente gravosas já se acentuarem em quase toda a última década do século XIX. No entanto o crescimento populacional referido foi travado logo no primeiro ano a que reporta o nosso estudo, 1901, prolongando-se até 1904 inclusive. No decorrer desse período o arquipélago perdeu um total de 16.099 pessoas (o mapa da nossa fonte não apresenta dados para a ilha de Maio). Apenas as ilhas de Fogo, Brava e Santo Antão mostram crescimentos relativos. Tal crescimento relativo justifica-se por algumas circunstâncias diferenciadoras e características destas ilhas já anteriormente abordadas. Como já vimos com Costa Lereno, Santiago era sempre a ilha mais penalizada do arquipélago com as crises de secas e fomes. Talvez por isso é que de todas as ilhas de Cabo Verde a generalidade da documentação nas fontes que reportam à época se foque especialmente nela.

Anos	Arquipélago	Sotavento				Barlavento					Grupos	
		S. Tiago	Maio	Fogo	Brava	S. Antão	S. Vicente	S. Nicolau	Boa Vista	Sal	Sotavento	Barlavento
1885	110927	45488	1837	16004	9013	20262	5432	8815	3086	990	72342	38585
1890	127390	56920	1695	16843	9494	22165	6881	9874	2957	561	84952	42438
1895	138796	60767	1813	20009	9842	23735	6211	12093	3776	550	92431	46365
1900	147424	64943	1916	17620	9223	29888	8780	11958	2613	483	93702	53722
1901	145706	67427	—	15649	9216	30189	8617	11542	2575	491	92292	53414
1903	137579	57771	—	18564	9191	30482	8168	10190	2578	635	85526	52053
1904	131325	52471	—	18245	9229	30356	8508	9634	2317	565	79945	51380
1905	134193	52851	—	19768	9319	31181	8609	9561	2310	594	81938	52255
1906	135190	54102	—	20207	9215	30853	8430	9313	2500	570	83524	51666
1910	142552	56082	1895	17882	8976	33838	10086	10462	2691	640	84835	57717
1912	143929	56855	1836	17744	9041	33700	9929	11477	2727	620	85476	58453
1913	147754	59222	1867	17800	9207	33724	10491	12041	2823	579	88096	59658
1915	156180	62035	1911	20405	9599	34995	11301	12321	3092	521	93950	62230
1920	159675	72154	2082	21563	6383	28973	14639	10753	2454	674	102182	57493
1930	146299	59549	1913	20353	8436	28160	12887	11933	2346	722	90251	56048

Figura 2 - Mapa da Distribuição Populacional no arquipélago de Cabo Verde

Fonte: *Cabo Verde. Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Africano 1890-1930* p. 109

⁵³ Reis, Célia, *Cabo Verde. Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Africano 1890-1930* Dir., Serrão Joel, Marques, de Oliveira A.H. Vol. XI, Lisboa: Editorial Estampa, 2001, pp. 17 e seguintes

Capítulo 2 – O país e o arquipélago em tempos de crise

2.1 - O que se debate no Parlamento e Câmara dos Pares acerca das crises em Cabo Verde

De um modo geral, e no período que abordamos, o que pode dizer-se é que tanto a Câmara dos Deputados como a Câmara dos Pares do reino só começaram a interessar-se verdadeiramente pelos problemas de Cabo Verde, relativamente às crises de seca e fomes neste período, depois dos mesmos serem largamente expostos na imprensa nacional no continente através dos correspondentes dos jornais mais relevantes a nível nacional que se encontravam no arquipélago a assistir, *in loco*, à realidade que desfilava perante os seus olhos ou por informação de gente das suas relações presentes em outras ilhas. Uns jornais destacaram-se, mais do que outros nesses relatos, em qualquer caso, a presença de Cabo Verde na imprensa nacional da época foi uma constante.

Fomos um pouco mais atrás nas agendas das sessões de ambas as câmaras, no período temporal que estudamos recuando ao último ano do século XIX para perceber quais as preocupações que as crises de Cabo Verde lançavam sobre os representantes do reino. Como afirmámos, ficou-nos a convicção de que o arquipélago não mereceu realmente uma atenção, mais do que a dedicada a outro tema qualquer por parte dos lídimos representantes da nação.

Relativamente à Câmara dos Deputados, encontramos, sobre Cabo Verde, nos diários da mesma, a menção à questão da renovação ou não da presença da sucursal do Banco Nacional Ultramarino (BNU) naquele arquipélago.⁵⁴ Esta questão acaba por ser apenas relevante tendo em conta o papel activo que o BNU teve no que concerne ao fomento de Cabo Verde e, bem assim, igualmente no sua acção, em tempos de crise de secas e fomes, na ajuda substancial com a entrega gratuita de cereais para alimentação dos famintos. Este facto foi trazido à colação pelos deputados que viam nisso um motivo para se renovar a concessão ao BNU, nomeadamente porque em 1877, comprou e ofereceu à câmara municipal da cidade da Praia, para distribuição aos famintos, cerca de 2.000 arrobas de milho e outras tantas de feijão e outros géneros e isso representaria, portanto, um aspecto a favor da continuidade do BNU.⁵⁵

No início de 1901, o governo, talvez tocado pela pobreza das populações e querendo atender aos problemas no arquipélago, leva à Câmara dos Deputados o projecto de lei nº 6 relativo à proposta ministerial nº 3 A, através do ministro da Marinha, Teixeira de Sousa⁵⁶, que era quem tinha a tutela

⁵⁴ Diário da Câmara dos Deputados-Monarquia Constitucional, Sessão nº 36 de 14 de Março de 1901, pp. 17 e seguintes

⁵⁵ Idem

⁵⁶ António Teixeira de Sousa, 1857-1917. Natural de Sabrosa. Médico, político de carreira, ministro do Partido Regenerador em várias pastas tendo como primeiro ministro Hintze Ribeiro. Governador do Banco Nacional Ultramarino. Deputado entre 1890-1900. Par do reino. Integrante de várias comissões parlamentares. Mónica, Maria

da Colónias, sobre o regime das concessões ultramarinas e propondo algumas alterações ao código administrativo de 1876, em vigor à data, no tocante à divisão dos baldios pertencentes ao estado no sentido de que houvesse uma divisão e atribuição dos mesmos às famílias vizinhas desses baldios por forma a que pudessem melhorar as suas condições económicas aumentando a sua sustentabilidade em tempos de crises.⁵⁷ O interesse nessa divisão e atribuição era de certo modo ambivalente sendo que a ideia que ficou mais ou menos clara era a de atenuar a falta de meios de subsistência da população e reduzir, por essa via, a necessidade do auxílio do estado aos famintos.⁵⁸ O que ficou claro nas discussões desta matéria na câmara dos deputados é que o tema não era pacífico, até pelas obrigações que eram imputadas aos potenciais foreiros sobre a tarefa obrigatória, além do pagamento anual do foro, de plantarem 10 árvores por hectare e por ano até atingirem no mínimo 50 árvores. Mesmo sendo as plantas, sementes, estacas, etc., cedidos gratuitamente; na verdade, podemos perceber facilmente que uma população com fome não estivesse muito focada na arborização das ilhas, pelo que muitas terras dos baldios ficaram por aforar.⁵⁹

Em 1901, embora a crise de fomes não estivesse ainda a abater-se em pleno sobre o arquipélago, a verdade é que esta já tinha chegado a Cabo Verde há algum tempo, e como vimos anteriormente, a falta de chuvas tão necessárias ao desenvolvimento das culturas nas ilhas, arrastava-se desde o fim da primeira metade da última década do século XIX. Pelo que, argumentava-se, qualquer coisa que fosse feita em matéria de arborização em Cabo Verde nunca iria ter impacto a nível climático nos anos mais próximos. Apesar disso estabeleceram-se na câmara dos deputados duas linhas de força quanto à candência da divisão dos baldios: uma que assumia essa divisão e a arborização obrigatória e outra, que não lhe era frontalmente oposta mas que não via nisso quaisquer resultados a curto prazo para resolver a questão da crise de fomes que batia frequentemente às portas de Cabo Verde.

Em Maio de 1903, o deputado Reis Torgal⁶⁰ chama a atenção do governo, em especial do ministro da Marinha, na sequência de uma carta que diz ter recebido (embora não divulgue a origem) sobre o estado em que se encontrava Cabo Verde:

«A estiagem deste ano tem reduzido à fome e à miséria os habitantes de Cabo Verde, tornado quase desertas aquelas ilhas. Os que são válidos emigram para outras terras [...], os que não estão prostrados

Filomena, Coord^a. *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910 D-M*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005, pp. 802-809

⁵⁷ Diário da Câmara dos Deputados-Monarquia Constitucional, Sessão nº 36 de 14 de Março de 1901, pp. 7,8

⁵⁸ Idem

⁵⁹ Diário da Câmara dos Deputados-Monarquia Constitucional, Sessão nº 15 de 1901, pp. 15 e seguintes

⁶⁰ Luis Gonzaga dos Reis Torgal, 1852-1914. Natural de Barroca-Fundão. Advogado, político, jornalista, presidente e vice-presidente da Câmara Municipal do Fundão, deputado pelo Partido Regenerador entre 1884-1886. Aranha, Brito; Silva, Innocêncio Francisco da. *Dicionário Bibliográfico Português*, tomo XVI. Lisboa, Imprensa Nacional, 1893, p.33. [consultado em 22 de Abril de 2021]. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242735>

fogem; os que podem abandonar o solo da sua terra abandonam-na. Ficarão só os inválidos até que a morte os liberte do cativeiro, e esses efectivamente vão morrendo à míngua. A fome [...] assola os campos e as cidades, sendo já, neste momento, extraordinária a mortalidade na Praia, em São Vicente e em todo o arquipélago [...]. Nestas condições, é urgente que o governo providencie mandando pôr em execução as obras planeadas – estradas, canalização de águas, etc – afim de dar trabalho e meios de sustentação à classe operária e jornaleira».⁶¹

o ministro já tinha sido anteriormente acusado pelo deputado Arthur Montenegro de que no aumento da despesa para as colónias, algumas verbas inscritas no orçamento para despesas de 1904, as alocadas a Cabo Verde, só podiam ter sido «copiadas do orçamento da China».⁶² Aquilo que é verdadeiramente importante referir é que tendo a crise de chuvas vindo a acentuar-se mais gradualmente desde 1901, o arquipélago não mereceu, da parte da Câmara dos Deputados, qualquer menção ou discussão entre 1901 e 1903, ano este em que o território mergulhou profundamente numa das suas piores crises de secas e fomes registadas, tendo só a partir daí regressado à Câmara as questões sobre Cabo Verde. Em Março de 1903, já com o ministro Raphael Gorjão à frente do ministério da marinha, este afirmou perante os deputados que Cabo Verde dispunha de recursos para a implementação de trabalhos com vista à minimização da crise que se instalara.⁶³

Se olharmos para aquilo que foi a política de alguns governadores em Cabo Verde, nomeadamente Paula Cid, nos apoios ou outros auxílios às populações, verificamos que existe uma disparidade muito grande entre aquilo que se passava no arquipélago, e o que se discutia na Câmara dos Deputados em Lisboa. O que constatamos é que os políticos em Lisboa, e especialmente o governo, não estavam, apesar de tudo, muito compenetrados da verdadeira dimensão da tragédia ou, se estavam, achavam que estavam a tomar as medidas que deviam ser tomadas. É certo que a informação que chegava ao governo em Lisboa, vinda do governo provincial de Cabo Verde, especialmente do governador Paula Cid, não era de molde a trazer a verdade, mas antes a iludi-la. Como disse Carreira, referindo-se ao estado da ilha de São Nicolau, «O estado da ilha não é menos precário que o de Santiago. Fome e doença – estão como os dois partidos rotativos: quando um impera, outro descansa e assim sucessivamente».⁶⁴

Há uma certeza com que chegamos a este ponto do nosso trabalho: é que foram muito escassas as vezes, de 1901 a 1904, em que o assunto da grave crise de secas e fomes vivida em Cabo Verde foi trazido à Câmara dos Deputados. Pelo que julgo poder-se concluir que a informação chegada quer ao

⁶¹ *Diário da Câmara dos Deputados-Monarquia Constitucional*, Sessão nº 15 de 1901, pp. 15 e seguintes

⁶² *Diário da Câmara dos Deputados-Monarquia Constitucional*, Sessão nº 67 de 05 de Maio de 1903, pp. 3,4

⁶³ *Diário da Câmara dos Deputados-Monarquia Constitucional*, Sessão nº 28 de 03 Março de 1903, p. 18

⁶⁴ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.52

governo quer à Câmara, foi morosa, truncada ou mesmo branqueada sobre o que naquele território se passava. A única vez que encontramos, em qualquer diário das sessões da Câmara, algo que pudesse, de algum modo, mesmo que lateral, dizer respeito a Cabo Verde, isso teve a ver com as alterações introduzidas ao *Regulamento do Trabalho Indígena* que permitiam o envio de trabalhadores para São Tomé. O resultado foi que dois ou três meses passados sobre essa alteração, seguiram para São Tomé mais de três mil trabalhadores.⁶⁵ E isso não teve, como facilmente se comprova, a ver com falta de informação da tragédia que devastava Cabo Verde e as suas populações. Tanto o governo em Lisboa como os deputados, liam jornais e tinham acesso, a informação oficial vinda da província. Os grandes jornais portugueses do continente como sejam o *Diário de Notícias*, o *O Século*, o *Comércio do Porto*, e mesmo o *Jornal de Notícias*, em menor escala, e tantos outros jornais insulares ou nacionais de menor dimensão puxavam o assunto às suas páginas.

Senna De Barcellos acusa o governo de Cabo Verde, na pessoa do governador Paula Cid dizendo que «A grande mortalidade que todos deploraram em 1903 e [...] 1904 foi consequência dos actos de uma irreflectida administração e não de uma esterilidade completa, como se apregoeou».⁶⁶ Alega ele, na mesma obra que citamos que, inclusive, o ano de 1903 não se tinha apresentado pior do que o de 1897, em que também houve escassez de chuvas e de colheitas. Genericamente, das palavras deste autor, que viveu e observou *in loco* as situações reais ocorridas por todo o arquipélago, percebemos que ele atribui a responsabilidade maior da tragédia da fome em Cabo Verde aos governadores Arnaldo Novais Rebelo, que antecedeu Paula Cid, mas principalmente ao segundo a quem acusa de ter enviado por telégrafo um relatório que iludia e/ou ocultava completamente a situação real das ilhas, procurando que se pensasse em Lisboa que a sua competência e administração estava à altura da crise na província. Talvez esta possa ser afinal a explicação que justifique alguma inacção do governo em Lisboa quanto à situação do arquipélago, de que o acusam, aliás, alguns jornais. Ao que diz Barcellos, foi só quando Loff de Vasconcellos enviou à imprensa de Lisboa um extenso artigo sobre o que se passava no arquipélago e que não correspondia, de todo, ao quadro que Paula Cid mostrava no seu relatório, é que se terá produzido em todo o país o efeito de «milhares de bombas de dinamite» em relação à tragédia que grassava em Cabo Verde.⁶⁷

Na Câmara dos Pares do reino, alguns Pares levantavam-se em favor de Cabo Verde, procurando sensibilizar esta Câmara para as ilhas e a sua situação. Um dos mais activos foi Sebastião

⁶⁵ *Diário da Câmara dos Deputados-Monarquia Constitucional*, Sessão nº 37 de 07 de Março de 1904, p.6

⁶⁶ Barcellos, Christiano José Senna de, *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa, Typ. Da Cooperativa Militar, 1904, p.60

⁶⁷ Idem, pp.48,49

Baracho⁶⁸ que em Sessão de 17 de Junho de 1903 diz que «não é com medidas provisórias que se corresponde a este mal» e afirma ainda que os projectos como por exemplo o da arborização de Cabo Verde nunca saem disso mesmo, de projectos. O Par Jacinto Cândido⁶⁹, em 29 Maio de 1903, por seu turno acusa o governo, na pessoa do à data antigo ministro da Marinha Teixeira de Sousa, de desviar de Cabo Verde e São Tomé verbas para acudir aos déficits da província de Angola e pedia ao então actual ministro da Marinha, Raphael Gorjão,

«que aqueles povos que lutam contra os horrores de uma situação angustiosíssima não vejam os saldos dos seus cofres exauridos em proveito de outra província, ficando eles a morrer à fome [...]. Aqueles povos de Cabo Verde são portugueses como nós».⁷⁰

De uma forma geral, aquilo que perpassa nas páginas das sessões da Câmara dos Pares, no período abordado, acerca de Cabo Verde e/ou do que lá ocorre por aquela altura em matéria de calamidades, não é passível de muito empolgamento político seja da parte de quem seja ou qualquer que seja a tendência político/partidária. Parece que os Pares favoráveis ao governo não estão dispostos à condenação liminar da inacção humanitária daquele em relação a Cabo Verde. Mesmo que usem palavras de confrangimento pela tragédia e pelo conhecimento que têm dela isso não os faz ir muito mais além do lamento. Teixeira de Sousa, quando já não era ministro da Marinha e se encontrava como Par do reino, interveio mesmo na Câmara para, através do balanço enquanto ministro, dar a entender que «grande parte das receitas geradas no arquipélago tinham que ser empregadas em socorro de uma população avessa ao trabalho e, por isso, ao desenvolvimento da província. E acrescentou que pouco se pode fazer em Cabo Verde, cuja população é avessa ao trabalho, indolente e inactiva».⁷¹

Talvez seja mais fácil entender a posição de Patterson, na acusação e condenação que faz de Portugal pela sua acção, ou falta dela, no desenvolvimento de Cabo Verde, quando olhamos para o pouco interesse que é demonstrado ao longo das páginas das sessões da Câmara dos Pares do reino por aquela província. As intervenções dos Pares focadas na tragédia vivida no território ao longo dos anos

⁶⁸ Sebastião de Sousa Dantas Baracho, 1844-1921. Natural de Torres Novas. Militar, general-brigada, ajudante de campo honorário de D.Carlos I e D.Manuel II, jornalista, político do partido regenerador, deputado com interregnos entre 1882-1890, par do reino, integrante de diversas comissões parlamentares. Aderiu à república aquando da sua implantação. Mónica, Maria Filomena, Coordª. *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910 D-M*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005, p.p.292-294

⁶⁹ Jacinto Cândido da Silva, 1857-1926. Natural de Angra do Heroísmo, ilha Terceira-Açores. Bacharel de Direito, político no Partido Regenerador até 1901, deputado entre 1887-1900. Rompeu com o Partido Regenerador em 1900, fundando mais tarde o partido Nacionalista pelo qual foi também deputado e doutrinador. Par do reino, jornalista, activista nas lutas estudantis em Coimbra, defensor e protector das classes agrícolas, industriais, comerciais e operárias, ministro da Marinha e Ultramar no ministério de Hintze Ribeiro. Mónica, Maria Filomena, Coordª. *Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910 D-M*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005, p.p. 692-697

⁷⁰ Diário da Câmara dos Deputados-Monarquia Constitucional, Sessão nº 61 de 29 de Maio de 1903, p. 664

⁷¹ Idem, Sessão 04051 de 04 de Agosto de 1904, p. 6

de 1901 a 1904, não vão além de breves chamadas de atenção feitas por alguns deles mas que terminam quase sempre em elogios ao governo ou na condenação daquilo a que chamam «indolência e aversão ao trabalho das populações», como fez Teixeira de Sousa. Apenas o Par Jacinto Cândido escapa a esta apatia geral para com as populações cabo-verdianas.

No espaço temporal que é abordado neste trabalho, percebe-se bem o que dizemos quando procurámos algo que pudesse melhor clarificar a posição da Câmara dos Pares sobre o arquipélago de Cabo Verde. Nessa busca alargámos o intervalo temporal e, o que se pode dizer, é que entre 1899 e 1908, os diários das sessões da Câmara dos Pares, fora do período concreto que estudamos, não fazem nenhuma outra menção à grande crise de secas e fomes de 1901-1904 ou que seja sequer lateral a esse tema.

2.2 A actuação da coroa na crise em Cabo Verde

Há registos de crises de secas e fomes em Cabo Verde pelo menos desde 1580-1583,⁷² logo, o surgimento da crise de 1901-1904 não foi algo que as autoridades monárquicas em Portugal, à data da mesma, desconhecessem de todo quanto às suas possíveis consequências se não fossem tomadas medidas para as contrariar. Porém o contexto político-social do país era, no momento, extremamente conturbado, interna e externamente, e pouco propício a que as autoridades em Lisboa quisessem olhar para Cabo Verde e para o que lá ocorria, com a devida atenção.

Vivia-se em efervescência política; *A Conferência de Berlim* e a *Doutrina da ocupação efectiva* dela emanada vieram lançar novos dados que afectaram Portugal e as suas ambições coloniais de poder vir a ter um império africano de costa a costa unindo, com o mapa-cor-de-rosa, Angola a Moçambique. Essa ambição chocou de frente com o expansionismo inglês, o que teve como consequência que Portugal tivesse que se remeter ao seu papel de pequeno *peão* no xadrez das ambições das grandes potencias coloniais europeias. O *Ultimato* britânico foi a *ferramenta* usada pelos ingleses para colocar um ponto final no ambicioso plano português, obrigando o país a recuar nas suas pretensões coloniais. (Oliveira, 2014, pp.395-408). Apesar de tudo, Portugal conseguiu que lhe fosse reconhecida a posse e integridade das colónias africanas, o que, diga-se, até nem foi um resultado muito mau, no plano externo, vistas as hipóteses saídas de Berlim. Mas se esta até nem seria uma notícia muito desagradável para o governo monárquico e para a própria coroa, o país, a população em geral, os partidos políticos e os seus chefes, especialmente os republicanos, mas também alguns monárquicos assim não o entenderam.

⁷² Carreira, António, - Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX), 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p. 17

Tendo-se resignado à vontade britânica e deixado cair a ideia de vir a possuir um império africano, o que passou para a nação foi que Portugal havia claudicado perante a Grã-Bretanha, e isso acaba por ser entendida como uma humilhação nacional. «Quando a notícia se soube, o país foi atravessado por um *frémido de indignação*», afirma Severiano Teixeira usando palavras de Eça de Queiroz.⁷³ E esse *frémido* foi talvez o único sentimento nacional em que monárquicos e republicanos estiveram unidos, embora a partir daí, os republicanos passassem a usar o *ultimato* como arma dialéctica e discursiva de agitação popular com grande poder destrutivo no meio das hostes monárquicas. Na verdade e com todos os desenvolvimentos à volta deste assunto, julgo não ser abusivo dizer que o *ultimato*, não tendo sido a única causa, foi o acender do rastilho que viria a culminar com a implosão final da monarquia constitucional em 1910.

O momento era de grande afrontamento na metrópole entre republicanos e monárquicos e mesmo de divisão entre os segundos. Talvez por isso seja mais fácil entender o ambiente político português no período que enquadra a crise de secas e fomes em Cabo Verde 1901-1904, e como o contexto nacional mais alargado pode por ele ter sido afectado. Perante a humilhante abdicação, face aos ingleses, das ambições portuguesas em África, a partir do acordo rubricado com a Grã-Bretanha, na sequência do *Ultimato*, o orgulho português ergueu-se em todo o país.

«um cerrar de fileiras patrióticas contra o acordo [...]. Foi quanto bastou para que protestos e distúrbios tomassem conta de várias cidades [...] e o parlamento fosse palco de sessões tumultuosas [...]. Com a capital próxima do estado de sítio e o rei a deparar-se com a indisponibilidade dos dois grandes partidos para formarem um novo executivo, era a continuidade do próprio regime que parecia posta em causa».⁷⁴

Se adicionarmos a este panorama e o seu agravamento até à entrada, e durante os primeiros anos do século XX, as negociatas partidárias entre regeneradores e progressistas. O esgotamento do sistema rotativista, a difícil situação económica portuguesa e os desaires do rei na vida pública e privada, percebemos como a *baixa política* nacional foi sendo alimentada com os ventos soprados pela imprensa, especialmente a republicana e entendemos melhor toda a agitação latente e alimentada contra o regime vigente. Pulido Valente afirma que «Os republicanos invariavelmente insinuavam que, se o povo era *espremido* pelos impostos, se o défice orçamental parecia um saco sem fundo e se a dívida do Estado não parava de crescer, isso se devia apenas à necessidade de sustentar a *camarilha* rotativa e o respectivo chefe, o rei».⁷⁵

E acrescenta o mesmo autor:

⁷³ Teixeira, Nuno Severiano, A crise do liberalismo 1890-1930, 3º Vol., Fundação Mapfre, Lisboa, 2014, p. 38

⁷⁴ Idem, pp. 406,407

⁷⁵ Valente, Vasco Pulido, O poder e o povo, 6ª ed. Lisboa: Aletheia editores, 2010, p. 47

«Mas foi sobretudo a partir de 1900 que fez da questão centro e suporte da sua propaganda. A reconstrução do partido [republicano] nos anos de 1903 e 1904 aproveitou muito da palavra de ordem *o povo não deve nem pode pagar mais*, que a *revolta do grelo* (Coimbra, Março de 1903) espalhou por todo o país».⁷⁶

Ao falarmos da actuação da coroa perante a crise de Cabo Verde, o que se destaca essencialmente são as iniciativas promovidas pela rainha D. Amélia que se pautaram pelo seu especial interesse para com as obras sociais e auxílio à pobreza, aos doentes sem posses e aos desvalidos da sociedade portuguesa ao tempo. Neste domínio, o rei, se tinha um papel, era meramente decorativo.

Os detractores da coroa, os anti-monárquicos, os republicanos ou mesmo aqueles que simplesmente hostilizavam a rainha por razões políticas ou outras, não lhe reconheceriam porém o mérito nas acções que desenvolvia no meio de um ambiente político hostil. Para além destes, a rainha tinha ainda que defender-se dos que a acusavam, e ao rei seu esposo, D. Carlos, de «serem egoístas e indiferentes à miséria» que desfilava à frente dos seus olhos e que lhes chegava, certamente, também, através das muitas notícias que os jornais de pendor mais informativo traziam ao conhecimento do país em geral. D. Amélia defendia-se:

«...quando eu passava uma parte dos meus dias a tratar dos pobres, dos doentes e das crianças. Foi com o meu próprio dinheiro que criei um dispensário reservado às crianças pobres de Lisboa: um médico-chefe, ajudado por nove irmãs dominicanas, nele trata duzentas crianças com resultados notáveis visto que dispõem do material médico mais moderno e de uma alimentação abundante, servida em locais limpos e largamente arejados. Vigio de perto um dispensário para os tuberculosos, fundei uma associação à qual têm acesso todos os portugueses».⁷⁷

muito da sua obra prolongou-se no tempo e chegou até nós por via de instituições que têm e mantiveram a sua marca. Na defesa da obra que levava a cabo D. Amélia elenca todo um conjunto de novas iniciativas que pretendia levar à prática através da associação de assistência aos tuberculosos. Na verdade, a sua dinâmica caritativa e assistencial multiplicou-se por todo o país concretizada em sanatórios, hospitais, dispensários, etc., fosse por sua própria iniciativa, ou por replicação da sociedade civil de então, da sua visão. Muitos foram os que chamou a si para a ajudarem e que a compreenderam e apoiaram o muito que fez por um Portugal sem recursos e com uma população genericamente pobre e exposta a todo o tipo de subdesenvolvimento e doenças. Apesar da obra que dizia fazer, os críticos não a largavam e ela queixava-se dessa quase perseguição que lhe era movida; das resistências que lhe opunham, nomeadamente os *cientistas*, os *burocratas* que habitualmente colocavam uma verdadeira

⁷⁶ Idem

⁷⁷ Bern Stéphane, *Eu Amélia, Última Rainha de Portugal*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1999, p.121

lápide sobre as decisões tomadas pelas autoridades políticas, os impedimentos para atrasar a sua execução. Mas a rainha mostra também algum ressentimento e desgaste face à actuação dos seus críticos e opositores:

«De tudo isto ninguém dizia uma palavra na imprensa enquanto a mais pequena esmola dada pela minha sogra suscitava uma torrente de comentários elogiosos.[...] A cambada das altas esferas espalhava as suas zombarias contra mim: achavam-me demasiado simples por ser eu própria a distribuir auxílio aos indigentes ou alta demais para uma mulher».⁷⁸

Através do trabalho social desenvolvido por D. Amélia em Portugal continental, talvez seja mais fácil contextualizar a sua actuação no socorro prestado às populações de Cabo Verde por via da mobilização que conseguiu fazer junto de políticos e organizações da sociedade no sentido de levar até aquele território alguma ajuda de que tanto carecia. Mas claro que, numa abordagem de espectro mais amplo e num outro plano contextual, julgo não podermos desligar o empenho de D. Amélia da necessidade que a coroa eventualmente sentiria em conseguir recuperar algum do prestígio que a monarquia, naqueles anos conturbados da política portuguesa, havia perdido, no início do século XX, face aos impactos que a atingiram depois da questão do *ultimato* que, visto à distância de mais de um século se poderá apresentar aos olhos da nossa contemporaneidade como a primeira peça tombada num efeito de dominó internacional pelo qual não conseguiu passar incólume a monarquia constitucional portuguesa.

Miguel Sardica, na obra *Da monarquia à república*, deixa a ideia de que no dealbar do século XIX «os republicanos convenceram a opinião pública de que só eles seriam capazes de dar a Portugal o progresso e o futuro que arrancaria a nação à decadência».⁷⁹ Em conformidade com isso «a monarquia passou então a ser vista como um tempo de materialismo corruptor e de caciquismo fraudulento».⁸⁰ Por seu turno Jorge Morais na obra *Regicídio – a contagem decrescente*, escreve que «Havia já tempo que a conspiração republicana vinha usando a questão dos adiantamentos como tema de propaganda».⁸¹ O tema dos adiantamentos à coroa, há muito convulsionava a política portuguesa e a sociedade através da agressiva argumentação republicana contra o rei. E como vimos, a crise financeira do país não podia abonar a favor de uma boa governação, pese embora algum alívio nessa matéria devido a questões cambiais internacionais favoráveis a Portugal. Hintze Ribeiro, ministro do reino entre meados de 1900 e finais de 1904, não teve realmente uma vida facilitada. Escreve Daniel Alves que cada um dos seus

⁷⁸ Idem, p. 122

⁷⁹ Sardica, José Manuel, *Da monarquia à república-Pequena história política, social e militar*. Lisboa: Alêtheia Editores, 2011, p.24

⁸⁰ Idem

⁸¹ Morais, Jorge, *Regicídio-A contagem decrescente 100 anos 1908-2008*, 3ª edição, Sintra, 2008, p.41

«quatro ministros da fazenda [...] surgiu com um plano para resolver os problemas financeiros do Estado. O acolhimento foi sempre o mesmo: [...] os deputados e pares *Progressistas* declararam o país à beira da revolução; as associações empresariais de Lisboa redigiram manifestos e mandaram fechar as lojas em sinal de protesto [...] os Republicanos convocaram comícios em Lisboa e Porto; os estudantes de escolas superiores fizeram greve».⁸²

O que se pode constatar é que as relações políticas, sociais e económicas durante o período que estudamos eram realmente muito tensas no país e a ameaçar ruptura em permanência. Sabe-se, por exemplo, que as relações do governo com a Associação Comercial de Lisboa não seriam as melhores dada a dissolução das associações que os *Regeneradores* haviam promovido anteriormente⁸³ o que talvez possa explicar a atitude da A.C.L. ao *usar* a causa de Cabo Verde na procura de um registo de uma certa conflitualidade latente com o governo monárquico, e mesmo com a coroa, por causa da actuação da Rainha D. Amélia, em favor dos necessitados de Cabo Verde, que se justapôs à iniciativa tomada em primeiro lugar por esta associação em favor dos cabo-verdianos .

No dizer de Rui Ramos, D. Amélia «gostava de ser rainha» e apesar de Portugal ser pequeno e pobre «podia fazê-la soberana, que era muito mais do que ser princesa exilada».⁸⁴ Porventura, e sem pretender forçar a realidade histórica, talvez se possa inferir melhor o seu empenhamento em prol de Cabo Verde não unicamente pela sua envolvimento na implementação e desenvolvimento das obras assistenciais para os pobres e na área da saúde ou mesmo cultural espalhadas um pouco por todo o território continental. Também à luz do que afirma Rui Ramos na obra citada, quando traça um breve perfil biográfico de D. Amélia, esta não se escusava de ter opinião política e a torna-la pública, o que, como se pode entender, lhe granjeou antipatias por quem ocupava os governos. «A partir de certa altura, D. Carlos deve ter compreendido que, junto dele, não havia uma personagem doméstica, mas uma mulher ambiciosa e sonhadora, cheia de vontade de reinar. D. Amélia nunca se subestimou».⁸⁵

É com este cenário, que envolvia o Portugal de então, que se pode avaliar melhor a amplitude que foi dada pelas notícias chegadas à metrópole através dos principais jornais informativos que mantinham correspondentes em Cabo Verde.

Nos jornais destacamos o *O Comércio do Porto*, cujo interesse no que acontecia em Cabo Verde, acerca da crise de 1901-1904 ali vivida, levou a que chamasse sempre à sua primeira página,

⁸² Ramos, Rui, D. Carlos 1863-1908. Lisboa: Circulo de Leitores e Centro de estudos dos povos e culturas de expressão portuguesa, 2006, p. 234

⁸³ Alves, Daniel, 2010, Entre o balcão e a política: os lojistas de Lisboa e o republicanismo (1870-1910). *Ler História*, nº 59, pp. 101-137

⁸⁴ Ramos, Rui, D. Carlos 1863-1908. Lisboa: Circulo de Leitores e Centro de estudos dos povos e culturas de expressão portuguesa, 2006, p. 217

⁸⁵ Idem, pp. 217-220

dezenas de vezes, ao longo dos cerca de quatro anos que durou a crise, a trágica situação em que se encontravam os cabo-verdianos. Mas de uma maneira geral, sobressaíram os jornais de circulação nacional, e em especial os que não estavam ligados a quaisquer partidos políticos. Nos que mais se destacaram situamos o já referido *O Comércio do Porto*, que tinha uma circulação mais restrita ao norte de Portugal, e *O Século* que era à data o jornal português de maior tiragem. Ao primeiro interessava sobremaneira tudo o que dissesse respeito à questão mercantilista das colónias portuguesas, tão relevante para os comerciantes e industriais do norte do país e, nomeadamente, para uma classe burguesa da cidade do Porto que era porventura a mais pujante na realidade nacional de então mercê do contacto de muitos anos com os ingleses e dos interesses comerciais que estes ainda por ali mantinham. Para além das notícias enviadas pelo correspondente residente em Cabo Verde, eram também publicados artigos de fundo pela redacção do jornal que procuravam esclarecer e trazer algumas ideias para uma compreensão mais clara dos problemas do arquipélago, e das colónias portuguesas em geral, bem como deixar alguns alvitre sobre a necessidade de mudanças estruturais no território.

De uma forma ou de outra, o país não ficou surdo perante as notícias que chegavam do arquipélago à metrópole. Sendo, por isso, impossível que a coroa, não lesse e não reagisse.

O jornal *O Século* em 09 de Agosto de 1903, o pior ano da crise do período que abordamos, publicou, em primeira página, a notícia de que a rainha D. Amélia tinha chamado ao Palácio da Pena, em Sintra, para uma conferência, o conselheiro Pimentel Pinto, na altura ministro interino do reino pelo partido regenerador, em substituição de Hintze Ribeiro. Segundo este jornal, a conferência promovida por D. Amélia visava «assentar a forma de socorrer os milhares de infelizes que naquela província estão inctando com o pior dos males – a fome».⁸⁶ Referia o periódico que essa conferência entre o ministro do reino interino e a soberana foi bastante longa. Discutiram-se nela diversas sugestões sendo que a predominante era a de se puderem vir a realizar espectáculos públicos «afim de que a caridosa população lisbonense possa contribuir, conforme as suas posses, para minorar as desventuras dos seus irmãos de além-mar». Informava ainda *O Século*, na mesma edição, que face à impossibilidade de concretizar quaisquer dos alvitre aventados na «conferência, ficou apenas decidido que fosse constituída uma comissão composta de elementos valiosos que possam levar a efeito a generosa iniciativa de sua majestade a rainha». Linhas mais abaixo, na mesma notícia, acrescentava-se que a pedido do governador geral de Cabo Verde (que à data da edição do jornal poderia ser ainda o muito pouco estimado Paula Cid ou

⁸⁶ Jornal *O Século* de 11 de Agosto de 1903, p.1

então já Barjona de Freitas⁸⁷ que o substituiu por essa altura de Agosto, e que se revelou, para as populações, um governador um pouco mais complacente, activo e condoído pela situação que encontrou no arquipélago), a Associação Comercial de Lisboa remeteu com destino ao arquipélago vários bens, nomeadamente roupas de homem, mulher e criança em razoável quantidade, para além de 316 sacas com arroz, 5 de farinha de trigo, 5 caixas de conservas, quantidades substanciais de feijão, azeite, bolachas, toucinho, banha e atum para além de 30 sacas de farinha de milho, tudo a ser embarcado no dia 21 do mesmo mês de Agosto de 1903 no navio *Ambaca*. A recolha de donativos decorria no entanto já desde Julho, quando a *Associação* fez publicar um grande anúncio no *Diário de Notícias* de 17 de Julho de 1903 sobre a iniciativa, apelando para isso, em especial aos seus associados, no sentido de que contribuíssem com géneros ou dinheiro visando «atenuar o terrível flagelo da fome que com grande intensidade está grassando na ilha de Cabo Verde».

A sociedade de então há já algum tempo que se tinha mobilizado para o auxílio a Cabo Verde e essa ajuda foi talvez das mais importantes que chegou ao arquipélago, embora o governo em Lisboa, ao longo da crise, tivesse tomado algumas atitudes de ordem administrativa com vista, especialmente, à desoneração fiscal da importação de milho para o território e tivesse igualmente disponibilizado alguns fundos para a compra desse cereal, embora de forma parcimoniosa. A verdade é que nos piores momentos que se viveram em Cabo Verde, as populações só puderam contar com quase nada para se alimentarem, se é que se pode utilizar a palavra “alimentação” com propriedade. De resto o governo central nunca deixou de ser acusado de ter abandonado Cabo Verde à sua sorte, embora, por outro lado, fosse levado a acreditar que o governador geral, Paula Cid, fazia o melhor.

Uma das situações que mais escandalizou todos os que de alguma maneira tinham conhecimento do que se passava na província foi o relatório que Paula Cid telegrafou para Lisboa. Após instado pelo governo central, face a uma denúncia do que ali se passava, traçou uma panorâmica muito adequada a deixar descansado o ministro Raphael Gorjão, que o instou directamente, mas também a não permitir que a sua inacção em Cabo Verde pudesse representar para ele qualquer questão política que colocasse em causa o seu mandato de governador. Segundo relata Senna De Barcellos,

⁸⁷ António Alfredo Barjona de Freitas. 1860-1923. Natural de São Crisóstomo, Coimbra. Coronel de artilharia, cartógrafo militar, ministro das obras públicas comércio e indústria entre 14 de Maio e 22 de Dezembro de 1909. Fundador e dirigente de diversas organizações associativas no âmbito da agrícola. Deputado pelo Partido Regenerador entre 1884-1887, governador geral de Cabo Verde entre 1903-1904. Encontrava-se no continente em Outubro de 1904 e iria regressar ao seu posto de governador quando se dá a queda do governo Regenerador de Hintze Ribeiro, que é substituído pelo Partido Progressista e José Luciano de Castro. Pedu a demissão e não regressa a Cabo Verde. Foi ainda sub-director dos serviços do exército após a implantação da república e sub-chefe do Estado Maior do exército até Dezembro de 1913 data em que se aposentou.

Mónica, Maria Filomena, Coord^a. Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910 D-M. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005, pp. 236-238

no meio de uma situação calamitosa e de falta de medidas do governador Paula Cid para a obviar, este, *em resposta ao ministro*, «mandou o mirífico telegrama em 14 de Julho, que produziu a melhor impressão no ministério e na imprensa do país».⁸⁸ As informações de Paula Cid despoletaram várias reacções, uma delas e a mais virulenta, a de Loff de Vasconcellos que abordaremos mais à frente. Como podemos ver, o governo regenerador de então aceitava como boas e fiéis as informações que recebia do seu governador em Cabo Verde, com as quais, aliás, era concordante toda a imprensa monárquica nacional, mas na verdade, e segundo ainda o jornal *O Século*, a ajuda particular que seguia do continente para o arquipélago seria o grosso daquilo que se podia esperar lá receber para mitigar a tragédia da fome, para além da boa ou má administração dos recursos que o governo provincial dispusesse para a população carenciada, «uma vez que o governo [governo central] não estava em condições de atender a todas as necessidade».⁸⁹

Sobre a actuação do governo central e do governador de Cabo Verde, convém que se diga que o primeiro não teria também grandes possibilidades de fiscalizar *in loco* o que acontecia aos poucos recursos financeiros usados para a compra de milho e que se pretendia fosse depois vendido pelos comerciantes locais a preços mais reduzidos. Em boa verdade, aquilo que sabemos é que a atitude dos comerciantes em Cabo Verde era precisamente a oposta, o milho era vendido a preços demasiado elevados, senão mesmo exorbitantes, impedindo que os cabo-verdianos o pudessem comprar. E mesmo quando algum desse cereal era distribuído gratuitamente o rateio era tão grande que o que calhava a cada um dos necessitados não chegaria para alimentar uma pessoa por mais do que um dia.

Uma boa parte da ajuda particular que chegava a Cabo Verde era recolhida em armazéns de onde seria depois, na maior parte das vezes, distribuído um mínimo dessa ajuda a quem dele precisava realmente. A restante entrava nos circuitos de venda especulativa através daqueles que a ela conseguissem deitar mão.

A situação da população pobre de Cabo Verde era aflitiva. Na distribuição que era feita aos carenciados na cidade da Praia, «o rancho era detestável». Barcellos relata também «chibatadas, bofetadas e pontapés» aplicados por alguns polícias para controlarem os que se amontoavam e disputavam a distribuição do rancho.⁹⁰ Senna De Barcellos, que foi espectador privilegiado no território de Cabo Verde da crise de 1901-1904, uma vez que por lá se encontrava em comissão militar, não se cansou de acusar em especial o governador Paula Cid por este dar cobertura a situações que muito

⁸⁸ Barcellos, Christiano José Senna de, *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa: Typ. Da Cooperativa Militar, 1904, p. 48

⁸⁹ Jornal *O Século* de 11 de Agosto de 1903, p.3

⁹⁰ Barcellos, Christiano José Senna de, *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa: Typ. Da Cooperativa Militar, 1904, p. 45

prejudicavam as populações. O governo central em Lisboa nunca questionou Paula Cid por isso, porventura por não estar de posse de informação sobre tudo o que ocorria na província no que concerne à crise. Mas teremos talvez que, em relação a Senna De Barcellos, ser algo complacentes quanto aos relatos que deixou sobre aquilo a que assistia no terreno acerca das situações mais ou menos críticas provocadas pela crise. Este oficial da Marinha de guerra portuguesa era cabo-verdiano de origem e apresentava relatos sofridos do que via no momento *disparando* acusações em todas as direcções. Podemos sustentar dúvidas de que pudesse estar no domínio de toda a informação quanto ao papel de Paula Cid na crise, uma vez que, com base na documentação da época a que tivemos acesso, a actuação deste governador não terá sido muito diferente da de outros governadores que ali exerceram funções entre 1901-1904, antes e depois dele, embora se deva abrir um pequeno parenteses para a atitude algo mais humanitária do governador Barjona de Freitas que lhe sucedeu.



Figura 3 -Ilustração representando multidão em busca de auxílio junto ao edifício da Câmara Municipal da cidade da Praia, em Santiago. Fonte: Jornal O Século de 08 de Agosto de 1903

O que transparece das movimentações levadas a cabo pela rainha D. Amélia no sentido de levar a bom porto as ambições que tinha em mente para socorrer o povo de Cabo Verde, é que ela foi efectivamente a impulsionadora do que ficou conhecido então como *Grande Comissão de Socorros aos Povos de Cabo Verde*. E não só impulsionou como acompanhou de perto, e presidiu pessoalmente, a algumas reuniões de discussão dos trabalhos preparatórios para a concretização de projectos no âmbito das atribuições dessa *Grande Comissão*, e também de uma outra comissão com um carácter mais executivo no terreno criada na dependência da primeira, e cujo razão maior de existência foi levar a efeito um Grande Festival no Coliseu dos Recreios de Lisboa para angariação de fundos a favor de Cabo Verde. Isto, claro, sem relevar as reuniões para as quais a rainha convocava quer o conselheiro Pimentel Pinto quer o conde D'Ávila, presidentes de uma e outra comissão, respectivamente.

D. Amélia colocou grande empenhamento e dinamismo em tudo o que considerava ser sua responsabilidade directa, e nomeadamente na situação dos necessitados de Cabo Verde. O facto de não apenas propor soluções mas de se envolver pessoalmente com elas, levava por arrasto a que praticamente, por todo o país, em muitas cidades e povoações, se tenham organizado *bandos precatórios*, levados a cabo por associações diversas, com especial adesão das de bombeiros, para além de exibição de peças teatrais, subscrições promovidas por inúmeros grémios e em geral muitas participações beneméritas que cruzavam toda a sociedade portuguesa com alguma capacidade financeira ou económica. O que se pode dizer sobre as iniciativas da rainha D. Amélia e, no caso concreto no que concerne a Cabo Verde, é que a soberana alcançou largamente os objectivos a que se propôs granjeando muitas vontades à sua volta de norte a sul do país, mas sem dúvida satisfazendo também as suas ambições de uma certa afirmação política no âmbito da coroa.

A realização do *Festival* no Coliseu dos Recreios, que foi levado a efeito no dia 19 de Setembro de 1903, foi um êxito. Os bilhetes para o Coliseu de Lisboa foram largamente disputados por aqueles que se designavam então de *a primeira sociedade* e a sala estava completamente cheia. Claro que, como era normal à época, muitos iam apenas para serem vistos mais do que para ver. Realizaram-se viagens de comboio a partir de Lisboa para Sintra e Cascais afim de facilitar a deslocação dos veraneantes que naquelas vilas se encontravam. Escreve o jornal *O Século* de 20 de Setembro de 1903, que o *Festival* contou com a presença do rei D. Carlos, da rainha D. Amélia, e do infante D. Afonso. O programa era extenso e envolvia bandas musicais militares, aspirantes da Cavalaria em exhibições quer com as suas montadas quer apeados em jogos de sabre; exhibições de assaltos de baioneta por militares de infantaria e, numa vertente mais popular, jogos de pau e outros números. Escreve ainda o mesmo jornal que o percurso do Largo de São Domingos até à entrada do Coliseu dos Recreios estava todo engalanado, bem como o próprio Coliseu. Ao que parece, e a fazer fé na reportagem entusiástica do jornal *O Século*, foi grande o alvoroço popular. O jornal refere a dado passo que «não obstante a chuva que caía em grossas bátegas, quase sem intervalos, era grande a afluência de povo que estacionava nas imediações do Coliseu e que a polícia a custo continha nos passeios».⁹¹

Para além deste grande evento levado a efeito sob os auspícios da Coroa, realizaram-se muitos outros de âmbito e organização privada como por exemplo uma corrida de touros em Évora, no dia 11 de Outubro desse mesmo ano de 1903 e sobre a qual escreveu também *O Século*, que «tinha corrido bem saindo o público satisfeito». No final foram entregues ao governador civil de Évora, de receita líquida do evento 500\$388 réis, para que este encaminhasse o valor para a rainha.⁹²

⁹¹ Jornal *O Século* de 20 Setembro de 1903, p. 2

⁹² Jornal *O Século* de 01 de Novembro de 1903, p. 1

Foram muitos os que à causa de Cabo Verde se entregaram no sentido de responder àquilo que *O Século* designou como *grito de alarme que comoveu todos os corações*.⁹³ No dia 13 de Outubro de 1903, foi recebida na cidadela de Cascais, pela rainha D. Amélia, às 13 horas, a comissão promotora do *festival* do Coliseu que ali foi entregar à soberana um cheque de 4.639\$040 réis que tinha sido a receita daquele festival «cobrada até ontem», refere o Diário de Notícias de 13 de Outubro desse ano. Se tivermos em consideração o custo da ração diária média calculada para os primeiros anos do século XX, composta por um cabaz de produtos que iam do pão ao vinho passando por outros essenciais como carne, peixe, legumes, etc, então podemos valorar, ainda que por aproximação, a receita efectuada com a realização do Festival realizado, e que não é propriamente irrelevante, bem pelo contrário.⁹⁴ Claro que bem sabemos que, face ao que ocorria em Cabo Verde, com o número dos carenciados a multiplicar-se diariamente e a somar-se aos que caíam nos hospitais vitimados por doenças várias facilitadas pela fragilidade absoluta, toda a ajuda enviada seria pouca.

As fontes a que tivemos acesso revelam-nos uma imagem nítida da rainha a envolver-se completamente com a questão da crise de 1903-1904, em Cabo Verde, mobilizando as vontades, do governo e do país, de norte a sul até aos Açores, mas também no Brasil junto dos portugueses que ali viviam. Todos se condoeram com os padecimentos do povo cabo-verdiano. Foi realmente uma torrente de donativos, quer em géneros quer em dinheiro, que chegou até à *Grande Comissão de Socorros aos povos de Cabo Verde*. O jornal *O Século* na primeira página da sua edição de 01 de Janeiro de 1904 informava que até aquela data já tinham sido entregues ao ministro da Marinha, pelo presidente da *Comissão executiva de socorros aos famintos de Cabo Verde*, donativos no total de 15.400\$000 réis, o que, convenhamos, era um valor muito significativo para a época.

Mesmo que não tenha resolvido o problema mais vasto, e que era cíclico no arquipélago, há que reconhecer o mérito de D. Amélia em não só ter sido receptiva ao assunto, mas também ter carreado vontades de muita gente para que algum socorro atendesse às necessidades mais imediatas dos cabo-verdianos.

2.3 – O que se escreve na principal imprensa continental à época

A noção que avulta sobre como chegavam as notícias da crise de 1901-1904 até à metrópole é a de que o interesse sobre o que se passava em Cabo Verde começou, porventura, por ser despertado por cartas de pessoas particulares residentes no arquipélago e de que Luis Loff de Vasconcellos dá

⁹³ Jornal *O Século* de 11 de Agosto de 1903, p. 1

⁹⁴ Martins, Conceição Andrade, 1997, *Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)*, Análise Social. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Vol. XXXII, nº 142, pp 483-535

nota ter recebido no opúsculo que publicou.⁹⁵ Não sabemos exactamente quem enviou essas cartas; mas percebemos que elas foram dirigidas a um ou outro deputado, como se pode ler pela alusão que fizeram às mesmas em algumas intervenções que ficaram registadas nos *Diários das Sessões* que já citámos anteriormente, chamando a atenção da Câmara e do governo para a tragédia do que se passava na província com a crise de secas e fomes. Porém o maior volume noticioso chegava através dos principais jornais do continente, exceptuando o *Jornal de Notícias*, mais próximo dos regeneradores e que, ao longo dos muitos números que analisámos, referidos ao período que estudamos, publicou apenas uma curtíssima notícia, em Maio de 1903, sobre a crise em Cabo Verde. Coisa mais curiosa ainda, sobre este jornal, é que em Março, já com a dimensão do que acontecia por aqueles dias no arquipélago bem conhecida no continente, o mesmo só encontrasse razões para se referir a uma crise de fome que acontecia por essa mesma altura, mas na Bretanha, em França. O silêncio deste jornal sobre os acontecimentos de Cabo Verde, nos anos de 1901-1904 foi, pudemos dizer, *ensurdecedor*.

O *Século* e o *Diário de Notícias*, acompanhados do *Comércio do Porto* foram talvez dos primeiros jornais em Portugal, da era industrial, a conseguirem sustentar-se com vendas de publicidade, para além, claro, das receitas da venda do próprio jornal. E isso permitia-lhes um certo distanciamento dos partidos e da política partidária para poderem sobreviver. Em regra apresentavam quatro ou mais páginas de publicidade paga. Com outro tipo de paginação, mais actualizada e apelativa procuravam chegar a mais público, quer nas cidades quer no interior, utilizando para isso a publicação de folhetins novelísticos que alimentavam a curiosidade literária dos seus leitores e os mantinham *presos* à edição do jornal durante bastante tempo. Mostrando-se como apolíticos pretendiam garantir dessa forma aos leitores algum distanciamento face à turbulência da política em Portugal.

Todos os restantes jornais existentes no panorama da imprensa em Portugal, mais opinativos e apaixonados conforme as causas políticas de cada um, monárquicos ou republicanos, não exibiram grandes preocupações com Cabo Verde, preferindo muitas vezes combater-se entre si para além de promoverem as suas ideias partidárias que, no caso dos republicanos, tinham quase exclusivamente a ver com o combate à monarquia constitucional. O que acontecia em Cabo Verde, parece ter passado ao lado dos seus interesses jornalísticos e não localizámos neles noticiário sobre o arquipélago que pudesse vir a ser relevante para o nosso estudo, nem mesmo no mais importante e aguerrido jornal republicano na altura, *O Mundo*. Há, contudo, que ter em atenção que os holofotes dos republicanos estavam nesse tempo focados nas lutas operárias, nas greves e nas reivindicações das classes trabalhadoras, mais do que que naquilo que se passava nas colónias a não ser quando estas serviam como

⁹⁵ Vasconcellos, Luis Loff de, *O extermínio de Cabo Verde – Pavorosas revelações*. Lisboa: Livraria Editora, 1903, pp. 7-15.

arma de arremesso contra a monarquia. Coisa diferente, por razões óbvias, como é evidente, aconteceu com alguns jornais que infelizmente estiveram fora do nosso alcance em termos arquivísticos, embora saibamos por António Carreira e Senna Barcellos que jornais e revistas de Cabo Verde se envolveram na denúncia da tragédia que se abatia sobre Cabo Verde.⁹⁶

Em Lisboa a revista *Serões* publicou, em 1903, um artigo que relatava o que acontecia no arquipélago, acrescentando alguns pormenores das situações trágicas e aflitivas que viviam os cabo-verdianos e as suas famílias. Esta revista discorria ainda sobre o que teria contribuído para que se chegasse a tal situação:

Depois da terrível fome que em 1864 assolou a nossa tão valiosíssima, sob diversos pontos de vista, província de Cabo Verde, parece que nenhuma das que, com períodos menores ou maiores, perturbam aquela nossa colónia, se apresentou com indícios tão violentos como a de 1902;⁹⁷

mas foram os jornais de Lisboa, *Diário de Notícias* e *O Século* e, no Porto, o *O Comércio do Porto*, que trouxeram às suas páginas o maior fluxo informativo sobre a tragédia que se abatera sobre as ilhas cabo-verdianas. Claro que também eram os mais aptos a fazê-lo uma vez disporem nas ilhas, cada um deles, de um correspondente próprio. É conveniente referir, apesar do que fica dito, que o fluxo informativo de que falamos não foi repartido de forma igual por todos. Por isso importa deixar o quantitativo de notícias de cada um deles repartido pelo intervalo temporal trabalhado. *O Comércio do Porto* foi o que, de 1901 a 1904, mais escreveu sobre a crise de Cabo Verde. Na Tabela 1, podemos ter uma melhor percepção disso:

Total de notícias/artigos publicadas em jornais da metrópole sobre a temática da crise em Cabo Verde				
	<i>O Século</i>	<i>Diário de Notícias</i>	<i>Comércio do Porto</i>	<i>Jornal de Notícias</i>
1901	0	0	14	0
1902	0	11	15	0
1903	44	13	15	1
1904	6	0	12	0
Total	50	24	56	1

Tabela 1

⁹⁶ Barcellos, Christiano José Senna de, *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa, Typ. Da Cooperativa Militar, 1904, p. 49

⁹⁷ Dinis, Ruy, *A fome em Cabo Verde*, Revista *Serões*, Vol. III de Nov. a Dez. 1902, nº 16, pp. 233-235. [Consultado 12 Janeiro 2021] disponível em: http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/Seroes/1902/N016/N016_item1/index.html

Embora a crise de secas tivesse abrangido o intervalo de tempo com que trabalhamos, 1901-1904, importa sublinhar que a mesma se foi instalando gradualmente e que se arrastava já desde finais da última década do século XIX, entrando pelo início do século XX dentro. Na generalidade dos jornais consultados quer no final do século XIX quer no início do primeiro lustro do século XX, concretamente nos anos de 1900 e 1905 (anos não considerados de crise), apenas dois publicaram alguma notícia sobre a crise que viria a projectar-se ou projectou sobre Cabo Verde. Os jornais mais importantes de Lisboa, *O Século* e o *Diário de Notícias*, se tiveram conhecimento do assunto, nada referiram nas suas páginas. Talvez por ser uma questão demasiado frequente naquele arquipélago a temática das secas e fomes já se tivesse tornado algo irrelevante, sendo motivo de notícias apenas quando os factos eram demasiado visíveis para que pudessem ser obliterados. Apesar disso o *Comércio do Porto* publicou tanto em 1900 como em 1905 seis e três notícias, respectivamente, sobre a crise de fome que já se começava a avolumar, ou que se estaria a esbater. Em qualquer caso, e como pode aferir-se na tabela acima, os limites superior e inferior do nosso intervalo temporal, não mereceram grande atenção noticiosa da parte de *O Século* ou do *Diário de Notícias*. E não seria certamente porque a crise ainda não tivesse chegado ou tivesse já abandonado o arquipélago, até porque, como vimos, a revista *Serões* refere-se ao ano de 1902 como já bastante crítico. O agudizar do problema acabou por exponenciar as condições e a dimensão trágica da crise no território, especialmente no ano de 1903. Esse foi o momento em que se superou o inimaginável.

No primeiro dia de Janeiro de 1901, como dá conta o *Comércio do Porto* de 15 de Janeiro desse mesmo ano, ainda se celebrava e festejava em Cabo Verde a entrada de um novo século «com entusiasmo e animação popular», escrevia o correspondente do jornal a partir de São Vicente. Percebemos claramente que as populações procuravam exorcizar aquilo de que padeciam e carregavam no seu espírito; o prenúncio de algo mais difícil de superar. Missas, bandos, tunas, música, todos desfilavam formulando votos de boas-festas. O povo, diz o jornal, «acudiu das aldeias em trajes garridos, asseados e alegres e dançando». No dia 23 do mesmo mês, o mesmo jornal refere que se verificam melhorias sanitárias, mas já fala de secas e fomes. A partir de Março desse ano, o ambiente que se viveu no primeiro dia do ano esfumou-se completamente. Instalou-se a estiagem, a falta de água, crise alimentícia, crimes cometidos por gente que em desespero rouba aquilo que consegue e por nada temer mais do que a morte por inanição. E à medida que o ano vai avançando, aos *lazaretos* sobrelotados vai chegando muita gente doente, subnutrida, esquelética em resultado da ausência de qualquer tipo de alimentos a que pudessem ter acedido nas últimas semanas. A falta de milho é uma realidade, e a falta de remédios para acudir aos doentes agrava ainda mais a negras expectativas de

vida destes, mas também daqueles que têm que os tratar e nada mais podem fazer do que socorrer os que ainda conseguem mostrar algumas condições de recuperação. O *Comércio do Porto* acrescenta que o quinino, produto que à data era bastante usado como medicamento para as febres, chegou a atingir 180 réis a grama, o que impedia, segundo o jornal, «fazer tratamentos a valer». Para além da especulação com o preço dos medicamentos que os tornava inacessíveis à generalidade da população depauperada, o diário acrescenta igualmente que o preço de tudo o mais que era necessário aumentava nessa proporção, e remata que a «exploração com a saúde pública e miséria não são punidas».⁹⁸

Em meados de 1901 apareciam em Cabo Verde alguns prenúncios de chuvas, ou pelo menos a esperança delas. A tuberculose, que era recorrente no arquipélago devido à falta dos cuidados da população, grassava e matava. A carência já era absoluta por essa altura. Um navio que abordara Cabo Verde e que trazia 70.000 sacas de milho, naufragou, só sendo possível salvar 6.000 dessas sacas. Entregue ao comércio a que se destinava para ser distribuído, os preços subiram de tal forma que nenhum resultado favorável retirou a miséria por que passavam as populações.⁹⁹

Como já escrevemos anteriormente, a desigualdade na distribuição da precipitação nas ilhas era regra devido à climatologia observada nas mesmas. No final de 1902, em Setembro, embora tenha chovido durante três dias na Brava e no Sal, nada mais de relevante aconteceu para merecer as atenções da imprensa mesmo que nas restantes ilhas predominasse a falta de chuvas e que, por consequência disso, se tenham perdido quase completamente as sementeiras. E sem sementeiras não há colheitas. Em São Vicente, de acordo com o *Diário de Notícias* de 04 de Outubro desse ano, a população afluíu para a cidade do Mindelo pedindo aos comerciantes com que matar a fome. O governo autorizou então uma dotação de verbas retiradas do cofre de previdência, no valor de 23 contos de réis, para promover a abertura de trabalhos para que assim tivessem com que comprar milho para sua alimentação e das respectivas famílias.

As ajudas disponibilizadas quer pelo governo central em Lisboa quer pelas diferentes administrações que passaram pela província no período que estudamos, nunca foram mais além do que autorizar e promover a abertura de trabalhos públicos de caminhos ou estradas, ou desonerar fiscalmente a importação de milho ou uma ou outra exportação de produtos cabo-verdianos, como fossem, por exemplo, o sal. Na nossa investigação não encontrámos quaisquer planos de fundo e suficientemente duradouros aplicados em tempo útil de forma a puderem mudar, eventualmente, a sorte do arquipélago a médio ou longo prazo. Com isto não queremos dizer que nada foi tentado,

⁹⁸ Jornal *O Comércio do Porto* de 12 de Junho de 1901, p.1

⁹⁹ Jornal *O Comércio do Porto* de 08 de Agosto de 1901, p.1

contudo, quando foi, esgotou-se na questão da arborização do arquipélago que, como já vimos, por vicissitudes várias, nunca resultou em Cabo Verde, pois por melhor que fossem delineados esses planos chocavam sempre com a emergência da fome ou com a destruição levada a cabo pelo gado caprino existente em grande quantidade nas ilhas e que não deixava que as tenras plantas que desabrochassem tivessem quaisquer hipóteses de sobrevivência. Por outro lado, a curta duração das comissões dos governadores não era de molde a favorecer a elaboração de grandes planos, para além de que nem todos os governadores tinham um pensamento muito elaborado sobre o que fazer, em especial porque a grande realidade com que se deparavam logo no momento do seu desembarque em Cabo Verde era a da fome, doença e morte. Entre 1900 e meados de 1907, o arquipélago foi governado por três governadores e, aquilo que se pode afirmar é que as ideias que tinham para o território eram díspares entre si em quase todos os aspectos. E também não damos conta de que o governo central, especialmente o presidido por Hintze Ribeiro, que foi aquele que mais tempo se manteve em funções no período que abordamos, tivesse gizado sequer um objectivo que desse sentido à transformação do território.

No arquipélago, quase tudo o que lhe pudesse conferir algum desenvolvimento condicente com a era industrial que se vivia há já muitos anos na Europa estava por fazer em finais do século XIX e início do século XX. Subsistiam algumas pequenas indústrias com irrelevante impacto na economia local, para além do carvão e do sal. O porto de São Vicente, mercê da exportação de carvão naquela ilha, e que já havia tido elevada importância na economia colonial, encontrava-se em acentuada decadência devido à forte concorrência que Dakar e Tenerife lhes faziam, tanto a nível de carga como até do simples abastecimento de carvão como combustível para os navios que ali aportavam. A indústria de extracção de sal que, segundo o *Comércio do Porto*, tinha rendido em 1884 um valor de 28 contos de réis quedou-se em 1892 em pouco mais do que 2 contos de réis e até ao final de 1900 não deu sinais de que a sua degradação se invertesse.¹⁰⁰

Num artigo de fundo sobre a publicação do orçamento ultramarino (constante na tabela 2 abaixo para o biénio de 1902/1903) o *Comércio do Porto* fazia a seguinte chamada de atenção:

«E em Cabo Verde, província magnífica pela sua posição geográfica, rica de terrenos excelentes para a agricultura, há crises alimentícias frequentes por falta de arborização que defenda o solo, por falta de instrução agrícola, por falta de irrigações, por falta de estradas. E Cabo Verde tem saldo no seu orçamento!»¹⁰¹

¹⁰⁰ Jornal *Comércio do Porto* de 09 de Julho de 1902, p.1

¹⁰¹ Idem

ORÇAMENTO COLONIAL - BIÊNIO 1902/1903			
PROVÍNCIA	RECEITA	DESPESA	SALDO
Angola	1743	2026	-283
Cabo Verde	443	315	98
Guiné	129	214	-86
Índia	957	1074	-123
Macau	655	445	210
Moçambique	3054	3127	-73
São Tomé	639	382	257
Timor	118	178	-60

Tabela 2 - Valores expressos em contos de réis (1 conto de réis = 1000 Escudos/5 Euros). Fonte: Jornal O Comércio do Porto de 09 de Julho de 1902, p.1

A apresentação desta tabela não pretende fazer aquilo que modernamente se designa por *benchmark* até porque, como bem sabemos, os graus de desenvolvimento eram diversos entre as antigas províncias ultramarinas portuguesas. O que se pretende é apenas exibir mais eficazmente a ideia do autor do artigo do jornal em causa. E a ideia que ela transmite, expressa aliás no texto citado, é de que Cabo Verde, sendo porventura uma província assoberbada por vários problemas graves de desenvolvimento, conseguiria, apesar disso e segundo o orçamento apresentado, mostrar um saldo positivo no conjunto dos dois anos. Ou seja, o *Comércio do Porto* pretendia conduzir à reflexão sobre o que poderia fazer Cabo Verde muito melhor caso Portugal dotasse aquele arquipélago dos meios necessários para o seu desenvolvimento económico. Na verdade, pensamos que, com o que já conhecemos de Cabo Verde à época, não existiriam razões para um orçamento tão optimista. Mas sabemos igualmente que mesmo nas piores crises de secas e fomes os governos da província, não dispendo naturalmente de cofres recheados, também não faziam tudo o que estava ao seu alcance com os meios financeiros de que dispunham. Por outro lado, as medidas enunciadas pelo jornal, visando o fomento do arquipélago, não eram nem fáceis nem de célere execução, para além de que careciam de cabimento orçamental a que o governo central provavelmente não poderia acudir, especialmente se tivermos em conta que a dívida pública do Estado português consumia por esses tempos 59% dos recursos do estado. E este é um dado que se agravava de ano para ano nos exercícios económicos do Estado e a que se acorria, habitualmente, com mais dívida pública para fazer face aos défices económicos.

Por muito que se possa lamentar a triste sorte a que historicamente Cabo Verde parece ter estado sempre votado, como vimos, os governos em Portugal nunca pareceram dispostos a investir no arquipélago, quer porque os meios financeiros fossem exíguos, quer porque, aparentemente, os governos de então não vissem em Cabo Verde grandes possibilidades de lucros financeiros substantivos. Parece dar corpo a esta tese o facto de que dois dos mais importantes sustentáculos económicos da província, o porto de São Vicente e a indústria de extracção do sal tivessem sido votados ao esquecimento ou a uma crónica falta de renovação de meios, como se comprova, aliás pela exposição dirigida ao rei pelos comerciantes da ilha de São Vicente em Setembro de 1902.¹⁰²

É curioso que, em 1904, a 08 de Junho, o mesmo jornal, o *Comércio do Porto*, através de uma notícia enviada pelo seu correspondente a partir de São Nicolau, tenha tido sobre Cabo Verde palavras muito pouco elogiosas: «Angola já é terra; isto é um Sertão no século XII».

O ano de 1901 foi irregular quanto a chuvas e tempo propício às sementeiras; o ano de 1902 agravou em muito essas condições, e 1903 e 1904 com as suas promessas de chuvas ou mesmo alguma precipitação com irregular distribuição, não conseguiram abafar a crise que se instalou. As palavras que mais se lêem na imprensa nacional informativa acerca de Cabo Verde são as que descrevem as doenças que dizimam as populações e as epidemias que se instalam após as crises alimentícias que nunca deram descanso aos cabo-verdianos. O que nunca se disse, nunca se escreveu ou nunca se fez saber através dos principais jornais na metrópole, foi a dimensão catastrófica de vidas humanas que a seca e fome estavam a dizimar no arquipélago.

No final do ano de 1902 o *Diário de Notícias* escrevia que a crise, devido à estiagem, não estava debelada. Em boa verdade, esse ano seria apenas o menos mau de um triénio que se mostrou muito mais grave nos dois anos seguintes em termos dos resultados trágicos para as populações. O dr. Costa Lereno, considerou esse ano o mais seco de todos os últimos anos.¹⁰³ Mas o *Diário de Notícias* só trouxe às suas páginas um primeiro registo de mortes por inanição no primeiro dia do ano de 1903, titulando que «a miséria se alastrava violentamente» e referindo-se a um número preciso de mortos: 500 ! É um número que indiciava já o que viria a ocorrer à medida que os meses foram passando. Só

¹⁰² Exposição do corpo comercial de São Vicente dirigida ao rei em Setembro de 1902, sobre as condições do porto do Mindelo-São Vicente e das deficientes infra-estruturas para concorrer com Tenerife e Madeira na exportação de água e carvão e a consequente diminuição de receitas daí provenientes com evidentes prejuízos para uma população pobre e sem outros recursos e que por isso passava por grandes dificuldades. De permeio lembra ao soberano o facto de que dois terços dos rendimentos de Cabo Verde tem origem em S. Vicente e na actividade do *porto grande*. AHU-ACL-SEMU-CV, 1902, cx 244.

¹⁰³ Lereno, A.M.Costa, *Relatório do Serviço de Saúde de Cabo Verde relativo ao ano de 1903*. AHU-SEMU-CV, cx 148-1L

na ilha de Santiago, a mais populosa do arquipélago, resume Senna Barcellos,¹⁰⁴ morreram devido a inanição, no fatídico ano de 1903, 10.155 pessoas nos dois concelhos de Santiago, mesmo assim este valor estava longe da realidade. Olhando sob a perspectiva do relatório anual produzido por Costa Lerenó, e para o conjunto do arquipélago, o responsável pelo Serviço de Saúde de Cabo Verde inscreveu nesse relatório 14.002 mortos, sendo que, afirma, «três quartos desses mortos se devem directamente à fome».¹⁰⁵ A maioria dos restantes falecidos deveria estar ligada às paupérrimas condições de higiene em que vivia a população; às doenças associadas à deficiente alimentação ou às débeis condições sanitárias. Mas Lerenó calcula ainda, só para a ilha de Santiago que, somado o total dos que pereceram aos que emigraram, a população perdida ascendeu a 18.000 pessoas, já descontado esse número da média anual encontrada pelo acréscimo de nascimentos verificados nos últimos oito anos em todo o arquipélago e que terá sido na casa de 4.000 a 5.000 crianças, de acordo com os registos paroquiais de batizados.¹⁰⁶ Contudo os números que Costa Lerenó fornece pecam por defeito uma vez que não era possível contabilizar as pessoas que pereceram por não conseguiam dirigir-se do interior para onde pudessem receber algum socorro em alimentos; os que morriam à beira dos caminhos e eram devorados por animais esfomeados ou os que eram enterrados ou queimados nas *achadas*, como refere Carreira.¹⁰⁷ Isto, claro, para além de outras situações a que a fome tragicamente conduzia. Carreira propõe, em relação a Lerenó, um número mais agravado para a perda total de população em Santiago. Ele fala de um total de 23.000 pessoas.¹⁰⁸

O ano de 1903 foi, como vimos, o pior para a população cabo-verdiana. O governo central pouco conseguiu fazer para atenuar a grave situação do arquipélago. Segundo escreve *O Século* em Fevereiro desse ano, as finanças do país estavam em estado calamitoso.¹⁰⁹ Por outro lado, Portugal enfrentava, em Angola e Moçambique, revoltas e levantamentos indígenas que obrigavam ao deslocar das atenções governativas para essas colónias. Ainda que um pouco mais tarde, o deflagrar da guerra russo-nipónica, obrigou ao envio de três navios e tropas para salvaguarda da posição de Macau na região asiática. Internamente, na metrópole, eram as fortes agitações provocadas pela contestação ao imposto de selo, licenças várias e outros encargos fiscais que sobrecarregavam as classes intermédias ou os pequenos comerciantes. Despoletado este movimento em Coimbra rapidamente alastrou a uma boa parte do país, do centro para o sul e norte, pese embora a repressão musculada de que chegaram

¹⁰⁴ Barcellos, Christiano José Senna de, *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*, mapa nº 3, Lisboa, Typ. Da Cooperativa Militar, 1904, p. 12

¹⁰⁵ Lerenó, A.M.Costa, *Relatório do Serviço de Saúde de Cabo Verde relativo ao ano de 1903*. AHU-SEMU-CV, cx 148-11L

¹⁰⁶ Idem

¹⁰⁷ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.62

¹⁰⁸ Idem

¹⁰⁹ Jornal *O Século* de 28 de Fevereiro de 1903, p.1

a resultar mortos.¹¹⁰ Enquanto isso o *Diário de Notícias* escrevia na edição de 09 de Abril de 1903 que Cabo Verde estava a ser votada ao abandono pelos dirigentes que se mostrariam, no dizer do jornal, surdos aos diversos clamores de um povo que agonizava, pese embora, dizia ainda, «os repetidos artigos justiceiros na imprensa que nada conseguiram dos poderes público». A 07 de Julho de 1903 o *Comércio do Porto* escrevia, por seu turno, que o governador Paula Cid havia realizado uma visita a todas as ilhas do arquipélago e anotado «as necessidades urgentes de cada uma». Mas segundo consta, a nenhuma das propostas que a tal respeito apresentou ao governo central este deu qualquer seguimento. Paula Cid estava de saída de Cabo Verde. Talvez que com esta sua iniciativa pretendesse encerrar o mandato, que veio a terminar em Agosto do mesmo ano, com uma atitude positiva para com os cabo-verdianos visto não ter o mesmo decorrido de forma minimamente consensual. Tanto Barcellos como Carreira (Barcellos, 1904, p.p.50-68 e Carreira, 1984, p.p.56-62) poem em causa a sua governação e o papel que teve para com os necessitados na crise que abordamos. Por seu turno os correspondentes dos jornais de Lisboa e do Porto em Cabo Verde, teceram-lhe muitas vezes rasgados elogios, mas permeando esses encómios com críticas.

Em carta enviada à redacção do *Comércio do Porto*, posteriormente ao relatado no parágrafo anterior e publicada em 15 de Julho de 1903, o correspondente dava nota da cada vez maior degradação da situação do arquipélago e dizia que «o roubo está aqui desaforado, a pouca mandioca que resta é roubada; a cada passo se vêem pelos montes peles de bois e carneiros chacinados; as hortaliças e frutas são arrebatadas todas as noites; uma verdadeira razia».

Em meados do mesmo ano de 1903 os três principais jornais informativos em Portugal quase faziam coro, repetindo, à exaustão, em artigos redigidos pelas redacções respectivas ou através de cartas dos seus correspondentes no arquipélago, aquilo que estava a acontecer à população cabo-verdiana. *O Século* escrevia em 07 de Abril desse ano, que chegava à cidade da Praia «elevado o número de pedintes que são causa de horror pelo espectáculo proporcionado». Tanto o *Comércio do Porto* como o *Diário de Notícias* destacavam, e repetiam enfaticamente, o desfilar de horrores a que os seus correspondentes assistiam nas ilhas: falta de chuvas, fome, escassez de milho, preço do milho muito elevado, febres, mortandade, crise alimentar, assassínios, roubos, pedintes, famintos, miséria, doença. E não eram só as pessoas que eram afectadas, milhares de animais morriam também por causa da falta de pastos. Carreira refere que na ilha do Maio existiam acumulados para exportação vinte toneladas de ossos de animais mortos por falta de pastos.¹¹¹ Este cenário estendeu-se a todos os anos da crise, mas com maior acutilância, como já referido, nos de 1903 e 1904. De salientar ainda que no final de

¹¹⁰ Jornal *O Século* dos dias 11, 17, 18 e 19 de Março de 1903

¹¹¹ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.45

1900 publicara-se uma ou outra notícia sobre aquilo que já era visto com alguma preocupação com a falta de chuvas. Por outro lado, no final do ciclo da crise olhava-se para o ano de 1905 com alguma expectativa positiva dado 1904 ter tido chuvas mais regulares.

Mas das ilhas também se fazia ouvir a voz da imprensa local. O jornal *Opinião*, citado por Carreira, que se editava em São Vicente, publicou no final de 1903, um artigo sob o título *A crise de trabalho* do qual transcrevemos alguns excertos para que melhor se possa aquilatar da crua realidade vivida um pouco por todo o arquipélago:

«Lavra assustadoramente, nesta ilha, a crise de trabalho, pela fuga da navegação deste porto; a miséria já há meses que invadiu, com os seus horrores, o triste albergue do pobre trabalhador[...]. O comércio definha-se a olhos vistos e debate-se já numa angustiosíssima luta para salvar o seu crédito ameaçado de morte, e já não há quem se considere seguro e esteja tranquilo ante esta situação deplorável, que a prolongar-se causará a ruína e o aniquilamento completo de uma ilha inteira. Mas no meio deste sofrimento atroz, desta horrenda calamidade pública, há quem ainda duvide da realidade absoluta do mal, porque se não vêem ainda as ruas atulhadas de cadáveres em putrefacção, porque se não ouvem ainda os gritos lancinantes atroando os ares e porque o povo ainda não saiu à rua de mão armada a saquear os celeiros dos protegidos da fortuna[...]. É porque este povo é duma resignação e de um espírito sofredor como poucos haverá no mundo[...]. Acabamos de visitar a aldeia denominada *Ribeira Bota*, onde, segundo nos tinham informado, estava morrendo gente de fome e de miséria. É impossível descrever o espantoso quadro de miséria que se nos deparou ali. Figuras esqueléticas, aos montões, estiradas no chão das infectas espeluncas abrem escancaradamente a boca ressequida pedindo pão, implorando socorro. Todas aquelas palhotas, acham-se acumuladas de desgraçados, sofrendo cruelmente os horrores da fome. A febre e a disenteria acompanham aqueles horrores tornando impossível viver naquele ambiente onde está nitidamente desenhada a figura da Morte! Apelo para as almas generosas, esperamos que socorram aqueles infelizes».¹¹²

Morre-se às centenas que se vão somando e se elevam a milhares no conjunto das ilhas. Apesar de tudo, e do muito que fizeram por Cabo Verde, divulgando e apelando à ajuda, os jornais da metrópole traduzem uma imagem algo mais sublimada do que a realidade vivida por lá. Não sabemos se isso foi ou não propositado ou se, por outro lado, tinham pudor humanitário em expor tão cruel quadro. Não temos quaisquer dados que nos levem sequer a supor que haveria o intuito de não transmitir à população europeia da metrópole toda a dimensão da tragédia, ou se apenas não se pretenderia expor demasiado o país, a nível interno e externo, ao descrédito trazido pela má imagem

¹¹² Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.45

de se deixar chegar a colónia de Cabo Verde a situação tão grave em termos humanitários e económicos.

Para que se afira melhor da dimensão trágica desta crise, deixamos desde já os números de óbitos registados durante os considerados dois piores anos da crise: 1903 e 1904. Pelo recenseamento realizado em 1900, a população do arquipélago de Cabo Verde ascendia a 147.424 pessoas. De acordo com os relatórios do Serviço de Saúde da província, referentes aos anos de 1903 e 1904, Cabo Verde perdeu respectivamente 14.000 e 9.640 pessoas devido à crise ou a doenças dela derivadas. Ou seja: aproximadamente 9,50 % do total de população em 1903 e 6,54 % em 1904 pereceram vitimadas pela fome.¹¹³ Sublinhe-se ainda, como é óbvio, que nestes números não se inclui a população que entretanto emigrou de livre vontade, ou foi a isso forçada pelas autoridades, para fugir à tragédia da fome. Muitos acabariam no entanto por morrer em São Tomé e Príncipe devido às precárias condições de trabalho e vida com que se defrontaram naquele território. Mas a presença da morte, estivesse próxima ou mais distante, conforme fosse observada a partir de Cabo Verde ou da metrópole, pareceu não preocupar muito quem estava fora do alcance dela. Morria-se aos milhares no arquipélago, mas por altura dos festejos de carnaval de 1903, «a gente de selecto trato exhibia-se com gosto e riqueza de máscaras e trajes».¹¹⁴ Em Lisboa, um pouco mais tarde, em Abril do mesmo ano, exultava-se com a visita de Eduardo VII a Portugal e os desfiles pelas avenidas de Lisboa.

Há, no relatório de 1904, do Serviço de Saúde de Cabo Verde uma nota que Costa Lereno deixa e que nos permite perceber como a questão da crise era vista à data em que esse relatório foi eventualmente enviado ao governador, em 01 de Abril de 1905. Diz Lereno, a dado passo, que «A crise, que pode ser considerada fechada em 31 de Dezembro, durou perto de dois anos, sendo mais aguda durante todo o ano de 1903».¹¹⁵ O médico estava já há quase década e meia em Cabo Verde quando escreveu estas palavras no seu *Relatório*. Já tinha passado por outras crises e sabia igualmente que, em Cabo Verde, as crises de secas e fomes não têm um tempo certo para se declararem, tal como não poupariam no futuro o território se este continuasse tão exposto e sem condições para resistir por forma a que se evitassem resultados semelhantes à crise de 1901-1904. Cerca de três anos depois de proferidas as palavras do dr. Lereno, o jornal *O Colonial* publicava nos seus números 10 e 17 de Setembro de 1907, uma análise detalhada sobre a realidade de Cabo Verde, que se mantinha, constata o jornal, na mesma situação de dependência total para encarar novas futuras possíveis crises de secas e fomes.

¹¹³ Lereno, A.M.Costa, *Relatório do Serviço de Saúde de Cabo Verde relativo ao ano de 1903*. AHU-ACL-SEMU-CV, cx 148-1L

¹¹⁴ Jornal *O Século* de 11 de Março de 1903, p.1

¹¹⁵ Lereno, A.M.Costa, *Relatório do Serviço de Saúde de Cabo Verde relativo ao ano de 1904*. AHU-ACL-SEMU-CV, cx 148-1L, p. 27

2.4 - Os particulares da metrópole na ajuda a Cabo Verde

Se algumas fontes nos informam da ajuda que foi enviada a Cabo Verde pelos Estados Unidos da América durante a crise ocorrida na década de trinta do século XIX, para a crise de 1901-1904 não encontramos nada semelhante. Na do século XIX, nada menos do que treze navios carregados de mantimentos chegaram ao arquipélago. O que encontramos registado sobre a ajuda disponibilizada a Cabo Verde para a crise de 1901-1904, é que esta foi prestada essencialmente por pessoas e instituições particulares de Portugal continental e também a partir do Brasil através de associações de portugueses residentes em várias cidades daquele país. É claro que o governo central também consignou ajuda para as ilhas cabo-verdianas, mas estamos seguros de que essa ajuda não foi nem em grau nem com a regularidade suficiente para que pudesse chegar a todos os necessitados que a crise produziu nas várias ilhas de Cabo Verde.

A inclemência desta crise abateu-se sobre todas as ilhas do arquipélago. Ao investigarmos nos jornais do período que consideramos, já o dissemos, há como que um coro de vozes que clama por ajuda em praticamente todas as ilhas. A título de exemplo diga-se que em Santiago, a ilha mais afectada, na cidade da Praia, distribuía-se, uma vez por dia, uma sopa *económica* a 300 indigentes mas para a qual apareciam sempre mais de 3000 à procura de algum alimento.¹¹⁶ Esse número foi tendo algumas alterações, pouco significativas para mais, porém, o esforço das autoridades não era por via de regra poder atender mais gente mas sim procurar que os indigentes saíssem das ruas da cidade da Praia, onde se acumulavam, e regressassem às suas aldeias e casas. Sem alternativas de diferente situação nas suas terras, onde os aguardava uma agonia muito pior do que aquela porque passavam já, preferiam vaguear ou manterem-se nas ruas e na praia da cidade aguardando por alguma ajuda que lhes tocasse.¹¹⁷

Os particulares da metrópole e comunidades portuguesas no estrangeiro, como já vimos, foram sensíveis a estas notícias, mobilizaram-se e começaram a pedir e receber em resposta dádivas e donativos para serem enviadas a Cabo Verde, tanto em géneros como em dinheiro que foi utilizado para a compra de mais géneros ou mesmo, em algumas ocasiões, valores enviados directamente à consignação do próprio governador da província para que este o administrasse.

Das iniciativas levadas a efeito por pessoas ou instituições, destacamos aquela que se revelou, no seu alcance, com uma dimensão ao nível de todo o território do continente e mesmo no estrangeiro.

¹¹⁶ Jornal *Diário de Notícias* de 13 de Julho de 1903, p.1

¹¹⁷ *Boletim Oficial da província de Cabo Verde* nº 31 de 30 de Julho de 1904, p. 195

Em 17 de Julho de 1903 a Associação Comercial de Lisboa fez publicar o seguinte anúncio de grandes dimensões em letra destacada, no jornal *Diário de Notícias*:

«A Associação Comercial de Lisboa julgando interpretar os sentimentos humanitários de todo o comércio português convida os seus associados e em geral todos os negociantes a concorrerem com donativos ou em géneros [...] afim de tudo ser aplicado a atenuar o flagelo da fome que com grande intensidade está grassando na ilha de Cabo Verde. A Associação encarrega-se de expedir todos os donativos à consignação do governador geral da província pelos vapores da Empresa Nacional de Navegação, generosamente postos à disposição de tão simpático fim».¹¹⁸

a publicação deste anúncio concitou de imediato vontades de muita gente. A Associação de Lojistas de Lisboa aderiu de imediato ao repto da sua congénere. Repetidamente, no *Diário de Notícias* e no *O Século*, se publicavam os nomes de todos os particulares e comerciantes que contribuíam, em bens ou dinheiro, e o relativo a cada contributo. Ciclicamente eram enviados donativos, desde roupas a bens alimentares que à sua chegada a Cabo Verde seriam entregues à guarda do governo do arquipélago que ficava encarregado de os fazer distribuir às populações carenciadas. Os jornais informativos de Lisboa e do Porto associaram-se à divulgação deste gesto da Associação Comercial de Lisboa e iam continuamente divulgando nas suas páginas como estava a decorrer a angariação de donativos e sobre a chegada dos mesmos ao arquipélago.

Através do seu correspondente em Lisboa, o *Comércio do Porto* dava nota, a 21 de Agosto de 1903, de que tinham seguido para Cabo Verde, pelo vapor *Ambaca*, um total de 614 volumes contendo géneros e artigos de vestuário remetidos pela Associação Comercial de Lisboa. Sabemos, pelo *O Século* de 09 de Agosto desse mesmo ano o tipo de géneros e quantidades dos mesmos que embarcariam a 21 de Agosto para o arquipélago:

- 170 fatos completos
- 50 saias
- 72 camisas para mulher
- 393 camisas para homem
- 176 calças de cotim
- 240 pares de ceroulas
- 600 camisolas

¹¹⁸ Jornal *Diário de Notícias* de 17 de Julho de 1903, p.4

- 50 peças de chita
- 316 sacas de arroz
- 121 sacas de milho
- 10 sacas de grão
- 9 sacas de feijão
- 5 sacas de farinha de trigo
- 5 caixas com conservas
- 1 barril com azeite
- 30 sacas de farinha de milho
- 30 caixas com bolachas
- 30 barris com toucinho
- 25 caixas com 100 latas de banha
- 120 Quilogramas de atum

mas estes bens foram apenas relativos a um envio de quatro que a Associação Comercial de Lisboa fizera até à data, num total de 1798 volumes expedidos desde o início. E relembramos que o começo da iniciativa se deu a 17 de Julho de 1903.

Sobre a presença de roupa no envio acima referido, o jornal justifica-o com um pedido específico do governador geral devido ao facto dos carenciados se encontrarem nas ruas «quase em estado de nudez».

Também a *Grande Comissão de Socorros aos povos de Cabo Verde*, dirigida pela rainha D. Amélia, fazia, para além de géneros, envio regular de roupas para o arquipélago, o que traduz bem o estado de absoluta carência em que muita gente viveria no arquipélago. Convém talvez acrescentar que a referida *Grande Comissão* criada pela rainha surgiu uns poucos meses mais tarde em relação à iniciativa da *Associação Comercial de Lisboa*, mas não em colaboração com esta. Estamos em crer de que foi, aliás, a iniciativa da dita Associação e a grande divulgação a nível nacional da mesma que despertou sobremaneira a atenção e interesse de D. Amélia para com a crise que se vivia em Cabo Verde.

Não conseguimos discorrer, com suficiente rigor histórico, as razões pelas quais as iniciativas da Associação Comercial de Lisboa e a da rainha, com a *Grande Comissão*, se faziam autonomamente,

mas estamos em crer haver da parte de D. Amélia o interesse em marcar uma posição política por parte da coroa, face ao desgaste porque a monarquia passava e, em especial, por parte dela própria. Já quanto à Associação Comercial de Lisboa, o antagonismo para com a política fiscal agressiva do governo de Hintze Ribeiro e a sua validação pela coroa, seriam porventura motivo suficiente para não procurar qualquer colaboração, quer com o governo quer com a coroa, mesmo que fosse para ajudar a população de Cabo Verde, preferindo fazê-lo de *per si*.

Uma pergunta que deve ser feita é sobre como se procedeu à distribuição, pelos cabo-verdianos necessitados de ajuda, do grande volume de géneros e valores que tanto a Associação Comercial de Lisboa como a *Grande Comissão de Socorros aos povos de Cabo Verde* fizeram ali chegar ao cuidado do governo local, sendo deste, depois, a responsabilidade de gestão dos mesmos. De acordo com Barcellos, as coisas não correram como teria sido expectável:

«Os géneros mandados pela Associação Comercial de Lisboa estavam armazenados na Praia e eram promiscuamente distribuídos[...]. Esses géneros tiveram, em grande parte, aplicação diversa da que devia supor essa Associação. Serviu para pagamento aos trabalhadores! Em Agosto, não havendo milho à venda no mercado, o governador deu, por empréstimo, a uma casa comercial, mil sacas. Este milho era depois vendido no balcão a 40 réis o litro e mais. Não havia milho para socorrer os desgraçados que estavam sob a protecção da Associação Comercial; negava-se-lhes o que era deles, mas entregava-se à especulação numa casa comercial, como se aquele milho fosse propriedade do governo ou do governador».¹¹⁹

Sabemos que Senna De Barcellos tinha excelente conhecimento do que se passava em Cabo Verde, embora não nos custe admitir que os seus comentários pudessem resultar, de certa forma, algo *passionais*, ou com pouco distanciamento dos factos que observava ou de que tomava conhecimento por terceiros. Por isso teremos sempre que olhar para o que escreve com dever de alguma reserva. Em todo o caso, o oficial da Marinha de Guerra portuguesa coincide nas suas observações e acusações contra o governo da província, e em especial contra o governador Paula Cid, com aquilo que outros, como Luis Loff de Vasconcelos,¹²⁰ também escreveram sobre o que se passava em Cabo Verde nesta crise de 1901-1904. Vendo as coisas por um outro prisma, e cingindo-nos apenas aos dados que são

¹¹⁹Barcellos, Christiano José Senna De, *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*, mapa nº 3, Lisboa, Typ. Da Cooperativa Militar, 1904, p. 59

¹²⁰ Luis Loff de Vasconcelos foi escritor, jornalista e advogado. Nasceu a 05 de Janeiro de 1861 na ilha do Maio. Filho de um português e de uma cabo-verdiana, Loff de Vasconcelos passou boa parte da sua existência na ilha de Santiago, onde chegou a ser presidente da Câmara da Praia. Iria no entanto para a Brava que escolheu como sua ilha de adopção, tendo vivido ainda em São Vicente. [Consultado em 04 de Junho de 2021]. Disponível em: <http://www.caboverde-info.com/Identidade/Personalidades/Luis-Loff-de-Vasconcelos> .

publicados no *Boletim Oficial* pelo governo da província¹²¹ relativos aos óbitos verificados em 1903, quando ali chegou o grosso da ajuda enviada de Portugal, aquilo que constatamos é que, tendo em conta a população total do arquipélago, e os percentuais de diferenças entre etnias, a desproporção dos óbitos totais por etnia é muito mais acentuada percentualmente entre negros e mulatos em relação à população branca. Ora isso confirma, de certa forma, e ainda que numa análise muito elementar, que a população indígena continuava a morrer mais e agonicamente sem receber, na maior parte das vezes, por pequena que fosse, qualquer ajuda que tivesse sido enviada de Lisboa.

Não possuímos dados objectivos sobre o impacto benéfico que o socorro enviado da metrópole, e mesmo do estrangeiro, por todas as entidades colectivas ou singulares que se envolveram nesse apoio, possa ter significado para as populações cabo-verdianas. É provável que, pese embora o louvável esforço dos que pretenderam ajudar o povo de Cabo Verde, essa ajuda não tivesse sido mais do que um paliativo de alcance muito limitado pois sabemos que, apesar dela, continuaram sempre a aumentar os óbitos em Cabo Verde em resultado da crise. Mas também não temos dúvidas de que essa ajuda foi a única que, desinteressadamente, em escala bastante razoável, chegou a Cabo Verde mesmo que muitos cabos-verdianos não tivessem podido sequer aceder-lhe.

¹²¹ *Suplemento ao Boletim Oficial da Província de Cabo Verde* nº 50 de 10 de Dezembro de 1904

Capítulo 3 – Seca, pragas, doenças e fome

3.1 – Secas e pragas e agrícolas como causas primárias da crise alimentícia em Cabo Verde

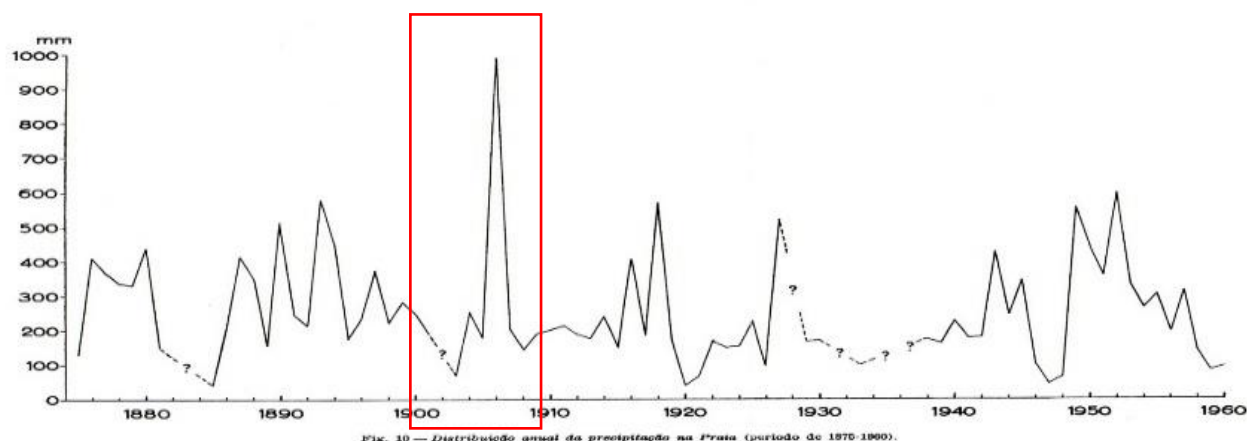
«A chuva é o elemento dominante da diferenciação estacional do ano e [...] o eixo em torno do qual gira o *mundo* em Cabo Verde». ¹²²

Como se vê na *Figura 4*, o período de 1900-1904, em Cabo Verde, foi um dos mais secos no arquipélago; menos de 100mm de precipitação medida em média. Nos anos antecedentes e mais próximos do período referido apenas se registaram precipitações inferiores a isso em meados da década de 1880/90 e, nos anos posteriores a 1904, verificaram-se dois picos muito abaixo dos 100mm em 1920 e 1947 anos esses que se relacionam também com graves crises de secas e fomes em Cabo Verde. ¹²³

As chuvas concitaram desde sempre as atenções das populações do arquipélago nas regiões em que a agricultura estava totalmente dependente da sua chegada dentro da estação em que era expectável que isso acontecesse, entre os meses de Agosto a Outubro. No período que abordamos, as actividades económicas existentes em Cabo Verde resumiam-se a pouco mais que a agricultura e algumas pequenas indústrias muito artesanais, como era o caso da produção de panaria. Apenas a ilha de São Vicente e do Sal tinham algum tipo de actividade económica de escala significativa para a realidade de Cabo Verde. Em São Vicente fazia-se a comercialização de carvão que era usado para combustível dos navios a vapor, e na ilha do Sal a extracção de sal para exportação.

¹²² Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*. Lisboa, Tipografia Minerva, 1964, p.23

¹²³ Idem p. 40



Mem. Junta Invest. Ultram. 2.ª sér. n.º 48, 1964

Figura 4 -Distribuição anual de precipitação na cidade Praia-Santiago (período de 1875-1960)

Fonte: Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*, p. 40

Também no Fogo se fazia extracção de Sal, embora em muito menor quantidade em algumas salinas do Estado. Mas quaisquer uma destas actividades tiveram os seus altos e baixos e nem sempre puderam disponibilizar rendimento suficiente para toda a população que dependia destes trabalhos.

Se é verdade que da exportação de carvão se retiravam cerca de 50% do total dos rendimentos gerados no arquipélago, também é verdade que as três companhias que operavam em S.Vicente se cartelizavam para manter os preços artificialmente elevados, especialmente quando comparados com a concorrência feita pelas Canárias,¹²⁴ o que veio a ser muito prejudicial para Cabo Verde após terminarem os constrangimentos relacionados com as guerra dos *Boers* travadas entre ingleses e os colonos na África do Sul, e que até 1902 tinham potenciado o comércio do carvão cabo-verdiano para os navios ingleses. De resto, e se exceptuarmos estas actividades extractivas e de exportação, e uma ou outra actividade complementar ou sazonal, que no seu conjunto não criavam ocupação de relevo, a agricultura era a principal actividade de onde a esmagadora percentagem da população retirava o seu sustento. Falhando isso, falhava o seu suporte de vida.

¹²⁴ Cordeiro, Ana, Bual, Mindelo: *entre a Ficção e a Realidade*, Mindelo, São Vicente, Cabo Verde. [consultado em 08 de Julho de 2021]. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/cidade/mindelo-entre-a-ficcao-e-a-realidade>

Por todos os motivos que até agora elencámos, e por outros que veremos mais à frente, a exposição de Cabo Verde aos períodos de estiagem mais ou menos longos explica, em grande medida, as graves consequências e sequelas, que desde sempre marcaram a vida do arquipélago.

A década de 1890-1900 foi, regra geral, de sobressalto constante logo a partir do seu início, com secas regulares permeadas por pouquíssima chuva e a consequente perda de plantações e colheitas em quase todas as ilhas. O governo provincial acorria às crises, usando a metodologia de sempre, alocando verbas extraordinárias para a abertura de trabalhos públicos que obviassem às graves carências dos mais necessitados proporcionando algum rendimento. Para além disso, com prévia autorização de Lisboa, promovia a importação de milho sem direitos aduaneiros que, em tempos de carestia deste cereal, representava uma ferramenta económica para levar ao abaixamento do seu preço de venda no mercado local uma vez que os comerciantes o inflacionavam de forma exorbitante deixando a sua compra apenas ao alcance de muito poucos.

A abertura de trabalhos públicos em algumas ilhas, apesar de representar um esforço financeiro razoável da parte do governo do arquipélago, só conseguia minorar os graves problemas dos que antes já viviam em estado de quase indigência. Pese embora isso, desde que apresentassem, na perspectiva das autoridades, condições de saúde para poderem trabalhar, fossem homens, mulheres ou mesmo rapazes adolescentes teriam que o fazer pois não contariam com qualquer ajuda do governo se recusassem trabalho.

Para que se tenha uma ideia da dimensão das despesas efectuadas com estes *trabalhos de crise* diga-se que, por exemplo, entre Dezembro de 1889 a Novembro de 1890, dispenderam-se 133.004\$154 réis.

«É grande em absoluto esta quantia, mas não parecerá demasiada comparando-a com a gravidade da crise que combateu e o número de vidas que poupou a uma morte certa e horrorosa».¹²⁵

Mas restavam ainda os designados *inválidos*, isto é, aqueles que já não podiam trabalhar devido à fragilidade total que a carência provocada pelas crises lhes tinha infligido. Para esses criavam-se locais fixos de distribuição de rações diárias onde a sua ocorrência se mostrava volumosa e a aumentar todos os dias, nomeadamente em Santiago, na cidade da Praia e mais uma ou outra ilha. Senna Barcellos diz, sobre a situação na Praia, que «A cidade era de dia para dia visitada por legiões de famintos que reclamavam alimentos».¹²⁶ Mas é muito crítico quanto à qualidade e quantidade da alimentação fornecida: «O rancho era detestável; para além de constar geralmente apenas de milho do mais

¹²⁵ Carreira, António, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.28

¹²⁶ Barcellos, Christiano José Senna De, *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*, mapa nº 3, Lisboa, Typ. Da Cooperativa Militar, 1904, p. 45

ordinário, de Buenos Aires, temperado com mau azeite, ainda por cima mal cozinhado e ainda escasso [...] uma alimentação nociva à saúde»,¹²⁷ dizia. Outras freguesias de Santiago, como São Lourenço dos Orgãos, eram também afligidas pelo mesmo movimento de gente em busca de auxílio.

A deslocação de pessoas para outras ilhas, que tinham diferentes valias económicas, especialmente São Vicente com os trabalhos do carvão, mas ainda e em certa medida o Sal, para a extracção de sal, era permitida mas nem sempre bem vista em tempos de crise pelos locais, levando mesmo a administração do concelho de São Vicente a dirigir à secretaria geral do governo, em Setembro de 1902, um ofício onde era pedido que

«não fosse permitida a emigração para aqui como está acontecendo actualmente em que todos os dias chegam das ilhas, especialmente de São Nicolau, navios cheios de indivíduos que vêm procurar trabalho aonde ele mal chega para os trabalhadores existentes».¹²⁸

Transcorridos alguns anos, até 1894 quando se regista alguma acalmia nas crises com que tinha sido iniciada a década (Carreira, 1984, p.29), a partir de então e até à crise de 1901-1904, voltaram as estiagens, apareceram as pragas de gafanhotos que tinham uma acção de destruição em plantações e pastos, e que, associadas aos ventos fortes que também promoviam a «diminuição dos caudais das fontes» tornavam pouco ou nada praticável a actividade da agricultura de regadio, começa a instalar-se gradativamente a carência alimentar que atinge tanto a população como os seus gados. Embora deva dizer-se que a crise a que se refere o nosso estudo não se instalou de rompante. Em 1901, falava-se e escrevia-se, apesar de tudo, ainda pouco sobre aquilo que viria a mostrar-se nos três anos seguintes, com particular incidência no decurso das prolongadas estiagens que começaram a sentir-se em 1902 e cujas consequências se prolongariam com efeitos catastróficos sobre as populações em 1903. Contudo, fazendo o acompanhamento, quer dos boletins de saúde, que eram regularmente enviados ao governador da província pelo médico chefe do Serviço de Saúde de Cabo Verde, quer pelos que eram enviados pelo próprio governador para o governo central em Lisboa, conseguimos perceber a evolução da crise que se foi instalando.

Pouco depois do início do ano de 1901 em 01 de Fevereiro, Costa Lereno em informação à secretaria geral do governo de Cabo Verde não fazia notar nada de relevante quanto ao estado sanitário na província.¹²⁹ No mesmo mês, no dia 12, o governador Arnaldo de Novais fez seguir para Lisboa um ofício dirigido à Secretaria do Estado onde informava sobre o *estado da província* escrevendo que

¹²⁷ Idem

¹²⁸ *Ofício da administração do concelho de S. Vicente de 29 de Setembro de 1902 AHU-SEMU-CV, cx 127*

¹²⁹ *Ofício nº 56 do Serviço de Saúde de Cabo Verde, AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127, papéis soltos.*

«a crise alimentícia que se havia manifestado parcialmente por efeito da irregularidade das chuvas em algumas ilhas, tinha-se tornado intensa, nomeadamente nas de Stº Antão, S. Nicolau, Fogo, Brava e Boavista, à medida que decorre a estação seca à medida que se vão esgotando os escassos recursos do povo, geralmente pobre e imprevidente, deste arquipélago»;¹³⁰

claro que os relatórios do Serviço de Saúde não tinham que ser necessariamente coincidentes com a avaliação que o governo local de Cabo Verde fazia sobre a situação da província, embora pudessem, apesar de tudo, mencionar factos ligados à situação geral do território que exibissem uma relação directa com o estado sanitário das populações. Por isso não se deve estranhar que, ao contrário do que lemos em muitos relatórios do responsável do serviço de saúde, Costa Lereno não abordasse agora assuntos de carácter mais político ou administrativo. Isso era responsabilidade do governo local. Pelo que será normal os dois documentos que citamos, o do Serviço de Saúde e o do governador, não reportarem temas coincidentes ou sequer partilharem a mesma visão sobre o que em determinado momento se passava nas ilhas. À data do *ofício* enviado do governador para Lisboa, a questão alimentícia no arquipélago já estava a começar a agravar-se mas isso não estaria ainda a ter grande impacto sobre o estado de saúde das populações. Se olharmos para um outro *ofício* do governador Novais, enviado ao ministro da Marinha e à secretaria de estado dos negócios da Marinha e ultramar no início de Janeiro de 1900,¹³¹ cerca de um ano antes, portanto, constatamos que já existiam *trabalhos de crise* abertos em Santo Antão, São Nicolau, Boavista e Fogo, embora se refira no *ofício* que o número de trabalhadores socorridos por esta via era *muito reduzido*, que a crise era *reduzida e parcial* e que o estado sanitário era *satisfatório e melhorado* em São Nicolau.

A situação de relativa acalmia nas estiagens e no estado geral da província entre 1891 a 1894 permitiu um certo desafogo quer do ponto de vista alimentar quer do sanitário em Cabo Verde. Mas, como verificamos, a partir de 1894 o agravamento das condições climatéricas nefastas para a agricultura do arquipélago começou a fazer-se sentir. De 1901 até 1904 a situação iria deteriorar-se e assumir aspectos de dramatismo para as populações. Se o primeiro ano do período que estudamos foi de preocupação, a grande estiagem verificada em 1902 marcou não só esse ano como precipitou o que viria a ocorrer no ano seguinte, em 1903, e em grande parte do de 1904. É verdade que nem sempre as ilhas foram atingidas de igual modo e que também o Barlavento era sempre mais poupado do que o Sotavento, com Santiago a assumir a maior parte das funestas consequências e a ser quase que uma *ilha mártir* em termos de falta de alimentos e das doenças que seguiam associadas à inanição que se traduzia depois em mortalidade elevada.

¹³⁰ *Ofício* da Secretaria geral do governo da Província de Cabo Verde, AHU-SEMU-DGU, cx 127, papéis soltos.

¹³¹ *Ofício* nº 7 de 02 de Janeiro de 1900, AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127, papéis soltos

A partir de uma curta resenha ilustrativa de alguns eventos que se estenderam de 1901 a 1904, que se multiplicam em praticamente todas as ilhas, fica-se com uma imagem impressionante das suas consequências:

1901 – Surto de varíola no Fogo e na Brava e ondas de gafanhotos na Boavista.

1902 – Na Boavista perdem-se as sementeiras devido a estiagem prolongada. Surto de gafanhotos no Fogo.

1903 – Em Santiago socorrem-se, com distribuição de uma refeição por dia, algumas centenas de pessoas dos milhares que chegam à Praia-Santiago, vindas de freguesias do interior. Dezenas de crianças abandonadas pelos pais são recolhidas e alimentadas pelas autoridades. Perdas de searas no litoral de Santiago. Novas vagas de gafanhotos que destroem sementeiras e pastos na Boavista que agravam o mau estado alimentício.

1904 – Em Santiago continua o abandono de crianças que são recolhidas pelas autoridades. Agrava-se a crise alimentar e acumula-se na cidade da Praia o número de pessoas que ali chegam, umas em estado de inanição e outras sem qualquer capacidade para se poderem alimentar por si próprias. Pragas de gafanhotos destroem os pastos. É aberto o Lazareto para albergar gente que já se encontra em muito mau estado. Na ilha do Maio estão acumuladas 20 toneladas de ossos para exportação de animais que morreram por falta de pastos. Em Santo Antão perdem-se as searas e os pastos devido à estiagem. Vagas de gafanhotos no Fogo que destroem sementeiras e pastos. O povo recorre à Potona (uma gramínea que produz sementes que são aproveitados para fazer cuscuz) para se alimentar. O governo envia mantimentos para o Fogo.

Em consequência desta crise de secas e fome no arquipélago de Cabo Verde, faleceram milhares de pessoas; por inanição, por doenças resultantes de continuada alimentação deficiente e por epidemias potenciadas pela fome.

Para que se tenha uma imagem ainda mais nítida do que se passava em Cabo Verde por estes anos, transcrevemos a carta do pároco da Freguesia de Santiago Maior dirigida ao governador e que é um descarrego de consciência e ao mesmo tempo um lancinante apelo. Esta carta é tanto mais relevante quanto sabemos que os párocos, numa grande parte das vezes, acumulavam as suas incumbências religiosas com o cargo de regedor e também como responsáveis pelas comissões de distribuição de socorros nas freguesias onde exerciam o seu múnus religioso. À data da sua missiva para o governador, não poderia o pároco Isidoro da Veiga saber que piores dias estavam para vir.

«Exmo. Sr. cumpro o doloroso dever de participar a Vxa. que nestes últimos tempos de medonha crise que atravessamos tenho registado no obituário desta freguesia nomes de 14 indivíduos que sucumbiram à fome. Participando com grande mágoa este facto declino assim a minha responsabilidade perante Deus e perante a autoridade a quem cabe providenciar, com toda a urgência, afim de evitar a repetição de cenas tão cruéis e horrorosas.

Este desgraçado povo já não pode suportar por mais tempo a miséria com que heroicamente luta há aproximadamente sete anos.

Deus guarde Vxa.

Santiago Maior, 23 de Setembro de 1902,

Isidoro Martins da Veiga, pároco». ¹³²

A situação relatada pelo pároco, é descrita, agravadamente, por Luiz Loff de Vasconcellos em opúsculo de Julho de 1903 sob o título «O extermínio de Cabo Verde – Pavorosas revelações» onde escreve:

«é uma responsabilidade gravíssima que o governo está assumindo perante o país, permanecendo nesta situação de paliativos, deixando morrer à fome milhares de súbditos portugueses numa colónia portuguesa. E um perfeito extermínio de um povo.[...]. E tudo isto havendo nos cofres públicos da província recursos para debelar esse sinistro flagelo. Ainda há pouco tempo deviam existir ali quatrocentos contos de réis[...]. É um crime, dos mais hediondos e repugnantes o que se está passando nessa colónia». ¹³³

3.2 – Combater pragas com as mãos

No ano de 1904, em 04 de Setembro, o jornal *O Comércio do Porto* publica um artigo na primeira página onde aborda a questão da escassez de chuvas e das pragas de gafanhotos e no qual procura trazer aos leitores a realidade que a devastação da falta de chuvas e das vagas de gafanhotos imprimia no território;

«Têm sido escassas as chuvas, tão prometedoras a princípio, e abundante a devastadora praga de gafanhotos. É o cúmulo da desgraça. Em alguns pontos da ilha [São Nicolau] não houve chuvas

¹³² Idem

¹³³ Vasconcellos, Luis Loff de, *O extermínio de Cabo Verde-Pavorosas revelações*. Lisboa, Livraria Editora, 1903, p.4

suficientes para as sementeiras, e agora, milharais já bem crescidos são devastados por terríveis nuvens de gafanhotos»

mas no mesmo artigo deixa uma nota que transparece algo muito em voga na Europa dos primeiros anos do século XX: um certo paternalismo e superioridade europeia na relação com os povos africanos, procurando incutir que aos problemas causados pela ausência de chuvas e pelas vagas de gafanhotos em Cabo Verde se soma a «psicologia do povo inerme para qualquer reacção». «Pregamos-lhe para que dê caça ao terrível insecto, dá-se-lhe o exemplo e ele responde: Não será pecado matar o bichinho do Senhor ?». ¹³⁴

O combate aos gafanhotos responsáveis por grandes malefícios provocados no arquipélago é uma questão sempre retomada pelos principais jornais da época. Em 1887 numa tentativa de combater as pragas de gafanhotos na ilha da Boavista, a Câmara Municipal local decidiu atribuir um orçamento de 40\$000 réis visando a extinção dos gafanhotos que dizimavam as culturas. ¹³⁵ Mas claro, esse combate teria provavelmente poucos efeitos face à natureza do que estava em causa atendendo a que as invasões de gafanhotos eram recorrentes e obedecendo também à circulação atmosférica que ajudava à sua chegada ao arquipélago a partir do continente africano. Essas invasões prolongaram-se ao longo dos séculos sem que tivesse sido tomada qualquer medida mais séria que pudesse impedir a destruição das culturas em Cabo Verde. A sua captura era feita à mão, unidade a unidade, pelos agricultores ou por aqueles que pretendiam retirar algum rendimento desse trabalho. Os métodos de combate às pragas de gafanhotos eram os possíveis e ao alcance mesmo se aqui ou ali algum agricultor experimentasse alguma outra técnica menos primitiva.

Em 1900, o mesmo jornal *O Comércio do Porto* dava conta, na sua edição de 19 de Setembro, da presença de gafanhotos que devastavam culturas em vários pontos da ilha de São Nicolau. Aos problemas derivados desta situação o jornal acrescentava que a população pobre preferia ocupar-se na caça aos gafanhotos, promovida e paga pelo governo, a cuidar dos seus pequenos pedaços de terra onde normalmente cultivavam hortícolas e algum milho para subsistência da sua casa. A paga do governo para a caça aos gafanhotos era, segundo o jornal referido, muito razoável. Mas, contraditoriamente, o povo preferia deixar crescer e desenvolver os ditos animais, não os caçando, mesmo que estes lhes estivessem a devorar o milho, sem que viesse a ordem de compra do governo para os gafanhotos apanhados. Acrescenta ainda o periódico que anos atrás havia sido nomeado um oficial reformado para fazer a compra dos insectos por conta do governo e, como reparasse que os que

¹³⁴ Jornal *O Comércio do Porto* de 09 de Julho de 1902, p.1

¹³⁵ Lima, António Germano, *Boavista: economia sociedade e cultura*. Porto, 2007, Universidade Portucalense. [Consultado em 03 de Fevereiro de 2021]. Disponível em: <http://repositorio.uportu.pt/xmlui/handle/11328/601>

se dedicavam à *caça* deixavam muitos gafanhotos para trás, questionou: «então nem mesmo por seis ou oito tostões diários perseguis os inimigos do vosso pão? Responderam-lhe: Senhor, é preciso ficar algum para o ano, para o rei pagar a apanha».¹³⁶ Ou seja, o que transparece é que realmente pretendiam garantir que existiria sempre «bichinho do Senhor» fazendo uma certa gestão da sua existência cuja captura lhes oferecia um rendimento garantido, ao invés das suas pequenas culturas de subsistência preferindo, ao que vimos, abandonar estas aos gafanhotos para os deixar crescer tendo em vista nova *safr*a da praga mas não antes do tempo da ordem para o pagamento da mesma pelo governo. Esta prática pode revelar talvez um simples cálculo aritmético onde a sua horta seria a parcela de menor valor e que apenas teria algum peso quando não houvesse outra forma de angariar sustento mais proveitoso com a captura de gafanhotos. O que não conseguimos discernir é se o objectivo de deixar crescer os gafanhotos, para depois os apanhar, resultaria num ganho mais garantido do que a simples jorna fixa diária na apanha desses insectos. Talvez possamos considerar que, além da jorna diária, houvesse outra qualquer forma de remunerar a apanha de gafanhotos que tivesse em conta medidas de capacidade ou peso. Só isso poderia explicar o interesse em deixar crescer os gafanhotos.

Há uma certeza que podemos sedimentar. É que, para além das secas, as pragas de gafanhotos eram porventura uma causa que não hesitaríamos colocar no pódio de responsabilidades pelas fomes que se faziam sentir periodicamente em Cabo Verde. Chovendo ou não chovendo, os insectos apareciam sempre, sem aviso prévio e em qualquer lugar de qualquer ilha para aniquilar a esperança de uma boa colheita. Mas não eram apenas os gafanhotos que invadiam as plantações dos agricultores, Carreira refere o «bicho preto», como uma larva que destruía o milho «quase por completo» logo quando este rompia da terra (Carreira, 1984, p.84). Mas quase todos os autores que abordaram a questão agrícola de Cabo Verde referem também ratos, tartarugas e mesmo o gado caprino que, em muitos casos, como já referido, circula nos campos sem qualquer vigilância, devorando o que pode para se alimentar. Felizmente que isso não acontecia em simultâneo em todas as plantações de todas as ilhas onde se fazia agricultura. Nos *Boletins Oficiais do governo da província de Cabo Verde* que consultámos, raro é aquele em que não se tivesse registado a ocorrência do aparecimento de gafanhotos que dizimavam plantações. Nem sempre nas mesmas ilhas, nem sempre nos mesmos lugares ou freguesias. Igualmente em quase todos os ofícios enviados pelos administradores dos concelhos da generalidade das ilhas de Cabo Verde para a Secretaria Geral do governo de Cabo Verde, poucos eram os que não continham alusão à presença de pragas deste insecto todos os anos. Também o governador

¹³⁶ Jornal *O Comércio do Porto* de 19 de Outubro de 1900, p.1

de Cabo Verde, nos seus ofícios regulares para Lisboa, enviados para o ministro que tutelava o ultramar, se referia à presença de gafanhotos que aqui e ali iam devastando as plantações.

Envolveu-se também o governador Barjona de Freitas na procura de uma alternativa mais eficaz para o combate às pragas. Em *ofício* de 12 de Setembro de 1903 enviado para o governo em Lisboa, queixa-se ao ministro dos muitos estragos que os gafanhotos fizeram na província e, antevendo mais prejuízos num futuro próximo, solicita que lhe seja enviado um «fungo», porventura trazido ao seu conhecimento, de nome «*empura acridii*», «afim de experimentar a sua eficiência».¹³⁷

3.3 – Razões para uma crise de secas e fomes

O problema principal das secas em Cabo Verde foi, em última análise, a mortalidade de milhares de pessoas que lhe esteve associada. Mais do que provavelmente, as secas terão causado muito mais vítimas pela fome do que causariam se tivesse havido, da parte das autoridades de Lisboa, uma maior capacidade de planeamento e decisão política para sustentar uma visão diferente para as colónias portuguesas e para Cabo Verde e as suas especificidades.

No período que aqui estudamos, já o escrevemos no capítulo anterior, Portugal passava por um tempo complexo. A *Conferência de Berlim* e o *Ultimato* e a suas consequências para o país e para as colónias eram ainda uma memória muito recente e que estava a ser de complicada absorção para uma país pobre e a atravessar um momento político-partidário complexo e de grande conflitualidade não só política mas também social. O rotativismo, inimigo de políticas assertivas, não deixava muito espaço para a implementação de medidas ambiciosas, e mais ainda aplicáveis nas colónias portuguesas de África, cuja defesa se estava a tornar cada vez mais difícil. No prisma económico e financeiro o país sofre, entre 1890 e 1910, uma degradação acentuada e um aumento exponencial da dívida pública que escalou até 71% do produto nacional e um défice de 15 mil contos só na execução orçamental de 1889/90.¹³⁸ Apesar de tudo Portugal viu afastado o espectro do retalhar das suas províncias, muito também por conta da política dos interesses ingleses no espaço geográfico africano a que a guerra anglo-bóer não foi de todo estranha.¹³⁹ Afastada a ameaça da partição das colónias portuguesas, especialmente Angola e Moçambique, entre ingleses e alemães, pela assinatura da *Declaração de Windsor*¹⁴⁰ entre Portugal e Grã-Bretanha em Outubro de 1899, os portugueses ganhariam um novo fôlego e novas ideias para as colónias ultramarinas que se jogaram num debate que se estenderia de

¹³⁷ *Ofício* nº 265, de 12 de Setembro de 1903, do governador Barjona de Freitas, dirigido ao ministro e secretário de Estado dos negócios do ultramar e da marinha. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127.

¹³⁸ Sardica, José Miguel, *Da monarquia à república-pequena história política social e militar*. Lisboa, Alêtheia editores, 2011, p. 43

¹³⁹ Oliveira, Pedro Aires, *A Febre da Partilha. História da expansão e do império português*, Coord. Costa, João Paulo Oliveira e. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014, pp. 444, 445

¹⁴⁰ *Idem*, p. 445.

1890 a 1910. No final das contas, da legislação aprovada, pouco ou nada, nessa altura, saíria do papel.¹⁴¹

O momento político português, a nível interno, como já vimos, também não era favorável; a grande instabilidade dos anos de governação monárquica que precederam a república, e durante os quais os republicanos souberam retirar um intenso proveito político lançando continuamente querelas corrosivas e farpas envenenadas para criar agitação política e social, como fizeram com os casos, por exemplo, dos escândalos do contrato dos tabacos e dos adiantamentos à coroa (embora este último durasse há já largos anos e chegasse ao reinado de D.Carlos como um presente envenenado), o circo mediático promovido pelos jornais, principalmente os da capital, que visava a governação nacional não era propício ao florescimento de ideias e decisões coerentes e com futuro que ajudassem a relançar Portugal como país colonizador de acordo com os novos ditames internacionais saídos da Conferência de Berlim.¹⁴² Tudo isto fazia com que o país se mantivesse estagnado, política, económica e socialmente, e que o problema da crise de secas e fomes que grassava em Cabo Verde passasse ao lado das principais preocupações do regime.

«A grande questão que se colocava – uma vez mais – era de saber como conciliar o *destino manifesto* do país e as novas exigências do direito colonial internacional (em matéria de ocupação efectiva), por um lado, com a persistente penúria dos meios do Estado, por outro».¹⁴³

Era este o pano de fundo em que se movia a política e a governação portuguesa, a nível interno e externo, com o qual se confrontava Portugal na metrópole e as suas colónias. E se Cabo Verde não era muito afectado pelos problemas mais imbrincados a que estavam expostas as duas maiores colónias portuguesas, Angola e Moçambique, não deixava porém de ser afectado directamente pelo contexto nacional, durante o qual a crónica falta de recursos financeiros, e também de vontade política, impediu que se acudisse mais objectivamente aos cabo-verdianos em tempos de seca e de fome nos anos de 1901-1904 e que, de certo modo, estes ficassem algo abandonados à sua sorte.

Morre-se de inanição em todo o arquipélago, mas mais, claro, nos principais centros populacionais, como por exemplo a cidade da Praia, em Santiago, mas também os de outras povoações das ilhas mais densamente povoadas para onde convergiam, aos milhares, aqueles que há já muito tempo nada tinham para comer ou dar a comer à sua família. Contudo sobre o interior remoto e esquecido das ilhas pouco se diz; as pequenas aldeias ou freguesias, os lugares, as casas isoladas e

¹⁴¹ Idem, pp. 410,411.

¹⁴² Sardica, José Miguel, *Da monarquia à república-pequena história política social e militar*. Lisboa, Alêteia editores, 2011, pp. 67-81.

¹⁴³ Oliveira, Pedro Aires, *A Febre da Partilha. História da expansão e do império português*, Coord. Costa, João Paulo Oliveira e. Lisboa: Esfera dos Livros, 2014, p. 413.

longe de qualquer tipo de socorro. Aí só literatura cabo-verdiana (como o romance *Famintos* de Luis Romano, escrito nos anos quarenta do século XX e publicado pela primeira vez no Brasil em 1962) ajudou a fixar um retrato impressionante das crises de secas em Cabo Verde:

«Passados uns tempos apareceram na ilha uns senhores munidos de máquinas que fotografavam as caras das pessoas. Chegavam ao pé de uma pedinte, cheirando mal, com o filho doente às costas, davam-lhe algumas moedas e ajeitavam as máquinas. - Pronto! e muitos vagabundos deixavam-se retratar por causa dos cinco tostões reluzentes [...]. Os senhores passeavam de terra em terra, subindo nas rochas mais altas à procura dos casebres mais nojentos. Os crioulos perguntavam: - quem é ? [...]. As caixinhas pretas abriam o olho de vidro e registavam as feições dos que viviam ao Deus-dará.

Mais tarde o pessoal da ilha ficou admirado quando viu as fotografias dos mendigos estampadas nas revistas[...]. Na aldeia os camponeses apontavam para a ilustração que o António professor segurava nas mãos. Aquilo era a Guidinha com os farrapos pelo corpo[...]. Retrato triste. Porque é que os senhores mostravam as tristezas da ilha[...] ? António explicou: - este retrato é feito para a gente ficar sabendo que as criaturas daqui são todas assim, sem distinção[...]. O aldeão encheu-se de cólera. – Porque não foi retratado o filho de Nholima, nosso regedor, que é rapaz bem parecido?». ¹⁴⁴

¹⁴⁴ Romano, Luis, *Famintos*. Lisboa, Ulmeiro, 1983, pp. 359-361.

Capítulo 4 – Como se vive e de que se morre em Cabo Verde

4.1 – O tecido social Cabo-verdiano

Como escreve Ilídio Amaral, «A decadência crónica que caracteriza a história do arquipélago está longe de constituir caso único no ultramar português. Mais acentuada em Cabo Verde, dadas as condições históricas apontadas».¹⁴⁵ Acrescenta ainda o mesmo autor que

«não faltaram na primeira metade do século actual os anos de crises e de escassez de colheitas que»
«levantam no conjunto dos territórios portugueses, o mais grave problema da economia nacional. Economia não apenas no sentido de produção e rendimento, mas de organização geral da vida, com o fim de satisfazer as necessidades humanas, seu objectivo primacial»;¹⁴⁶

numa nota prévia, julgo ser de introduzir aqui um aspecto fundamental que é o entendimento de que o tecido social de uma determinada sociedade é forçosamente evolutivo. O tecido social do arquipélago de Cabo Verde, para mais, pode até registar algumas nuances de ilha para ilha em função da realidade histórica alargada a todo o território e na verificada numa ou outra ilha em particular em função de determinadas especificidades. Mas isso, como é do conhecimento geral, aplica-se em qualquer geografia territorial, em qualquer latitude.

Não sendo objectivo desta dissertação explorar o vasto campo da sociologia, etnologia ou antropologia, ater-nos-emos à realidade histórica conhecida para o conjunto do território sem atender a particularismos pontuais.

A organização social de Cabo Verde, em termos históricos, obedeceu à evolução social a partir do que foi, primeiramente, uma sociedade balizada pela escravatura e pela chegada de escravos negros ao território. Mas também por gente branca vinda previamente da europa para cumprir um papel absolutamente distinto dos escravos negros. «Numa primeira fase da ocupação das ilhas, apenas se detectavam dois grupos bem demarcados: a) o dos senhores – europeus de diferentes nacionalidades»,¹⁴⁷ alguns nobres e plebeus com ofícios vários, para além de uns quantos degredados. A estes ter-se-ão somado os designados «brancos da terra» mestiçados pelo cruzamento entre homens brancos e mulheres negras que poderiam ser escravas ou livres. Carreira diz que numa primeira fase não há «nenhuma referência a escravos – o que não é de estranhar. Estes não eram gente, no entender do informador» (Carreira, 1984, p.185). Mas a realidade é que, de uma forma ou de outra, também os escravos chegaram a Cabo Verde acabando por superar, nessa altura, em larga percentagem, os

¹⁴⁵ Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*. Lisboa, Tipografia Minerva, 1964, p. 204

¹⁴⁶ Idem, p. 208.

¹⁴⁷ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.135

brancos. Seria uma impossibilidade prática de que se não existissem inicialmente mulheres negras, escravas ou não, vindas com os brancos que inicialmente ocuparam algum território do arquipélago, pudessem existir os «brancos da terra». Acrescenta ainda Carreira que em 1582 o sargento-mor Francisco de Andrade «apontou a existência de um total de 15708 habitantes» no território ainda que com uma distribuição limitada apenas às ilhas de Santiago e Fogo com a primeira das duas ilhas a absorver 85,36% do total populacional de então.¹⁴⁸

A partir dos primeiros momentos do povoamento de Cabo Verde, com a expansão populacional a projectar-se para as outras ilhas do território do arquipélago, naturalmente que a vida seguiu o seu curso normal, e do punhado de gente que inicialmente chegou a cabo Verde, brancos e negros, iria emergir um outro segmento populacional que viria a encontrar-se em grande vantagem numérica em relação aos restantes e que resultou da miscigenação dos grupos étnicos ali presentes: o «branco da terra». Se no início da colonização em Cabo Verde a distinção e separação social das raças era marcada pela cor da pele, a mestiçagem acabaria por vir a anular largamente tal clivagem. O mestiço tornou-se dominante e essa dominância acabaria também por se reflectir na sociedade cabo-verdiana construindo-se então a estratificação social mais em função das «classes económicas» do que pela raça (Amaral, 1964, p.217).

No recenseamento de 1900 o designado grupo populacional «mixto» já reflectia uma larga maioria da população total de Cabo Verde. Do total de 147.424 pessoas a parcela de população mista era então de 94.639, ou seja, representava uma percentagem de 64,20% do total do arquipélago. Os negros eram o segundo grupo em termos quantitativos: 48.920 almas, cerca de 33,18% por cento da população. Os brancos, como sempre havia sido em Cabo Verde, eram o grupo minoritário: 3.856 indivíduos, ou seja, apenas 2,62% do conjunto da população. De realçar que o Fogo já havia sido então ultrapassada, em quase 69.63% nesta altura, por Santo Antão na posição de segunda ilha mais populosa, considerados todos os grupos étnicos para o cálculo desta percentagem.¹⁴⁹ Na *Figura 5* observa-se o recenseamento eleitoral de 1900 onde se pode observar que a etnia *mista* acabou por se impor em todo o arquipélago provavelmente também em resultado do fim da escravatura que forçosamente determinaria a redução da introdução do contingente negro, vindo a ser substituído maioritariamente no território pelo crioulo autóctone.

¹⁴⁸ Idem, p.136

¹⁴⁹ *Boletim Oficial do governo da Província de Cabo Verde*, nº 47 de 31 de Dezembro de 1903

PROVINCIA DE CABO VERDE

TERRITÓRIO E POPULAÇÃO

Superfície de território, povoações, fogos, população de facto com destinação de sexo e segundo as raças, nacionalidades e estado civil, densidade da população, recenseamento referido a 31 de dezembro de 1900

Ano	Município	Concelhos	Freguesias	Superfície em kilometros quadrados	Cidades	Vilas	Aldeias	População de facto na ocasião do recenseamento			População de facto, segundo											Densidade da população	Habitante por kilometro quadrado		
											As raças	A nacionalidade			O estado civil										
								Fogos ou chubais	Varões	Fomeas		Portuguezes	O estado civil			Solteiros	Casados		Viuvos						
												Naturaes	da provincia	de outra provincia ultramarina	de outra qualquer localidade										
															Estrangeiros	Varões	Fomeas	Varões	Fomeas	Varões	Fomeas				
1900	Cabo Verde	Cidade da Praia.....	9 a	1,196,~2000.000	1	-	85	8.368	17.465	19.223	36.686	982	15.331	20.175	36.135	68	161	23	15.661	17.232	1.481	1.548	325	531	56,-
		Santa Catharina.....	3	530,~2000.000	-	1	59	6.283	15.301	15.670	30.171	121	10.768	19.282	30.132	10	27	2	11.890	13.001	2.176	2.078	430	591	56,-
		Ilha do Fogo.....	5	530,~2000.000	-	1	35	3.744	8.028	9.592	17.630	206	14.268	3.146	17.609	-	9	2	7.071	8.588	799	811	158	293	33,15
		Ilha Brava.....	2	56,~2000.000	-	-	63	1.944	3.923	5.800	9.229	1.392	7.243	388	9.093	37	55	38	2.673	3.635	1.145	1.153	105	512	165,39
		Ilha de S. Vicente.....	1	195,~2000.000	1	-	225	1.890	5.292	4.488	8.780	698	7.187	805	8.582	18	117	163	3.631	3.812	597	541	61	135	4,5
		Ilha de Santo Antão.....	6	781,~2000.000	-	2	131	6.176	13.927	15.961	20.888	138	25.831	3.919	29.820	12	50	6	10.813	12.321	2.896	2.930	216	720	38,176
		Ilha de S. Nicolau.....	2	345,~2000.000	-	1	49	2.316	5.321	6.637	11.958	31	14.695	229	11.938	2	17	1	5.037	5.121	1.161	1.185	123	331	34
		Ilha da Boa Vista.....	2	613,~2000.000	-	-	40	719	1.118	1.495	2.613	51	1.742	320	1.597	2	7	7	807	1.074	280	288	31	133	5,164
		Ilha do Sal.....	1	206,~2000.000	-	-	3	144	218	268	483	34	374	75	479	2	-	2	168	211	40	37	10	11	2,71
		Total.....	33	3,927,~2000.000	2	5	160	31.501	68.799	78.631	147.421	3.856	91.639	18.929	116.585	151	543	243	36.753	61.908	10.575	10.461	1.467	3.260	-

(a) Estão comprehendidos os dois concelhos da ilha de S. Thiego e da ilha do Maio, que faz parte do concelho da cidade da Praia.
A ilha do Maio tem a area de 216,~2001.000.

(a) Estão comprehendidos os dois concelhos da ilha de S. Thiago e da ilha do Maio, que faz parte do concelho da cidade da Praia.
A ilha do Maio tem a area de 216,~2001.000.

Figura 5 -Recenseamento populacional de Cabo Verde de 1900

Fonte: *Boletim Oficial do governo da província de Cabo Verde* nº 47 de 31 de Dezembro de 1901

Imaginamos que seja fácil entender que toda a estrutura social e familiar das ilhas do arquipélago de Cabo Verde reflectiria, no período estudado, e daí em diante, a distribuição étnica já apresentada.

Carreira é de opinião que a abolição da escravatura teve em Cabo verde um impacto enorme na «transformação da sociedade[...]seja na ordem social, seja na ordem económica».¹⁵⁰ O reinól forçosamente diminui no plano numérico e no plano económico sendo o seu lugar ocupado pelo designado *branco da terra*. Este viria a substituir-se ao branco como dono das melhores terras, mas também como parceiro ou rendeiro nas propriedades. Passa a desempenhar os ofícios anteriormente no domínio dos brancos e a ascender a cargos públicos detidos até então por estes. Claro que subjazem a estes movimentos sociais algumas dinâmicas prévias como sejam a emigração, especialmente para os Estados Unidos da América, mas também o facto de que muitos filhos de brancos e negras se tornaram herdeiros legais dos pais que eram os senhores até então em Cabo Verde. Já os escravos, afirma também Carreira, foram «diminuindo até à sua completa extinção» (Carreira,1984, p.139). Como resultado das dinâmicas sociais que se foram processando, o *branco da terra* afirmou-se como o novo senhor em Cabo Verde em substituição dos brancos reinóis transformando-se na base social de Cabo Verde à medida que foram assumindo melhores posições sociais e económicas, a que o papel da

¹⁵⁰ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p. 139

igreja no ensino não foi estranho uma vez que na Brava foi fundada uma escola superior em 1846 e em São Nicolau um Seminário-Liceu em 1866 (Carreira,1984, p.140).

A base populacional cabo-verdiana e a sua evolução em Cabo Verde é, por António Carreira, tipificada da seguinte forma já na terceira década do século XX:

- a) uma burguesia numericamente insignificante, talvez 1 a 2% da população total;
- b) uma camada intermédia, a que podemos designar de pequena burguesia ou com tendência para isso, pouco mais numerosa que a primeira, estimada entre os 3 a 4%,
- c) e a massa imensa de trabalhadores rurais e outros, o autêntico povo, talvez na ordem dos 90 a 95% .¹⁵¹

e foi deste caldo populacional que evoluiu a estrutura familiar das ilhas de Cabo Verde que, diz Carreira, «baseada na ligação do homem com a mulher que escolheu» (Carreira 1984, p.146), até porque à data, sendo a união e relação conjugal em Cabo Verde algo distante do que era a realidade na europa, e naturalmente em Portugal continental, o homem normalmente tem uma mulher, mas isso não invalida que não possa ter outras e que os filhos quer da sua mulher, daquela com quem vive maritalmente, quer das outras, sejam todos como seus filhos. Ou seja, a poligamia existe *de facto* mesmo que não exista *de jure* e este tipo de ligações foi transversal à sociedade e família de Cabo Verde independentemente da cor de cada indivíduo. Carreira cita aliás os professores Magalhães Godinho e Joel Serrão para afirmar que, por exemplo, para o ano de 1961 e para a natalidade média anual de 10058 crianças, a taxa de ilegitimidade era de 66,2% (Carreira,1984, p.156). Em períodos mais recuados seria porventura muito mais elevada. Por seu lado, Ilídio do Amaral acrescenta que a poligamia em Cabo Verde seria «uma espécie de orgânica social; os filhos representam um capital, e por isso se procura multiplicá-lo. Desta forma, a família não pode ser tomada no sentido europeu, com base no casamento».¹⁵²De alguma maneira isto ajudava a que após as crises de secas e fomes e os elevados quantitativos de mortos registados em cada uma delas, a recuperação populacional se desse em poucos anos, embora não tenha sido exactamente o que aconteceu na crise que estudamos.

4.2 – A habitação e as condições higiénico-sanitárias em Cabo Verde

A habitação numa família cabo-verdiana poderia apresentar diversas configurações dependendo da capacidade económica de quem a habitava. Célia Reis refere-se-lhe de forma muito sucinta para dizer que «as casas dos abastados seguiam os figurinos exteriores», já as das classes mais baixas ou desfavorecidas da sociedade cabo-verdiana exibiam a pobreza dos seus moradores. Regra geral

¹⁵¹ Idem, p.143

¹⁵² Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*. Lisboa, Tipografia Minerva, 1964, p. 224

construídas em pedra, barro, ou pedra solta e cobertas de colmo ou folha de bananeira.¹⁵³ A apreciação de Ilídio do Amaral não difere muito da de Célia Reis embora este autor complemente significativamente mais a habitação cabo-verdiana das classes menos favorecidas, que eram, afinal, o grosso da população cabo-verdiana.¹⁵⁴

A real percepção do que era a generalidade da habitação em Cabo Verde pode ser constatada no relatório do médico Costa Lerenó onde este faz eco, dos relatórios recebidos de dois dos seus colaboradores, também eles médicos, que resultaram de visitas efectuadas a doentes, no seu domicílio, na sequência das frequentes epidemias que assolavam Cabo Verde em períodos das crises de secas e fomes. É sobre a realidade observada *in loco* na ilha do Fogo que escrevem:

«Os casebres [...] mais luxuosos, a um canto, em mísero leito, feito de canas ligados por fitas de folhas de palmeiras, jaziam às vezes quatro a seis doentes[...]. Ao entrar nestas habitações o mau cheiro era intenso, que não poucas vezes me obrigou a recuar. Vimo-nos por isso obrigados a romper os tectos de palha, para depois de renovado o ar podermos examinar os doentes»;¹⁵⁵

e num *Relatório Sanitário* igualmente assinado por Costa Lerenó, à data chefe do Serviço de Saúde de Cabo Verde, e dirigido ao director geral do Ultramar em 18 de Fevereiro de 1902, ele refere que nas visitas sanitárias efectuadas (na cidade da Praia),

«Mais uma vez se verificou a existência de grande quantidade de pardieiros e casas habitadas que deviam ser por completo condenadas pelas suas péssimas condições higiénicas. Muitíssimas com capacidade insuficiente para uma só pessoa, sem ar, sem luz, térreas de nível inferior às ruas, separadas de outras iguais por tabiques de madeira podre, esburacadas, são verdadeiras pocilgas, focos de insalubridade física e moral. Apesar de eu ter chamado a atenção da Câmara sobre este assunto, continuam a construir-se casas destinadas a pobres sem condições de higiene algumas[...]. A cidade da Praia, com ruas e largos calçados com abundância de água e com as casas construídas e reparadas convenientemente podia ser uma cidade salubre»;¹⁵⁶

cerca de um mês mais tarde, em 27 de Março de 1902, Lerenó sublinha exactamente este mesmo tema, referindo que fez nova chamada de atenção às «autoridades competentes» (presumimos que à Câmara Municipal da Praia), preocupado que estava com o estado higiénico e sanitário que dominava a capital da província de Cabo Verde, em especial das habitações destinadas à classe pobre que deixavam

¹⁵³ Reis, Célia, *Cabo Verde*. Em: *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Africano 1890-1930*, Dir., Serrão Joel, Marques, de Oliveira A.H. Vol. XI. Lisboa: Editorial Estampa, 2001, p. 135

¹⁵⁴ Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*. Lisboa, Tipografia Minerva, 1964, pp. 254,255

¹⁵⁵ Carreira, António, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.46

¹⁵⁶ *Relatório* nº 06 de 18 de Fevereiro de 1902 do chefe do serviço de saúde da província de Cabo Verde, Dr. António Manuel da Costa Lerenó. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx147

«muito a desejar».¹⁵⁷ Neste mesmo ano, mas já no mês de Julho e em relatório desse mês, sobre o estado sanitário da cidade da Praia e arredores, refere as muitas maleitas de que sofriam as classes mais pobre, e volta a chamar a atenção para a «limpeza das ruas que deixam mais a desejar que a dos pátios e quintais» lamentando que as suas anteriores recomendações sobre as condições existentes, quer em espaços públicos quer em casas privadas e suas dependências, não tivessem merecido das autoridades a devida nota.¹⁵⁸

Como é evidente, esta questão das casas das classes mais pobres era transversal, como já vimos, à globalidade do território do arquipélago, o que acentuava as doenças de que padecia a população e que tinham como resultado, em grande parte, a fragilidade física que esta exibia na sequência da paupérrima ou nenhuma alimentação que tinha disponível. Como é normal, o estado higiénico-sanitário da população em geral só tendia a agravar as condições de vida daqueles a que era necessário acudir medicamente, sendo que essa ajuda também nem sempre dispunha dos meios para fazer face às necessidades que se apresentavam. Tal falta de meios era recorrente, mesmo logo nos primeiros momentos das crises e do agravamento do estado sanitário no arquipélago.

O jornal *O Comércio do Porto*, de 19 de Outubro de 1900, traz ao conhecimento dos leitores o caso dos medicamentos de que as classes pobres necessitavam para ajudar no combate ao seu estado de caquexia que, apesar de serem, por ordem do governo, disponibilizados aos pobres gratuitamente nas farmácias, sofrerem o efeito da usura e manipulação, como aconteceu, por exemplo, no caso do quinino (medicamento vulgar à época) que chega a atingir o preço de 3500 réis, «e assim por diante», quando em Lisboa o seu preço não ultrapassava os 300 réis. Refere ainda o jornal que «as farmácias são do Estado [...], mas os [pobres] que têm alguma coisa são esfolados como São Bartolomeu». Também Costa Lerenó se queixa, no *Relatório* nº 6 de 18 de Fevereiro de 1902, que citámos acima, da «falta de *boa lymph*»¹⁵⁹ que fazia meses não chegava de Lisboa, o que fez com que a vacinação tivesse «continuado esmorecida» por falta da citada «*boa lymph*».

Há portanto um conjunto de situações de base registadas em Cabo Verde, de ordem sanitária, higiénica, económica, estrutural e conjuntural que levavam a que os problemas das crises de secas arrastassem e agravassem substancialmente as condições de vida no território, sendo que essas condições tinham um impacto muito maior nas classes mais pobres ou das que, por efeitos das secas

¹⁵⁷ *Relatório* nº 13 de 27 de Março de 1902 do chefe do Serviço de Saúde da província de Cabo Verde Dr. António Manuel da Costa Lerenó. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx147

¹⁵⁸ *Relatório* nº 40 de 31 de Julho de 1902 do chefe do Serviço de Saúde da província de Cabo Verde Dr. António Manuel da Costa Lerenó. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx147

¹⁵⁹ «Líquido esbranquiçado, ou levemente rosado, em circulação nos vasos linfáticos que é constituído essencialmente por plasma e por glóbulos brancos». Dicionário Infopédia online [Consultado em 18 de Maio de 2021]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/linfa>

e do abaixamento drástico dos seus rendimentos, caíssem em situações de extrema pobreza, e isso era algo que até ao momento em que se verifica a crise de 1901-1904 não tinha ainda sido resolvido nem pelos sucessivos governos provinciais nem pelo governo central de Lisboa. Estes problemas haveriam, aliás, de se prolongar até meados do século ou mesmo um pouco mais. *No Relatório Anual do Serviço de Saúde relativo ao ano de 1903*, Costa Lereno escreve, em jeito de desabafo, que:

«pouco tenho a dizer sobre a higiene na província. Este ramo de serviço público, está entregue às Câmaras municipais e estas não têm meios nem energia, nem simples vontade de fazerem cumprir a parte das posturas municipais que tratam deste assunto. Na capital da província é onde mais se faz sentir esta falta e onde mais há que fazer [...]. A canalização para despejos de líquidos não existe, a quantidade de pardieiros é imensa, as casas velhas, esburacadas e inabitáveis inúmeras, as casas onde se aloja a classe pobre estão num estado anti-higiénico, doloroso e indescritível !»;¹⁶⁰

mais à frente dá nota de melhoramentos efectuados na rede pública da cidade da Praia com a canalização das nascentes da Ribeira da Trindade para a cidade «que dispõe actualmente de água abundante [...]. Os benefícios deste melhoramento virão quando a população saiba fazer uso da água que presentemente para pouco mais serve que para terreno de cultura de mosquitos».¹⁶¹

O quadro que é traçado por Lereno nos seus diversos relatórios quanto às condições higiénico-sanitárias existentes genericamente ao longo de todo o território cabo-verdiano, explicita muito claramente a razão porque se acresce à calamidade das secas tanta mortalidade que não deriva directamente destas, embora, claro, estejam em relação directa com essa mortalidade. Na verdade, as condições da habitação e as higiénico-sanitárias a ela associadas, bem como as inexistentes infra-estruturas públicas nesse domínio, enquanto *fermento para doenças e alfobre* de desenvolvimento das epidemias, só poderiam potenciar, significativamente, o grande obituário que acompanhava as crises de secas e fomes e se lhe seguia. Mas também é deixado à evidência que as questões políticas e decisões do governo provincial de Cabo Verde, por experiência anterior destas situações, deviam prever os efeitos das catástrofes naturais e da sua devastação exponenciada pelas condições em que a população já vivia em Cabo Verde. Como faz notar Ilídio do Amaral, a crise de 1903-1904 fez-se anunciar por anos anteriores de escassez de colheitas «sem que se tivessem tomado medidas para combater os seus efeitos»(Amaral, 1964, p. 212). Por seu lado, Senna De Barcellos, afirma que «a grande mortalidade que todos deploraram em 1903 e [...]1904, foi consequência dos actos de uma irreflectida administração e não de uma esterilidade completa, como se apregoou»(Barcellos,1904,p.60). Carreira, por sua

¹⁶⁰ *Relatório do serviço de saúde da província de Cabo Verde de 28 de Abril de 1904*. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 148-1L

¹⁶¹ Idem

vez, acrescenta que «a frequência e constância com que se produziram tantas crises deveria ter feito reflectir melhor nas suas causas[...]para procurar soluções que acautelassem semelhantes males».¹⁶²

4.3 – Os hábitos alimentares da população

«Satisfeitos com um pouco de milho, feijão, alguma mandioca e aguardente que tiram das suas canas, com pouca porção de carne das cabras e com o leite delas».¹⁶³ Assim definia Silva Feijó, citado por Danilo Santos, o tipo básico de alimentação dos cabo-verdianos já no final do século XVIII. Na verdade, pouco mudou até à entrada do século XX, pelo menos no que diz respeito aos hábitos alimentares da maioria da população de Cabo Verde, isto é, das classes pobres nos anos em que não se instalavam as crises porque nesses momentos a sua dieta era resumida ao milho e alguma coisa mais a que pudessem eventualmente chegar.

A ideia de que a alimentação dos povos acaba por definir muito da sua cultura tradicional também se pode aplicar a Cabo Verde. Mas tal como, por exemplo, nos países mais pobres da Europa emergiram hábitos alimentares que se construíram com base na carência económica e alimentar e na necessidade de contornar tais situações, também com o povo cabo-verdiano isso aconteceu. Na nossa contemporaneidade as gastronomias dos países mais pobres acabaram por se desenvolver e tornar-se em elementos icónicos das culturas nacionais ou regionais. Em Cabo Verde, o milho continua a ser um elemento alimentar de referência embora enquadrado por uma alimentação muito mais diversificada e rica do que era antes e durante grande parte do século XX, durante o período de dominação colonial portuguesa. Os cabo-verdianos que emigraram levaram pelo mundo uma cultura gastronómica construída pela sujeição a muitas crises de secas e fomes, a algum espírito inventivo, e a muita carência alimentar extrema.

Como fica dito, durante as crises de secas e fomes como a que abordamos, o milho era praticamente o único e principal recurso alimentar. Do milho, retirava-se tudo para que a alimentação pudesse ter um certo ar de diversidade, pelo menos na sua aparência. Com ele os cabo-verdianos confeccionavam alguns pratos que ainda hoje fazem parte da sua dieta: entre outros a *cachupa*, o *xerém* ou o *cuscuz*. Mas também se podia comer o milho ainda em maçaroca «quando esta começava a granizar»,¹⁶⁴ fosse crua, cozida, assada ou com *leite dormido* (Santos, 2017, p. 196). A par do milho, a dieta alimentar cabo-verdiana comportava ainda o feijão, a mandioca, a abóbora, carne de cabra, galinha, porco ou mesmo tartaruga, para além, claro, de peixe, embora a presença deste não tivesse

¹⁶² Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.125

¹⁶³ Santos, Danilo – *A imagem do Cabo-verdiano nos textos portugueses 1784-1844*. Lisboa: Pedro Cardoso Livraria, 2017, p. 194

¹⁶⁴ Idem, p. 195

grande relevância em Cabo Verde a não ser nas zonas mais litorais das ilhas e apenas em algumas delas e, mesmo aí, a pesca era «uma parte fraquíssima da actividade no litoral» (Amaral, 1964, p. 292). O arroz pouco estava presente na mesa dos mais pobres, tal como a carne. A fruta, para além da banana, e vegetais, não seriam muito vulgares nem apreciados no regime alimentar do território.¹⁶⁵

A confecção dos alimentos nem sempre era fácil devido à ausência de lenha para o lume onde estes se podiam cozinhar em virtude do fraco coberto vegetal motivado quer pela desflorestação por acção humana ou provocada pelas cabras.

No que concerne às bebidas consumidas no arquipélago estas não iam além de alguma aguardente de cana produzida localmente bem como um vinho, também de produção local, mas que era de muito má qualidade sendo por isso apenas consumido nas ilhas e ao qual era dada a designação de «mijarela».¹⁶⁶

Como é evidente, este tipo de dieta alimentar dos cabo-verdianos, ainda por cima muito irregular quer em qualidade quer em quantidade, mostrava-se, do ponto de vista nutritivo, altamente deficiente. Danilo Santos cita António Pusich (governador de Cabo Verde no início do século XIX) que opinou que «os seus alimentos eram de pouca substância, pouco sadios, e tendiam à podridão de humores, visivelmente pelas lombrigas que criavam e que matavam grande número da população que não resistia nem a uma febre ou um pequeno abalo de saúde».¹⁶⁷

Mas falar de alimentação no arquipélago, durante as crises de secas e fomes é falar mais daquilo que faltava em Cabo Verde onde até mesmo o milho se constituía num pequeno luxo disponível unicamente para uma minoria de pessoas que possuíam algum tipo de recurso para o pagar. As restantes, que eram a maioria da população, tinham que aguardar alguma distribuição de cereal que o governo local comprava com o dinheiro das subscrições públicas efectuadas no continente, como as realizadas pela Associação Comercial de Lisboa e pela *Grande Comissão* liderada pela rainha D. Amélia, ou serem incorporados nos *trabalhos de crise* decretados pelo governo provincial, que não chegavam, como é óbvio, para todos, quer pelo número de frentes de trabalho abertas, quer por se limitarem apenas a uma ou outra ilha. Havia mesmo a necessidade de se organizarem turnos semanais, como ocorreu na obra da estrada na freguesia de São Lourenço dos Orgãos, para que os trabalhadores pudessem revezar-se e aceder assim a algum tipo de ajuda, mesmo que insuficiente. Claro que essa situação acabava por empurrar os cabo-verdianos, os que ainda tinham força para trabalhar, para a emigração em São Tomé, ou eventualmente para outros destinos no estrangeiro se tal estivesse ao seu

¹⁶⁵ Idem, p. 199

¹⁶⁶ Idem, p. 201

¹⁶⁷ Idem, p. 202

alcance, coisa que não era muito fácil de concretizar por várias razões. Os outros, os *inválidos* ou completamente fragilizados pela inanição, os doentes, as crianças, as mulheres, sem qualquer outro recurso, convergiam para os principais aglomerados urbanos para que as autoridades locais lhes conseguissem acudir mesmo que na maior parte das vezes fosse apenas como uma ração diária de um caldo; mas essa ajuda tinha como alvo aqueles que eram considerados *inválidos* pelas autoridades, isto é, os que não teriam qualquer capacidade física para o trabalho numa avaliação feita *in loco* e sem qualquer critério médico. O critério era apenas o de haver ou não algo que sobrasse nas panelas, o que raramente acontecia tal a quantidade daqueles que se aglomeravam.

Ao folhear as páginas dos muitos *Boletins Oficiais do governo de Cabo Verde* publicados nos anos da crise de 1903-1904, ou mesmo os *Relatórios dos administradores* dos diversos concelhos do território bem como os *Relatórios* do Serviço de Saúde, só rarissimamente encontramos uma palavra escrita que defina o «estado alimentício» como sendo *bom*. Quem redige esses documentos, utiliza, em regra, apenas três palavras ou frases para definir esse «estado alimentício»: *pouco regular*, *irregular*, ou *mau*. Mas ao cruzarmos esses documentos com outras fontes ou bibliografia referida a uma realidade temporal coincidente, percebemos que qualquer das três palavras ou frases citadas só tinham uma tradução: grave ou gravíssimo «estado alimentício» que o obituário registado por inanição ou doenças decorrentes de um estado geral de caquexia, provocados por ausência de alimentação ou alimentação à base de ervas, não elidia.

No *Boletim Oficial* nº 48 de 28 de Novembro de 1903, escreve-se que «o estado alimentício era pouco regular, lutando o povo com dificuldades, sobretudo as classes menos abastadas e recorrendo às gramíneas denominadas *potona*».¹⁶⁸ Também no *Boletim Oficial* nº 51 de 19 de Dezembro de 1903 se dava nota de que «a classe proletária continua lutando com enormes dificuldades para se sustentar por falta de recursos, tendo já começado a colher *potona* para seu sustento». Esta prática, do consumo de *potona* em períodos de grande crise e ausência de outros recursos alimentares, era recorrente face à carência grave e ausência de qualquer outro tipo de alimento. Carreira dá disso conta ao citar um relato do padre Barreira do ano de 1611 onde este escreve:

«estes anos com tão grande fome por não chover, que sendo antes abundantíssimos de mantimentos e havendo dela saca para outras partes, foi necessário que desse reino viesse a sustentação...e porque este

¹⁶⁸ *Potona*, espécie de palha que produz grãos nas raízes e que serve para fazer cuscuz. Dicionário Infopédia online.[Consultado em 08 de Junho de 2021]. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/potona>

mantimento era somente para os que tinham para o comprar por preços muito excessivos, a mais gente morria como de peste pelas ervas e sevandilhas que comiam».¹⁶⁹

Perante esta realidade de carência total e ausência de acesso a qualquer tipo de alimentação ou da ingestão de gramíneas em sua substituição, percebe-se bem o que escreve o responsável do Serviço de Saúde de Cabo Verde, no *Relatório Anual de 1904*, e relativamente à ilha da Santiago, a mais populosa e mais castigada nas crises de secas:

«quase todas as doenças se ressentiram na sua eclosão, marcha e terminação, da insuficiência de alimentação, quer na quantidade quer na qualidade. O aparelho digestivo foi um dos primeiros afectados por gastroenterites e diarreias de uma generalização extensa e de uma gravidade prognóstica bem justificada pela cifra elevada de mortalidade por esta causa. A má alimentação, originando o depauperamento do organismo, produziu o que nas causas de morte denominamos *estados caquéticos*: anemias, anasarcas, edemas generalizados, edemas das extremidades, estomatites gangrenosas, inanição aguda e crónica, etc. Apesar destas doenças que foram elevadamente mortíferas, observaram-se em maior número casos fatais de tuberculose pulmonar».¹⁷⁰

Mas outros problemas se somaram entre 1901 e 1904 em Cabo Verde e que se repetiram em quase todas as crises anteriores ou posteriores: os de ordem social no território que, para além do mais, como diz Carreira, «estava completamente transformado devido a causas económicas». A «gatunagem», a «especulação impiedosa de comerciantes sem escrúpulos», «agiotagem [...] que obriga a vender ao desbarato o pouco que possuem, reduzindo à miséria essa população digna de melhor sorte; a exploração das classes possidentes que exploram «os mais atingidos pelas crises».¹⁷¹

Num tempo de um certo desprendimento da vida, a morte começa a ser encarada como coisa banal ou «normal», como refere o governador Barjona de Freitas em relatório sobre o «estado da província» enviado para o ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha e Ultramar em Lisboa.¹⁷² Ainda neste mesmo relatório dá conta o governador do abandono de «muitas crianças» na sede de concelho de Santa Catarina, em Santiago, que são «recolhidas no albergue» e acrescenta que «este estado de coisas é naturalmente acompanhado de furtos, especialmente de gado».¹⁷³

¹⁶⁹ Carreira, António, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, pp. 17,18

¹⁷⁰ *Relatório do serviço de saúde da província de Cabo Verde, relativo ao ano de 1904*, p.3, AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

¹⁷¹ Carreira, António, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, pp.86-88

¹⁷² *Relatório do governo provincial de Cabo Verde* de 15 de Julho de 1904. AHU-SEMU-DGU, cx 127

¹⁷³ Idem

O aumento da ocorrência de roubos e proliferação de gente que a eles se dedicava aconteceu ao longo da duração da crise e tinha obviamente a ver com o agravamento das dificuldades alimentares da população desprovida de recursos, ou seja, praticamente a maioria da população cabo-verdiana. Os administradores dos concelhos enviam, nos seus relatórios para o governo provincial, essa informação, como é exemplo o *ofício* nº 448 de 29 de Setembro de 1902 da administração do concelho da Praia em que o administrador informa ser «raro o dia que não vêm a esta administração queixas de proprietários pelos furtos de que são vítimas». Em 2 de Abril do ano de 1903 e no mesmo concelho da Praia, através de *ofício* com o número 198, o administrador do concelho alonga-se num parágrafo onde escreve que «a rapinagem campeia desenfreadamente, pois que é impotente a polícia para lhe pôr cobro e difícil, senão impossível, fazer punir centenaes de delinquentes. Por furto de insignificante valor e que quase se legitima pela fome, tenho detido algumas dessas pessoas para escarmento e exemplo». E acrescenta, linhas mais à frente, que «A crise alimentícia está sendo extremamente agravada pela crise de trabalho que o povo válido procura e não encontra ficando assim impedido de angariar os meios de subsistência e caindo numa ociosidade prejudicial». A opinião deste administrador, baseada na sua observação pessoal, é que «dos válidos de ontem são muitos os inválidos de hoje».

Desde o início da crise e especialmente entre 1902-1904, que existem relatórios e *ofícios* quer das administrações concelhias para o governo provincial quer deste para o governo central em Lisboa. Os mais graves problemas neles reportados, em especial pelas administrações concelhias do arquipélago, são recorrentes e, como vimos, quase sempre do mesmo teor: ausência de meios de socorro para alimentar população completamente depauperada, falta de trabalho, agiotagem e roubos. Tudo isto, claro, despoletado por factores comuns: estiagem prolongada e falta de chuvas, poucas colheitas ou mesmo inexistentes e falha praticamente total de recursos que atinge as pessoas mais pobres e, por isso, mais expostas à crise. Mas também por falta de capacidade de resposta e planeamento antecipado e eficaz por parte do governo local e, bem assim, uma atitude grandemente absentista do governo em Lisboa para com os problemas do arquipélago.

O agudizar da situação de carência absoluta leva a que «bandos de famintos», no dizer de Carreira, deambulassem pelas *achadas* procurando chegar aos centros urbanos à espera de ali conseguirem quaisquer alimentos ou assistência médica. Muitos acabam por desistir da vida nos caminhos «e nas furnas à beira-mar» sendo os cadáveres devorados por cães e aves de rapina. As repartições públicas onde se vai dar nota dos óbitos, bem como os cemitérios, não conseguem acompanhar o ritmo do enorme obituário. Perante este cenário nenhuma formalidade que tenha em vista o acompanhamento e registo legal dos que vivem e dos que morrem consegue resistir, e as pessoas ficam desprovidas da dignidade final que lhes assistiria (Carreira, 1984, p.89).

Já foi dito: 1903 e 1904 foram os piores anos da crise. Mas se governo e municípios do território foram conseguindo fazer chegar alguma pouca ajuda alimentar àqueles que ela mais tocava, essa fez-se essencialmente por via de distribuição de milho, uma pequena parte ida do continente outra importada com os meios financeiros chegados a Cabo Verde arrecadados pelas petições públicas populares levantadas no país ou ainda com algumas verbas disponibilizadas pelo governo central,¹⁷⁴ para além de fornecimento de uma refeição diária, de conteúdo paupérrimo, aos designados *inválidos* aglomerados por vezes aos milhares em muitos pontos dos centros urbanos.

Esperanças de melhoria para a situação que se vivia não se projectavam no horizonte para além de vagas expectativas de algumas chuvas no último quadrimestre de 1903, que animassem as sementeiras e posteriores colheitas mas que foram algo defraudadas por um conjunto de razões que se prenderam, ou com a sua ausência ou então porque as chuvas se apresentava em forma torrencial dando cabo das jovens plantações e arrastando tudo à sua passagem; ou ainda porque as pragas de insectos e larvas, quando não mesmo o gado, destruíam o que restava, sem que isso evitasse, apesar de tudo, que muitas cabeças sucumbissem à falta de pastos.

Porém, a acção do governo provincial, para fazer face à crise de grave carência alimentar que se prolongava, só começou a ser mais operante já em 1904 quando constatado que, apesar de algumas chuvas, tão depressa não existiriam meios para que a população cabo-verdiana pudesse ser socorrida. Infelizmente nada pôde remediar o que 1903 havia comprometido seriamente. O recurso a trabalhos públicos, como já vimos, foi sempre parca solução para aqueles que tinham ainda algumas forças e podiam fazer algum trabalho. Em Abril de 1904 dava-se nota de 896 trabalhadores ocupados nas obras da estrada dos Picos em Santiago, ou em outros trabalhos. Homens, mulheres, rapazes e mesmo raparigas, ainda que em muito menor número os dois últimos grupos, eram recrutados.¹⁷⁵ Este contingente foi aumentando e variando ao longo dos meses: no início de Maio contam-se 1560 pessoas.¹⁷⁶ No mês de Julho já são reportados 3137 trabalhadores,¹⁷⁷ número esse que subiu ligeiramente até alcançar, em meados de Agosto, a soma de 3208 elementos a trabalharem especialmente em caminhos, estradas, arborização e outros serviços de menor importância.¹⁷⁸ A partir de então os quantitativos de pessoas ocupadas pelo governo provincial em obras públicas foi diminuindo sempre até finais de 1904.

¹⁷⁴ *Boletim Oficial da província de Cabo Verde* nº 16 de 16 de Abril de 1904

¹⁷⁵ *Idem*

¹⁷⁶ *Boletim Oficial da província de Cabo Verde* nº 15 de 7 de Maio de 1904

¹⁷⁷ *Boletim Oficial da província de Cabo Verde* nº 28 de 9 de Julho de 1904

¹⁷⁸ *Boletim Oficial da província de Cabo Verde* nº 39 de 24 de Agosto de 1904

Estes contingentes populacionais ocupados em trabalhos públicos distribuíam-se por mais do que uma ilha, mas concentravam-se esmagadoramente em Santiago, para onde aliás convergia também gente de fora, do interior e mesmo de outras ilhas. Outros chegavam em busca de esmola ou alimentos ficando a deambular, doentes, pelas ruas da cidade da Praia, apresentando um grau elevado de inanição, arrojados pelo chão. As mulheres arrastavam consigo os filhos pequenos de muito tenra idade. A polícia ia recolhendo os que encontrava e deixava-os às portas do hospital.¹⁷⁹

Os trabalhos públicos eram remunerados, embora muito pobremente, e aos trabalhadores era distribuído também alimentação que não seria muito diferente da descrição que Barcellos faz do «rancho» que era distribuído aos pobres na Praia: «De manhã davam-se caldos de farinha de pão, e de tarde o célebre milho com azeite. Será bom dizer que a comida aumentou mais pela adição de celhas de água deitadas no caldeirão do que de sólidos».¹⁸⁰ Sem dúvida que este tipo de «rancho», aliado à rudeza do trabalho exigido e ao facto de, no momento em que eram contratados já se apresentarem muito diminuídos fisicamente, seria suficiente para explicar que alguns trabalhadores perecessem nos locais de trabalho, ou até que, face a qualquer pequena esperança real de chuvas, muitos deles abandonassem o trabalho na expectativa de as aproveitarem ocorrendo por isso às suas terras para as trabalharem e semearem.

Por último, devemos considerar também, para a agudeza da crise e a dificuldade levantada às condições de subsistência, a questão das comunicações marítimas operadas entre o continente e Cabo Verde, que agravavam a possibilidade de que a ajuda trazida de Lisboa, mesmo que pequena face às necessidades, chegasse com a urgência necessária. E o problema da capacidade de meios de navegação por parte de Portugal já se arrastava desde antes de meados do século XIX.¹⁸¹

Mas se as condições da marinha mercante eram um problema para Portugal, mostravam-se a Cabo Verde como uma questão de vida ou de morte, com resultados finais quase sempre a favor da segunda, face à dificuldade evidenciada em meios de navegação. Poderia pensar-se que os vapores viriam facilitar a mobilidade de carga e passageiros, quer pelas substancialmente melhoradas condições de navegabilidade em relação à navegação à vela, quer ainda pelo conforto que a mesma proporcionava a passageiros, mas também pela maior arqueação e, sem dúvida, pela mais veloz deslocação em relação à navegação à vela. Em relação a Cabo Verde nada disso se apresentou como

¹⁷⁹ *Extracto informativo do Serviço de Saúde de Cabo Verde*, nº 1180 de 22 de Setembro de 1902, dirigido à Secretaria Geral do governo da província. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127.

¹⁸⁰ Barcellos, Christiano José Senna De, *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa, Typ. Da Cooperativa Militar, 1904, p. 46.

¹⁸¹ Capela, José, *A Burguesia comercial do Porto e as colónias (1834-1900)*. Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, colecção e-books. 2010, pp. 101-135. Op. Cit., *Relatório da Associação Comercial do Porto à rainha em 14 de Outubro de 1835*. [Consultado: 20 de Junho de 2021]. Disponível em: https://www.africanos.eu/images/publicacoes/livros_electronicos/EB019.pdf

vantagem para acudir à população durante esta crise de 1901-1904. Pelo relato que faz o autor que aqui citamos, podemos contabilizar o número de navios chegados a Cabo Verde por pouco mais do que os dedos de uma mão. Escreve Capela que «A partir desse ano (1897) e até ao fim do século, só há tráfego com Cabo Verde e sempre com veleiros».¹⁸²

Bem sabemos que à entrada do século XX, os vapores começaram a aportar ao arquipélago, até porque o navio *Ambaca* ali descarregou ajuda enviada de Lisboa por mais do que uma vez em 1903. No entanto o tempo que mediava entre a viagem de Lisboa e a torna-viagem, não satisfazia a necessidade nem a ajuda rápida da angustiada população cabo-verdiana. E nem o facto da existência do telégrafo, que o governo local apenas usava para as questões mais urgentes a tratar com o governo central (a correspondência dita *normal* ou a que poderemos chamar *não urgente* viajava em mala nos navios, sujeita a muitos dias de viagem) conseguia contornar a fraca condição e morosidade da marinha mercante portuguesa. Mesmo que algumas chamadas de atenção ditadas para o telégrafo alertassem o governo central em Lisboa para a gravidade da crise que se vivia, qualquer ajuda enviada na sequência disso nunca conseguiria obviar ao tempo que qualquer navio, à vela ou a vapor, demorava até aportar em Cabo Verde.

¹⁸² Idem, p.176

Capítulo 5 – A aritmética da morte

5.1 – A emigração clandestina na fuga à miséria e à fome

A secular e histórica fragilidade do tecido económico e social cabo-verdiano tem várias origens como já visto nos capítulos anteriores, mas seguramente que encontramos nas causas naturais aquelas que mais contribuíram para tal e que se mostraram praticamente sempre inultrapassáveis, tal a sua severidade, imprevisibilidade e durabilidade. Pela dimensão e repetição cíclica no tempo, as crises de secas e fomes moldaram o arquipélago em todos os pontos de vista, mas especialmente populacionais, ao longo dos séculos, e foram determinantes para a resposta que a população de Cabo Verde encontrou na emigração para fugir às difíceis condições de sobrevivência verificadas no território «em especial a partir de meados de oitocentos».¹⁸³ A emigração para os Estados Unidos da América foi aumentando gradualmente mercê do contacto que se foram fazendo ao longo do tempo com os navios baleeiros que aportavam a Cabo Verde para reabastecer ou procurando tripulantes. Também a Guiné ou Senegal se apresentaram historicamente como destinos migratórios, embora para actividades diversas das que os cabo-verdianos exerciam nos navios baleeiros (Alexandre, 1998, p.146).

São Tomé e Príncipe foi igualmente um importante fluxo migratório para os cabo-verdianos, revestindo no entanto contornos diferentes dos dois primeiros casos e, quiçá, mais dramáticos para muitos, não só porque lhes eram adversas as condições climatéricas de São Tomé e Príncipe, como também as condições de trabalho e remuneração, para além das más condições de vida propriamente ditas a que eram sujeitos, começando logo na forma como, tanto o governo local como o central, procuravam engajar os cabo-verdianos com destino a São Tomé e Príncipe.

«De carácter diferente, menos espontâneo, é a emigração que também se estabelece para as ilhas de São Tomé e Príncipe, fortemente orientado e impulsionado pelas autoridades portuguesas[...] a qual o governo de Lisboa facilitou o recrutamento de trabalhadores cabo-verdianos para as plantações europeias de São Tomé».¹⁸⁴

Os cabo-verdianos procuraram espontaneamente outros destinos, mas estes dois, com referência ao período do nosso estudo, são de longe os mais significativos.

Em todo o processo das migrações cabo-verdianas não podemos olvidar que, dependendo mais ou menos dos países demandados pelos naturais de Cabo Verde e das próprias circunstâncias que esses

¹⁸³ Alexandre, Valentim, *Situações Coloniais: I – A Lenta Erosão do Antigo Regime (1851-1890)*. Em: *História da Expansão Portuguesa*, Dir. Bethencourt, Francisco, Chaudhruri, Kirti. Vol. IV. Navarra-Espanha. Círculo de Leitores e autores, 1998, pp.146,147

¹⁸⁴ Idem

países impunham à emigração, sempre se verificou mais do que uma forma de emigração: a que era legal e a clandestina. Para além disso, ainda teremos que contar, no plano da emigração legal, com a emigração forçada ou induzida pelas autoridades portuguesas (para São Tomé e Príncipe) fosse pelo governo da província fosse pelo governo central.

António Carreira alude às causas que em sua opinião levavam à emigração clandestina por parte dos cabo-verdianos. Por um lado, e em especial os naturais da Brava, por exemplo, sempre tiveram uma «grande inclinação para a vida marítima», por outro lado o receio do recrutamento militar. Acresce no incentivo à emigração clandestina o facto da necessidade de passaporte, como é óbvio, para poder emigrar legalmente; particularmente por aqueles que estavam em idade de recrutamento militar e para os quais a obtenção do documento não seria de todo fácil, mas também por razões mais prosaicas como a de os candidatos a emigrar não disporem de recursos para pagarem o custo do processo de aquisição do passaporte. A isto ainda se somava a facilidade com que os navios baleeiros dos Estados Unidos se dispunham, nestes primeiros anos do século XX, a receber os candidatos à emigração clandestina conforme as suas próprias necessidades de tripulantes, embora o procurassem fazer longe do olhar da fiscalização do policiamento, não ancorando nos portos e ficando ao largo. Por vezes os responsáveis pela fiscalização que tentavam impedir o embarque de clandestinos cabo-verdianos eram os primeiros a saltar para dentro dos navios.¹⁸⁵

Não será possível quantificar o número de emigrantes clandestinos que saíram dessa forma de todas as ilhas de Cabo Verde, mas sabe-se que esse tipo de emigração, apesar de provavelmente não ter sido muito volumosa em relação, por exemplo, à emigração legal, nunca parou ao longo dos anos, nem mesmo quando os Estados Unidos da América apertaram mais a sua malha, nomeadamente restringindo-a a indivíduos alfabetizados. Mas em boa verdade a mesma passou a ser muito mais controlada por aquele país no final do primeiro quartel do século XX (Carreira, 1977, p.p. 254, 258).

Pesem embora todas as razões que justificaram a emigração cabo-verdiana (não apenas a clandestina mas de um modo geral toda a emigração) o mais importante factor a ter em conta no incremento das correntes migratórias foi sempre o que resultou das crises de secas e fomes no arquipélago. E este foi transversal à sociedade cabo-verdiana praticamente em todos os tempos e em todas as ilhas: as secas, a fome, a impossibilidade de se alimentar a si e/ou à sua família ou sequer qualquer possibilidade real de vir no presente e futuro a tirar o seu sustento da terra sendo este facto

¹⁸⁵ Carreira, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Área das Ciências Humanas e Sociais-Universidade Nova de Lisboa, 1977, p.p. 252, 253

também transversal a quase todos os proprietários de terras com maior ou menor dimensão, conforme já escrevemos em capítulo anterior.

«Com a agudização da crise alimentícia de 1902, acentuou-se o pauperismo da maior parte da população rural em quase todas as ilhas (sobretudo na de Santiago) e das próprias vilas e povoados, devido aos altos preços de venda dos géneros de primeira necessidade [...]. A agiotagem aumentava assustadoramente, fazendo-se empréstimos em dinheiro a altos juros e sempre com garantias seguras. Muitos chefes de família, apoquentados pela fome, vendiam a courela, o gado, o ouro e tudo quanto fosse susceptível de poder ser convertido em numerário. Quando não houvesse comprador para a casa, destelhavam-na, retiravam as portas, as janelas, a ferragem[...]e tudo se vendia ao desbarato. O dinheiro realizado era pouco[...] para as passagens e outras despesas até ao destino».¹⁸⁶

Ora, como vimos em Carreira, não sendo o pecúlio realizado com a venda de tudo o que possuíam de modo a, mesmo assim, fazer face às despesas que se teriam como certas para chegar ao fim da viagem, era natural que o candidato à emigração procurasse eximir-se ao pagamento das taxas para poder tratar do passaporte e demais despesas legais exigidas pelo processo. Para além do mais, a fome continuava a ameaçá-lo até ao momento em que conseguisse eventualmente embarcar num qualquer navio que o levasse dali para fora. Para obviar a isso e para tentar apressar o momento da saída da sua terra, o embarque clandestino era a única opção.

Carreira também refere «que havia então no arquipélago apreciável número de veleiros (207), parte deles utilizados normalmente nas carreiras para os Estados Unidos da América, até porque estas viagens davam lucros apreciáveis».¹⁸⁷ Portanto, como facilmente depreendemos, a emigração clandestina, mesmo eventualmente não sendo a mais expressiva, era sem dúvida aquela que se apresentava como a que mais rapidamente podia responder à emergência da fuga ao limbo situado entre a vida e a morte com que tinha que se viver nas ilhas cabo-verdianas. No fundo havia como que uma trilogia de situações que se apresentava previamente ao momento da decisão de sair clandestinamente: o espectro da crise que se agigantava; alguma relativa facilidade em contornar a frouxa fiscalização exercida sobre os candidatos a clandestinos, e o desejo daqueles que lhes abriam as portas dos navios, para os receberem e fazerem rumar aos Estados Unidos da América ou outros eventuais destinos, a troco de dinheiro ou do engajamento como tripulantes.¹⁸⁸

Percebe-se por isso o desapossamento dos poucos bens, que constituíam o seu reduzido património, a que o emigrante cabo-verdiano se obrigava para sair do arquipélago.

¹⁸⁶ Carreira, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Área das Ciências Humanas e Sociais-Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 254

¹⁸⁷ Idem, p.255

¹⁸⁸ Idem, p. 255,257

Há que sublinhar a existência de graves desequilíbrios que levaram aos problemas vividos pelo arquipélago: o passado escravocrata que deixou marcas profundas; a má distribuição das terras com as maiores, melhores e mais produtivas nas mãos de poucas famílias e as restantes, pequenas, pouco produtivas, de não fácil alcance para a maioria da população; para além do também difícil relacionamento entre classes dominantes e dominadas. (Carreira, 1977, pp. 277, 278).

**Emigração espontânea, segundo os países ou territórios de destino,
nos anos de 1900 a 1952 (H + M)**

Anos	Estados Unidos	Brasil, Argentina, Chile e Uruguai	Guiné-Bissau	Angola-Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Dacar-Gâmbia	Lisboa, Açores e Madeira	Outros países	Total
1900	293	2	..	..	23	..	39	23	380
1901	245	10	..	..	7	..	30	5	326
1902	284	25	..	..	16	..	59	12	451
1903	542	30	..	..	272	..	48	109	1 048
1904	361	12	..	..	87	..	58	9	726
1905	317	30	..	..	26	..	71	8	613
1906	638	63	..	..	14	..	50	11	945
1907	560	42	..	..	408	..	99	13	1 401
1908	1 296	59	..	..	12	..	65	13	1 729
1909	695	69	..	..	27	..	71	3	1 156
1910	1 054	91	..	..	12	..	88	3	1 660
1911	1 474	186	..	..	30	..	102	3	2 014
1912	1 128	333	..	..	18	..	58	9	1 599
1913	1 691	302	..	..	23	..	18	39	2 262
1914	1 610	134	..	..	369	..	25	48	2 353
1915	784	32	..	..	10	..	124	32	1 190
1916	1 829	32	..	..	26	..	94	5	2 210
1917	1 508	52	..	..	15	..	60	16	1 747
1918	323	22	..	..	8	..	46	..	526
1919	491	144	..	..	2	..	65	5	893
1920	1 506	298	..	..	4	..	78	..	2 536
1921	x	x	..	..	x	..	x	x	x
1926	179	466	..	..	3	..	14	28	830
1928	115	39	..	..	1	..	23	181	432
1929	208	303	..	..	..	..	5	33	726
1930	63	173	..	..	1	..	5	9	515
1931	141	14	..	..	..	..	1	24	352
1932	101	11	..	..	3	..	57	18	343
1933	75	10	..	..	15	..	93	43	559
1934	102	4	..	..	7	..	78	6	322
1935	65	21	..	..	3	..	90	9	358
1936	23	43	..	..	..	..	261	5	556
1937	76	62	..	..	8	..	69	37	730
1938	124	23	..	..	118	..	78	63	877
1939	64	24	..	..	41	..	88	43	632
1940	47	10	..	..	15	..	51	78	842
1941	..	..	..	..	147	..	3	62	431
1942	..	..	..	..	63	..	201	25	298
1943	3	..	..	..	6	..	263	32	455
1944	1	..	..	..	10	..	247	2	302
1945	11	..	..	..	31	..	393	21	560
1946	37	3	..	..	6	..	844	17	1 085
1947	93	3	..	..	212	..	563	8	940
1948	71	2	..	..	..	..	718	176	1 133
1949	70	23	..	..	..	..	35	18	852
1950	57	7	..	..	..	..	399	24	612
1951	114	32	..	..	..	..	381	785	1 411
1952	96	16	..	..	..	..	463	59	771
Total	20 575	3 257	4 345	724	1 667	3 451	8 501	2 169	44 689

Figura 6 - Mapa de emigração espontânea de Cabo Verde para vários destinos

Fonte: Carreira, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. p 295

É possível verificar, pelo mapa da *Figura 6*, que, nos anos sobre os quais se debruça o nosso trabalho, a emigração espontânea, isto é, aquela que engloba a legal e a clandestina (não sendo possível quanto à segunda fiabilizar os quantitativos pelas razões já anteriormente apontadas), teve pequenas nuances entre 1900 e 1905, destacando-se, no entanto, o ano de 1903 como aquele em que a emigração disparou para mais de 50%, sendo naturalmente isso muito mais visível para países como os EUA. A causa para tal aumento tem a ver com o facto de o ano de 1903 ter sido um dos dois piores anos da crise de secas e fomes que abordamos. Por outro lado, e em relação ao número de emigrantes para São Tomé e Príncipe que se registam no mesmo ano, não será possível certamente justificar um aumento 17 vezes superior a 1902 com as mesmas razões que se poderão facilmente reconhecer à emigração para a América, até porque, como alude Carreira, «a emigração para os EUA fornece um elemento de progresso e civilização para os naturais de Cabo Verde. Bem ao contrário, a emigração de São Tomé

e Príncipe, que se limita quase aos habitantes de Santiago, a mais atrasada de todas as ilhas, não traz civilização nem futuro aos emigrantes». ¹⁸⁹ Tal aumento deve ter sido seguramente muito condicionado pelas autoridades portuguesas dada a falta de mão de obra em São Tomé, mas também pelas falsas promessas com que os engajadores dos roceiros desta província ultramarina enganavam os cabo-verdianos para os levar a assinar contractos dos quais, na maior parte das vezes, desconheciam o conteúdo por muitos não saberem ler, confiando apenas naquilo que verbalmente lhes diziam. Depois, claro, sempre o espectro da crise que os perseguia e pressionava a encontrarem uma resolução para as aflições drásticas com que se confrontavam em Cabo Verde por aquela altura. Se repararmos, no ano seguinte, 1904, em relação ao ano anterior, o número caiu abruptamente. Fazer interpretações para esse facto, sem fontes que as justifiquem, não é possível, mas podemos sempre arriscar dizer que, eventualmente, algum conhecimento acerca das condições de trabalho e de vida, dos que tinham partido anteriormente e haviam regressado à sua terra, terá chegado a Cabo Verde e funcionado como dissuasor da emigração para São Tomé e Príncipe, ou então, as melhorias climatéricas que o ano de 1904 prometeu de início em Cabo Verde funcionaram também nesse sentido, mesmo que as expectativas agrícolas e alimentares não tivessem mudado especialmente no território.

5.2 – A emigração forçada

Em 1902, em *ofício* do governo de Cabo Verde enviado aos ministro e secretário de Estado da Marinha e Ultramar, escrevia o secretário do governo de Cabo Verde, na ausência do governador, que

«as colheitas foram quase totalmente perdidas, é lastimoso: miséria e doença; muitos inválidos e nenhum meio de os socorrer sem intervenção do governo. Os socorros de trabalho [trabalhos públicos] não salvam os válidos, os outros afigura-se-me que estão condenados se não houver distribuição de víveres que os salve». ¹⁹⁰

Se tivéssemos que procurar uma razão forte para justificar a emigração cabo-verdiana no início do século XX, como aliás em qualquer outro período, ela estaria no que ficou escrito no *ofício* enviado para Lisboa. O cenário em que se movimentaram todos os que demandaram a emigração para poderem, ao menos, ter uma expectativa de sobrevivência, é o que podemos inferir daquelas palavras; e este é realmente o denominador comum que se aplica a qualquer momento da crise de 1901-1904 no arquipélago. Ainda que com variações dos contingentes saídos em cada ano, foi nos 1903 e 1904 que se concentrou a maior saída de população. A partir daí as saídas passaram a verificar-se, embora com oscilações, sempre em crescendo até ao início da segunda década do século XX, altura em que

¹⁸⁹ Idem, p.184

¹⁹⁰ *Ofício* nº 238, de 04 de Junho de 1902, da 1ª Repartição da Secretaria Geral do governo da província de Cabo Verde AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 244.

perderam força, conforme se pode verificar no quadro da *Figura 6*. Por outro lado, se tinha sido relativamente irrelevante o número dos que emigraram para São Tomé e Príncipe, comparavelmente, por exemplo, ao registado para os Estados Unidos da América num quadro de emigração espontânea, em 1903 ela aumentou significativamente para aquela província mas não porque as condições que os emigrantes encontravam em São Tomé e Príncipe fossem melhores.¹⁹¹ Apesar disso, nada que se compare com os contingentes que constam no quadro da *Figura 7*, na página 103, nos anos de 1903 e 1904 relativamente à emigração forçada.

O contexto a que obedeceu a emigração forçada de Cabo Verde para São Tomé e Príncipe é amplo e de grande complexidade, podendo dizer-se que as crises deram igualmente lugar a um certo aproveitamento levado a cabo pelos governos do arquipélago afim de imporem constrangimentos que *ajudassem* os locais a aceitarem a contratação para aquela província. No mapa da *Figura 6*, na página 96, relativo à emigração espontânea, a ida dos contingentes que ali constam obedece já a esse tipo aproveitamento da situação das populações, especialmente das que não conseguissem dirigir-se a outros destinos.

Em *ofício* do governador Arnaldo Novais (governador que antecedeu Paula Cid em Cabo Verde) para Lisboa, em Fevereiro de 1901, este queixa-se da indolência e da aversão ao trabalho que, na sua opinião, se verificava entre os locais de Santo Antão e que preferiam, segundo ele, «o ócio, a dança e a embriaguez ao trabalho». Este governador achava que isso só se resolveria com «medidas violentas» por forma a «imprimir na memória do indígena» o seu «desleixo e imprevidência» e como isso lhe «acarretará grandes sofrimentos». O Estado, dizia, só deverá acudir aos que cumprem «com os seus deveres». Novais achava, por último, que se conseguiria uma mudança de comportamentos «deixando sofrer o indígena», e que essa prática seria «indispensável».¹⁹²

A posição de Arnaldo Novais, não estando directamente relacionada com a emigração propriamente dita, subjaz no entanto àquilo que norteava, por aqueles anos, a visão paternalista e de manifesto sentimento de superioridade moral do homem branco em relação ao homem negro, e isso perpassa por muitos dos *ofícios* das autoridades coloniais e pela imprensa portuguesa factos que, de certa maneira, condicionaram a forma como se procuravam resolver os problemas das populações cabo-verdianas no meio de uma crise de secas e fomes.

¹⁹¹ Carreira, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Área das Ciências Humanas e Sociais-Universidade Nova de Lisboa, 1977, pp. 177,178

¹⁹² *Ofício nº 68*, de 19 de Fevereiro de 1901, do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

Em Portugal, na imprensa diária, nomeadamente no jornal *O Comércio do Porto*, o problema da mão de obra para a colónia de São Tomé e Príncipe suscitava questões relacionadas com a sua falta para promover o desenvolvimento da agricultura que se revelava bastante prometedora.¹⁹³ Ao mesmo tempo, o mesmo jornal, cerca de dois meses mais tarde, chamava a atenção para 2600 cabo-verdianos da Brava e do Fogo que tinham emigrado para os EUA e que ali se encontrariam sem trabalho e sem dinheiro para viver ou meios para regressar.¹⁹⁴ Ou seja, há como que um discurso oficial e outro *não oficial*. O discurso *não oficial*, como se pode ver no jornal em causa, alinhava nitidamente com o discurso do Estado quanto aos interesses coloniais portugueses. Na verdade, ambos parecem preparar o país e as populações do continente e das colónias para a aceitação tácita da necessidade da emigração forçada para Cabo Verde.

Carreira, por seu turno, alude a um opúsculo de Jerónimo Paiva de Carvalho¹⁹⁵, onde se registam declarações de um grande roceiro do Príncipe, de nome Francisco Mantero, que entendia ser «de justiça consignar o patriótico concurso prestado pelo governador Paula Cid para que o êxodo dos cabo-verdianos esfomeados se operasse para São Tomé, de preferência, pondo-se de parte o projecto de os encaminhar para as colónias de países estrangeiros». Segundo o mesmo Paiva de Carvalho, sendo isto dito por alguém interessado no recrutamento de mão de obra para as roças, era «evidente o conluio dos roceiros com o governo».¹⁹⁶

Também Senna De Barcellos se refere a Paula Cid como tendo sido um dos obreiros do êxodo dos cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe ao dificultar e restringir a emigração para Dakar ou para qualquer outro destino que não São Tomé e Príncipe. Diz este autor que o governador em causa terá dado ordens verbais para que se não emitissem «passaportes ou guias» aos cabo-verdianos pobres a não ser apenas quando estes o quisessem fazer para se contratarem para São Tomé e Príncipe (Barcelos, 1904, p.84).

À medida que a situação das populações mais susceptíveis à crise se foi deteriorando no território de Cabo Verde, fica claro, através dos *ofícios* que o Governador Paula Cid trocou com Lisboa, que este não só procura promover a sua desculpabilização face aos que o acusavam de eventual responsabilidade pela dimensão grave que a crise tinha atingido no território sob sua governação, como se percebe igualmente uma certa desorientação no que concerne ao controlo da própria crise e das suas

¹⁹³ Jornal *O Comércio do Porto* de 18 de Agosto de 1900, p.1

¹⁹⁴ Jornal *O Comércio do Porto* de 06 de Outubro de 1900, p.1

¹⁹⁵ Paiva de Carvalho foi *Curador de Serviços* na ilha do Príncipe nos primeiros anos após 1900. Carreira, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Área das Ciências Humanas e Sociais-Universidade Nova de Lisboa, 1977, p.175

¹⁹⁶ Idem p.180

esperadas consequências. Ataca aqueles que julga que o querem denegrir pessoalmente; fossem os jornais do continente,¹⁹⁷ os padres em Cabo Verde¹⁹⁸ ou aqueles a quem, através das diferentes Câmaras Municipais, era dada a responsabilidade de distribuir a ajuda que ia chegando ao arquipélago, para além dos agricultores que contestavam a emigração para São Tomé e Príncipe e que reclamavam a abertura de trabalhos públicos no território que, segundo o governador, só resultavam em seu próprio benefício. No grupo de pessoas ou entidades que visava incluía até o próprio responsável do Serviço de Saúde de Cabo Verde, a quem acusava de se «subtrair ao trabalho».¹⁹⁹ Senna De Barcellos, que ali estava em comissão de serviço, também fez parte dos seus alvos.²⁰⁰ No fundo sentia-se acossado por vários lados e dava mesmo nota de que os que o atacavam se serviam dos «desgraçados» usando-os para as suas especulações. Escrevia Paula Cid que «estes desgraçados vítimas da falta de chuvas e da sua própria indolência, servem apenas de pretexto a maquinações que têm como único fim explorar os cofres públicos».²⁰¹

Numa crise de secas e fomes com a envergadura da que ocorreu em 1901-1904 é evidente que os maiores problemas a concorrerem para isso em Cabo Verde foram, sem sombra de dúvida, os relacionados com a ausência de chuvas regulares durante anos a fio e que já vinha dos últimos anos do século XIX. Por outro lado, avulta a falta de preparação das autoridades, tanto em Lisboa como no território ultramarino do arquipélago, para lidarem com algo de tal dimensão que resultava de vários aspectos: atraso estrutural, económico, social e até de quadro mental. Verificamos, vezes sem conta, que quando não existiam mais soluções ou respostas para dar, por parte das autoridades locais, a desculpa mais usada para justificar as crises de fomes era a da «indolência», «preguiça», «embriaguez» ou «imoralidade» da população negra ou a da «especulação dos comerciantes europeus», (embora neste último caso isso fosse de fácil verificação) instalados em Cabo Verde e que tinham o monopólio da distribuição de cereais em tempos de crise. O governador foi useiro e vezeiro nesse tipo de desculpas para justificar o que não estava a conseguir fazer no debelar os problemas do território, embora afirme:

¹⁹⁷ *Ofícios* nº 137 e 207, de 07 de Maio de 1903 e 13 de Julho de 1903 respectivamente, do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

¹⁹⁸ *Ofícios* nº 137 e 219, de 07 de Maio de 1903 e 07 de Julho de 1903 respectivamente, do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

¹⁹⁹ *Ofício* nº 219, de 7 de Julho de 1903 do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

²⁰⁰ *Ofício* nº 207 de 13 de Julho de 1903 do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

²⁰¹ *Ofício* nº 207 de 13 de Julho de 1903 do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

«tenho feito tudo o que me é possível[...]para evitar em parte as consequências naturais desta grande calamidade porque estão passando estes desgraçados, vítimas também da péssima educação que lhes têm dado».²⁰²

Em várias ocasiões, o mesmo governador deu como inquestionável a impossibilidade de se fazer mais do que aquilo que estava a ser feito; afirmava ele que «não é praticável levar socorros a todos os cantos da ilha [Santiago]».²⁰³ Por outro lado informa igualmente Lisboa de que não devia causar grande estranheza a morte de algumas «dezenas de pessoas», minimizando assim o que se passava, numa ilha com cerca de 66.000 habitantes (Santiago), e rematava afirmando que em todo o arquipélago havia realmente uma grande «mortandade» mas causada pela tuberculose que atacava «os organismos enfraquecidos pelo abuso do álcool e pela devassidão». Ou seja, pretendia desvalorizar o que se passava na província, mesmo que se soubesse que a tuberculose era consequência do definhamento físico provocado pela inanição da população, preferido atribuir tal situação aos hábitos e maus costumes das gentes cabo-verdianas.²⁰⁴ Era sua convicção, como escreveu em *ofício* para Lisboa, que a sua governação estava a salvar «muitos desgraçados» mas que era impossível salvar todos.²⁰⁵

A urdidura que o governador de Cabo Verde procura usar para tecer o manto de razões explicativas da crise de 1901-1904, na correspondência que envia para o ministério da Marinha, não é aceite pelos cabo-verdianos mais ilustrados e que por isso rejeitam todas as considerações que Paula Cid usa em sua defesa e com que o próprio ministério em Lisboa procura descansar a sociedade continental. Em alguma medida a laboriosa actividade do governador em sua defesa terá conseguido, eventualmente, convencer o governo central, liderado por Hintze Ribeiro, da tese que defendia para a questão da crise. No entanto Loff de Vasconcelos acusa o governo central de «deitar poeira para os olhos do público e fazer calar a imprensa», usando para tal um telegrama do governador de Cabo Verde para dar conhecimento do muito que este dizia estar a fazer naquela província para debelar a crise e socorrer as pessoas.²⁰⁶

Independentemente do que possa ter dito, escrito e telegrafado para Lisboa, a verdade é que se percebe que, no íntimo do espírito do Conselheiro Paula Cid, e pese embora o seu ainda pouco tempo de permanência na província, (só tomou posse a 14 de Outubro de 1902)²⁰⁷ sedimentavam-se já

²⁰² *Ofício* nº 219, de 7 de Julho de 1903 do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

²⁰³ *Ofício* nº 137 de 7 de Maio de 1903, do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

²⁰⁴ *Idem*

²⁰⁵ *Ofício* nº 207 de 13 de Julho de 1903 do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-CV, cx 127

²⁰⁶ Vasconcellos, Luis Loff de, *O extermínio de Cabo Verde – Pavorosas revelações*. Lisboa: Livraria Editora, 1903, pp.6,7,12

²⁰⁷ *Boletim Oficial da província de Cabo Verde* nº 43 de 25 de Outubro de 1902

algumas conclusões que é possível perceber na correspondência trocada com o ministério da Marinha nos primeiros meses do seu mandato como governador, que o direccionavam para o que lhe parecia mais óbvio como solução em Cabo Verde: levar a população cabo-verdiana a emigrar para São Tomé e Príncipe e, como veremos mais à frente, essa ideia ligava-se também à possibilidade de fechar as portas à emigração espontânea (legal e clandestina), pelo menos a da população mais carenciada e afectada pela crise no arquipélago.

Logo em 29 de Dezembro de 1902, pouco mais de dois meses passados sobre a sua tomada de posse, Paula Cid envia um extenso *ofício* para o ministério da Marinha em Lisboa onde desvaloriza a existência dos designados «trabalhos de crise alimentícia» porque, escrevia, talvez referindo-se à acção no passado recente de outros governos provinciais, «se tem abusado extraordinariamente [...] o dinheiro gastou-se e o trabalho não apareceu».²⁰⁸ E punha em causa a arborização que se vinha realizando há algum tempo no arquipélago, dizendo que era morosa, devido ao tempo necessário para o crescimento das espécies, sendo por isso preciso encontrar outro remédio para os problemas de Cabo Verde e, um desses remédios, escrevia, «afigura-se-me a emigração».²⁰⁹

Não transparece ainda neste *ofício* a convicção absoluta da *emigração forçada*, no entanto a sua acção em prol da promoção de fluxos migratórios para São Tomé e Príncipe foi sempre bem vista e elogiada pelos roceiros, e profundamente receada pela população carenciada de Cabo Verde, como já vimos. Apesar de tudo, governador expunha abertamente que a emigração espontânea para destinos estrangeiros, em pequena escala, poderia cumprir o objectivo da captação das remessas dos emigrantes cabo-verdianos que viesse a contribuir para o desenvolvimento do arquipélago. Por outro lado, sugere também ao ministro da Marinha para que se abra a emigração de cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe, como uma primeira experiência, «em condições humanitárias» condicentes com o grau de civilização dos povos de Cabo Verde.

No final do seu *ofício* elenca algumas razões pelas quais entende que para Cabo Verde seria prioritário, para já, «promover a emigração, destes infelizes que para aqui andam sem trabalho, para a nossa colónia de São Tomé e Príncipe» e que isso traria benefícios para o arquipélago que assim se veria livre dos «falsos e verdadeiros famintos» (não distinguindo entre uns e outros, o que pode indiciar que as suas verdadeiras razões e interesses na saída de emigrantes de Cabo Verde para São Tomé iriam para além da visão puramente humanitária) enquanto se ganhava tempo até que a arborização se

²⁰⁸ *Ofício n.º 562* de 29 de Dezembro de 1902 do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 244

²⁰⁹ *Ofício n.º 562* de 29 de Dezembro de 1902 do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário do ministério da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 244

desenvolvesse e pudesse depois assegurar as desejadas chuvas que ajudariam a combater as crises alimentícias.²¹⁰

A resposta do ministro ao *ofício* do governador, enviada a 21 de Janeiro de 1903, não foi totalmente concordante com as razões de Paula Cid quanto à arborização; incentivava-o antes a aplicar-se no seu desenvolvimento através da plantação de «árvores ricas» dando-lhe *carta branca* para aplicação das medidas que entendesse para proteger o seu crescimento, sugerindo-lhe o lançamento de um «imposto proibitivo por cabra» isentando, ao mesmo tempo, de impostos, outros animais em substituição da cabra. Na parte final da resposta do ministro, transmitida pelo secretário de Estado, é pedido ao governador:

«para enviar a esta secretaria de Estado as condições em que se pode conseguir uma corrente de emigração para São Tomé; oferecendo o governo as indispensáveis garantias para a repatriação, devendo Vxa. até ulterior resolução, suspender quaisquer trabalhos tendentes a favorecer a emigração para a América ou para as colónias francesas»,²¹¹

mas o ministro transmite também que se proceda à suspensão da emigração para o estrangeiro ou, no mínimo à criação de entraves à mesma. Se voltarmos a olhar para o mapa constante na *Figura 6*, na página 96, verificamos que a *emigração espontânea* (a legalizada) para os EUA, que quase tinha duplicado de 1902 para 1903, caiu cerca de 33,4% de 1903 para 1904. Por seu turno a emigração espontânea que em 1902 registou um número irrisório de 16 pessoas teve, no ano de 1903, uma subida para 272, reduzindo-se em 1904 para 87 pessoas. Claro que não podemos asseverar que estes valores e diferenças possam ter sofrido quaisquer influências resultantes do facto das saídas para o estrangeiro terem passado a ser condicionadas, embora, nos pareça puderem estar relacionados. Mas se olharmos para o mapa da *Figura 7*, na página 103, então é forçoso admitir que as instruções que o ministro da Marinha deu ao governador Paula Cid tiveram um sucesso absoluto. Nos três piores anos de crise em Cabo Verde foram realmente *forçados* a emigrar 4739 pessoas, só para São Tomé, uma vez que o autor do mapa não apresenta dados, nem nós tão pouco os conseguimos, para a ilha do Príncipe, mesmo que não nos custe admitir que, a pecar, este número só o fará por defeito.

²¹⁰ Idem

²¹¹ Carta de resposta (sem identificação de número de *ofício*) do ministro da Marinha ao *ofício* nº 562 do governador de Cabo Verde para o ministério da Marinha datado de 29 de Dezembro de 1902. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 244

Emigração forçada de serviços cabo-verdianos, segundo os territórios de destino, nos anos de 1902 a 1922 (32)									
Anos	Territórios de destino						Total		
	S. Tomé		Príncipe		Guiné-Angola		Adultos	Homens	Crianças
	Adultos	Crianças	Adultos	Crianças	Adultos	Crianças			
1902/3 (33)	2 500	..	..	..	..	..	2 500	..	2 500
1904 (34)	2 132	107	..	..	..	..	2 132	1 605	2 239
1905 (35)	x	x	x	x	x	x	x	x	x
1906 (36)	282	5	..	..	..	..	282	214	287
1907 (37)	705	4	..	..	..	..	705	555	709
1908 (38)	751	14	..	..	..	..	751	548	765
1909 (39)	552	..	303	..	..	..	855	438	855
1910 (40)	382	..	437	..	..	..	819	311	819
1911 (41)	272	4	958	3	..	..	1 230	997	1 237
1912 (42)	264	..	530	..	..	..	794	676	794
1913 (43)	193	..	1 023	..	..	..	1 216	743	1 216
1914 (44)	62	..	1 207	26	..	..	1 269	948	1 295
1915 (45)	58	..	1 048	25	..	..	1 106	577	1 131
1916 (46)	252	44	707	..	..	..	959	620	1 003
1917 (47)	43	..	307	..	..	..	350	210	350
1918 (48)	4	..	137	..	..	..	141	76	141
1919 (49)	82	433	1 659	16	..	..	1 741	266	2 190
1920 (50)	350	60	1 489	369	51	4	1 890	825	2 323
1921 (51)	2 707	3	749	43	296	..	3 752	2 036	3 798
1922 (52)	526	151	..	..	..	..	526	199	677
Total	12 117	825	10 554	482	347	4	23 018	11 833	24 329

Figura 7 - A emigração forçada. Fonte: Carreira, António *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, p.227

Este regime de trabalho *forçado*, através do qual foi possível chegar a um fluxo tão elevado de cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe, começou a ser *construído* com a abolição do trabalho escravo, pois a partir de então as autoridades coloniais tiveram necessidade de criar um «*Regulamento do Trabalho Indígena*» que fizeram aprovar em 9 de Novembro de 1899 e que substituiu a lei com o mesmo objectivo datada de 1878. O regulamento de 1899 introduziu um novo conceito para o trabalho indígena: «obrigação moral e legal». Ao mesmo tempo regulava as formas de «comprovar o cumprimento dessa obrigação» bem como os métodos para a «compulsão» nos casos que escapassem à alçada legal; no fundo, todos os indígenas das colónias ultramarinas portuguesas estavam sujeitos, eventualmente, à emigração forçada, e delineava-se como se faria a isenção do cumprimento de tal obrigação ao trabalho: estariam fora do alcance da lei os que provassem possuir capital ou propriedades cujos rendimentos lhes garantissem os meios de subsistência, fosse qual fosse o ramo de actividade, sendo que os assalariados teriam que fazer prova do cumprimento de um número determinado de meses de trabalho por ano que era fixado por regulamentos locais. Mas este Regulamento de 1899, feito mais a pensar nos «vadios», incorporava ainda algumas reminiscências escravocratas e, talvez por isso, em 1903 surge um novo regulamento.²¹²

O «Regulamento da Emigração» de 1903 obedeceu ao *decreto-lei de 29 de Janeiro de 1903*. O governador Paula Cid fez algumas sugestões de alterações, em particular ao seu artigo 22º, que supostamente seriam mais favoráveis ao tratamento dado a todos os emigrantes para/em São Tomé e Príncipe, não necessariamente apenas aplicadas aos cabo-verdianos.²¹³ Esta nova lei estava eivada de «sofismos» e, como diz Carreira, «envolia a ideia de compulsão» (Carreira, 1977, p.169). Na verdade, e tendo em conta o que aconteceu na prática da emigração de Cabo Verde para São Tomé e Príncipe

²¹² Carreira, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Área das Ciências Humanas e Sociais-Universidade Nova de Lisboa, 1977, pp. 161-167

²¹³ *Ofício nº 75* de 11 de Março de 1903 do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 244

sob o Regulamento de 1903, acabou por se usar sempre o «esquema compulsório» previsto no anterior Regulamento de 1899. Paula Cid terá, ainda segundo Carreira, preferido utilizar este estratagema legal para «acobertar» a compulsão de serviçais com destino a São Tomé.²¹⁴ Por outro lado, Barcellos acrescenta que o governo de Lisboa preferiu sempre facilitar a emigração dos cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe visando o favorecimento dos roceiros, e põe mesmo em causa que essa emigração obedecesse a fins «caritativos» uma vez que as mulheres e filhos dos emigrados ficavam ao abandono em Cabo Verde (Barcellos, 1904, p.74). Há ainda uma ideia que este oficial da Marinha de Guerra deixa no ar: a de que houve «grandes conferências» entre o ministro da Marinha e os roceiros de São Tomé e Príncipe para se fazer chegar emigrantes cabo-verdianos a esta província, que não os poderia receber de outro lado naquele momento; e acrescenta ainda que Paula Cid «trabalhava» para ser transferido para São Tomé (Barcellos, 1904, p.66).

Apresentando um intervalo temporal, no limite superior, mais alargado do que aquele que o nosso trabalho abarca, Carreira exhibe dados (mapa da *Figura 7*) relativos à emigração forçada para São Tomé e Príncipe no período de 1900-1922 calculando que nesse lapso de tempo tenham sido encaminhados para esta província um total de 23.978 pessoas, sendo que destas apenas 36,6% eram homens e as restantes, mulheres, havendo ainda um residual de 686 pessoas emigradas para outras províncias ultramarinas.²¹⁵

Pese embora o conselheiro Paula Cid se escudasse na alegação dos seus melhores esforços para superar a gravíssima e endémica crise cabo-verdiana, deveremos admitir que o fez com uma actuação plena de artifícios acabando por soçobrar perante o escrutínio e noticiário negativo que se estampava nos jornais do continente e das ilhas acerca da forma como lidou com as causas e consequências desta crise. Tal exposição na imprensa trouxe um acréscimo de desgaste político que não seria porventura do interesse do governo regenerador em Lisboa, que acabava por ser atingido pelas repercussões da crise em Cabo Verde. Talvez residisse aí uma das principais razões, que não única, para a remoção de Paula Cid do cargo de governador de Cabo Verde. Em Julho de 1903, Paula Cid envia um telegrama para Lisboa dando conta que aceitava a sua transferência,²¹⁶ pedindo porém que ela não ocorresse nos piores meses da crise, pois achava ser seu dever enfrentar os problemas da província. Pedia ainda que, após a sua saída do cargo, e antes de assumir outro lugar, lhe fosse permitido «ir ao reino».²¹⁷ Este

²¹⁴ Carreira, António, *Migrações nas Ilhas de Cabo Verde*. Lisboa, Área das Ciências Humanas e Sociais-Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. 170

²¹⁵ Carreira, António, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*. Lisboa, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.177

²¹⁶ Não encontramos nas fontes primárias, ou em bibliografia, qualquer documentação coeva onde lhe tenha sido transmitida essa sua transferência pelo ministério da Marinha ou outro qualquer departamento, embora se saiba que, pouco tempo volvido, já era governador em São Tomé e Príncipe.

²¹⁷ Telegrama para Lisboa em 13 Julho de 1903. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

governador não conseguiu sequer manter-se onze meses no cargo em Cabo Verde, tendo sido substituído a 12 de Agosto de 1903 por Barjona de Freitas²¹⁸ que logo chegado a Cabo Verde proibiu a *emigração forçada* para São Tomé e Príncipe.²¹⁹

Apesar de tudo, o trabalho compulsivo em Cabo Verde continuou a praticar-se mesmo sob a governação de Barjona de Freitas. Na realidade continuaram a sair cabo-verdianos para São Tomé e Príncipe compelidos à emigração e ao trabalho e, segundo os dados de Carreira, a emigração forçada terá tido um fluxo continuo atravessando mesmo os períodos da Primeira República e do Estado Novo,²²⁰ como aliás se constata no mapa da *Figura 7*. Essa confirmação é de alguma maneira visível no último trimestre de 1904, através de *ofício* que (na ausência de governador em Cabo Verde motivada pela demissão de Barjona de Freitas após viagem ao continente onde foi surpreendido pela queda do governo Regenerador e sua substituição pelo Partido Progressista), o secretário geral do governo da província envia aos ministro e secretário geral da Marinha e Ultramar em Lisboa, informando que, apesar do «estado alimentício» ter melhorado um pouco, o número de «indígenas sem meios de vida», pelo facto de terem sido suspensos os trabalhos públicos, é tão grande que eles se «ocupam em devastar as culturas em desenvolvimento» a que se juntavam também os indivíduos que tinham saído dos lazaretos, e que a breve trecho irão reduzir os fracos recursos alimentares das ilhas. Por isso pedia o secretário geral do governo de Cabo Verde que fosse dada autorização para poder mandar embarcar, como «compelidos ao serviço militar», mas na realidade «destinados a trabalhos agrícolas fora da província», todos os «indiciados» por recusa de trabalho em Santiago. E o secretário geral tinha pressa na resposta, pedindo que a autorização fosse «transmitida por telégrafo». Como verificamos, a proibição de «emigração forçada» decretada pelo governador Barjona de Freitas, logo que tomou posse do governo em Cabo Verde, é capaz de não ter tido vida longa, continuando-se a usar os «sofismas», de que fala Carreira, para enviar gente para São Tomé e Príncipe.²²¹

5.3 – Oscilações demográficas em Cabo Verde entre 1900-1904

Para que possamos apreender bem a dimensão que a crise de 1901-1904 teve no arquipélago nesse período, é bom que observemos o *retrato* impressionante que o governador Barjona de Freitas revelou aquando do seu desembarque na cidade da Praia, capital da província, para tomar posse do governo provincial:

²¹⁸[sn], *Cabo Verde-pequena monografia*, 2ª edição. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, Gráfica Imperial, 1966, p.75

²¹⁹Barcellos, Christiano José Senna De, *Cabo Verde: Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa, Typ. Da Cooperativa Militar, 1904, p.81

²²⁰*Boletim Oficial do governo da província de Cabo Verde* nº 23 de 04 de Julho de 1904 p. 134

²²¹Ofício nº 358 de 29 de Outubro de 1904 do governo da província de Cabo Verde para os ministro e secretário de Estado dos negócios da Marinha e Ultramar. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 127

«por detrás das casacas e fardas do elemento oficial, a parede de mais de dois mil famintos, nós, esqueléticos [...]. Por toda a parte o aspecto era o de casas de que só restavam as paredes [...] mas sem vestígios de uma porta, de um barrote, uma fechadura ou qualquer coisa que tivesse um valor venal. Porque tudo, mesmo homens e mulheres, se vendia ou trocava por aquisição de alimentos»;²²²

não esqueçamos que a chegada deste oficial do exército se deu nos piores meses da crise e porventura no ano mais gravoso da mesma, 1903 que teve um expressivo impacto demográfico em Cabo Verde.

Não seria necessário um estudo muito profundo para se imaginar que a demografia do território experimentou, mercê das crises, os seus maiores movimentos oscilatórios populacionais. No gráfico da *Figura 8* observamos como se comportaram esses movimentos ao longo de crises registadas antes e depois da que estudamos.

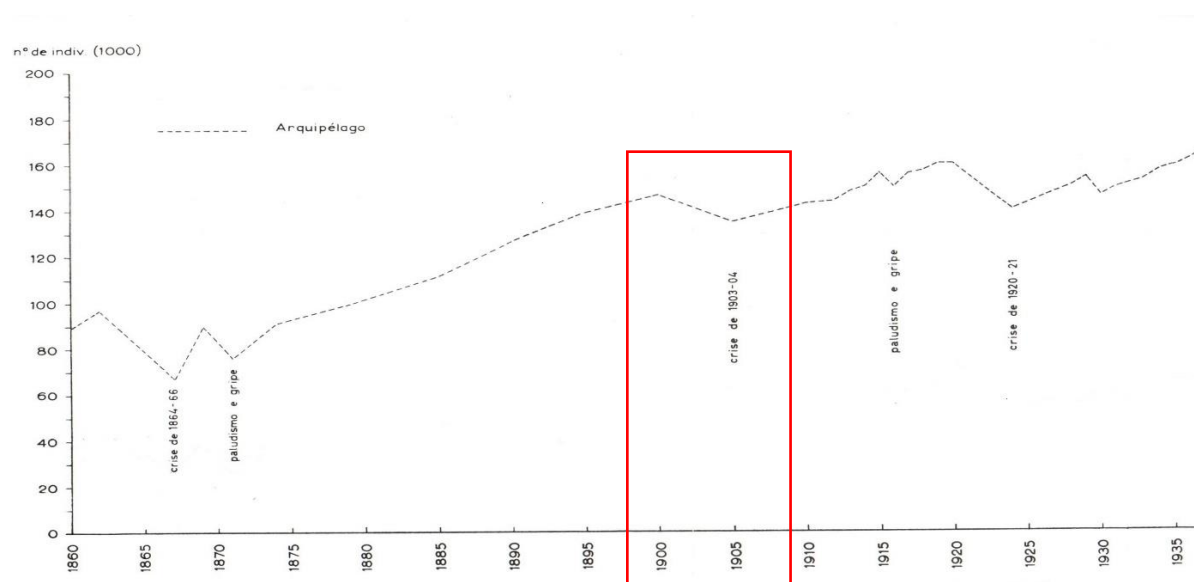


Figura 8 - Movimentos demográficos oscilatórios induzidos pelas crises em Cabo Verde (1860-1935)

Fonte: Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*, pp. 212-213

A conclusão a que podemos chegar com este gráfico é que desde as últimas duas crises registadas na segunda metade do século XIX (embora a segunda delas se tenha ficado a dever a epidemias), o crescimento populacional foi sempre ascendente até ao início da crise de 1901-1904, no século seguinte. Ou seja, Cabo Verde passou então de cerca de um pouco menos de 70 000 habitantes, desde sensivelmente 1867, para um pico de perto de 150 000 à entrada da primeira crise do novo século. E o que é mais assinalável é a grande capacidade de recuperação populacional após cada episódio grave de secas e fomes prolongado no tempo. Amaral faz notar que na crise de 1902-1903 (que não inclui todos os anos do nosso estudo) a mortalidade em Santiago afectou sobremaneira o

²²² Amaral, Ilídio do, *Santiago de Cabo Verde, A terra e os homens*. Lisboa, Tipografia Minerva, 1964, p.209

grupo etário de entre 45 a 50 anos e entre este os homens mais do que as mulheres (Amaral, 1964, p. 213). Já quanto à recuperação populacional nos períodos entre crises de secas, o mesmo autor justifica-as com vários factores: «liberdade sexual precoce», «vida de mancebia», as mulheres que podiam ter filhos de vários homens sem que isso constituísse um sinal de «aviltamento» para a mulher, os homens que ao amancebarem-se com outra mulher tomam conta dos filhos destas como se fossem seus, verificando-se o mesmo para as mulheres. Ou seja, a poligamia «é uma espécie de orgânica social» onde «os filhos representam um capital» e por isso se procura a sua multiplicação (Amaral 1964, p.224). Mas não se deve olhar para o arquétipo familiar da sociedade cabo-verdiana no início do século XX como resultando de um constructo igual ou semelhante ao de uma típica sociedade europeia em que se incluía Portugal continental. Claro que esta situação tem grandes desvantagens no que concerne especialmente aos nascimentos ilegítimos, isto é, os que não eram, em Cabo Verde, objecto de qualquer registo eclesiástico e que representavam cerca de 50% de todos os nascimentos ocorridos na província. Por isso não são absolutamente seguros quaisquer números que sejam apontados quer para óbitos, durante as crises, quer para nascimentos fora delas uma vez que uma parte não despidiêda de uns e de outros, como já vimos, não eram objecto de registo.

Pela curva observada no gráfico da *Figura 8*, podemos concluir que a evolução e expansão demográfica ficou sempre a dever-se ao «crescimento natural» em Cabo Verde, e isso justifica o largo excedente de nascimentos em relação aos óbitos ocorridos, sendo que, nessa evolução, os fluxos de saídas para a emigração acabariam por não ter um peso muito relevante na diminuição populacional (Amaral, 1964, p. 241). Abaixo apresenta-se a *Tabela 3* com a evolução demográfica de Cabo Verde no intervalo temporal de 1882 a 1919. Verifica-se que, pese embora o crescimento populacional, Cabo Verde só em 1909 se conseguiu acerrar do contingente verificado quase uma década antes, em 1900, mesmo assim, posicionando-se a 5081 habitantes desse objectivo. Este facto diz muito sobre o impacto que a crise que estudamos teve sobre o efectivo populacional global do arquipélago. A década seguinte foi de clara ascensão populacional, chegando-se ao final de 1910-1919 a um registo populacional total de 159.907, conforme se pode verificar na *Tabela 3*.

ANO	SOTAVENTO		BARLAVENTO		TOTAL GERAL	PROPORCIONALIDADE DE SEXOS (relação mulheres/homens)		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	(H+M)	SOTAVENTO	BARLAVENTO	ARQUIPÉLAGO
1882	30 486	38 109	16 588	18 608	103 761	125,1	112,2	120,5
1888	36 937	43 890	18 567	21 723	121 127	118,8	117,0	118,2
1891	39 252	46 060	20 220	22 300	127 832	117,3	110,3	114,9
1898	42 711	50 694	23 396	25 736	142 537	118,7	110,0	115,0
1900	43 917	49 785	24 876	28 846	147 424	113,4	116,0	114,3
1905	37 390	44 548	23 859	23 396	134 193	119,1	119,1	119,1
1909	40 152	48 595	24 775	28 821	142 343	121,0	116,3	119,2
1919	45 670	51 438	28 999	33 800	159 907	112,6	116,5	114,2

Tabela 3 - Evolução demográfica de Cabo Verde entre 1882-1919

Fonte dos dados: Carreira, António, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, p.15

5.4 – A crueza trágica dos números da crise de 1901-1904

O impacto da mortalidade da crise de estiagem de 1901-1904 em Cabo Verde, pode aferir-se, por comparação com os últimos quatro anos do século XIX (1896-1899) e o primeiro ano do século XX (1900), anos que não foram categorizados nas fontes e bibliografia consultadas, como de crise, mas sim como um período em que as estiagens se acentuaram gradualmente deteriorando as condições de vida no arquipélago face à débil produção agrícola, factos que, como vimos, iriam assumir maior gravidade no período que trabalhamos, esse sim, categorizado já como de crise de secas e fomes.

MORTALIDADE NO ARQUIPÉLAGO DE CABO VERDE EM 1896-1900										
Ano	ILHAS									Mortalidade anual/arquipélago
	Santiago	Maio	Fogo	Brava	São Vicente	Santo Antão	São Nicolau	Sal	Boavista	
1896	1451	37	186	246	149	412	226	26	61	2794
1897	2068	36	192	265	291	507	254	5	64	3682
1898	2112	46	280	152	224	514	256	4	86	3674
1899	1913	30	280	110	203	546	266	6	32	3386
1900	1593	41	248	130	207	413	221	5	28	2886
Mortalidade total / Ilha	9137 ²²³	190	1186	903	1074	2392	1223	46	271	Mortalidade total no arquipélago / 5 anos
% global / Ilha 5 Anos	55,65	1,16	7,22	5,50	6,54	14,56	7,45	0,28	1,65	16 422

Tabela 4 - Mortalidade no arquipélago de Cabo Verde em 1896-1900

Fonte dos dados: *Boletim Sanitário do mês de Junho de 1901. Publicação no Boletim Oficial do governo da província de Cabo Verde nº 2 de Janeiro de 1903, Suplemento nº 1, p.p. 9,10*

Do conjunto global de óbitos registados em Cabo Verde nos anos da crise de 1901-1904, convém adiantar desde já que uma parte deles aconteceram nos hospitais ou nos albergados nos lazaretos do arquipélago, especialmente na cidade da Praia. O dr. Costa Lereno resume que o elevado número de mortes provocadas por um conjunto de doenças que assinala se ficaram a dever à acumulação de famintos precisamente nos lazaretos, em especial na cidade da Praia, bem como às condições de «péssima higiene» e «promiscuidade» nestes locais onde se aglomeravam os «famintos».²²⁴ Por outro lado também dá nota de que a cidade da Praia era à data um dos pontos mais insalubres da província²²⁵, o que de certeza concorreria para as mortes registadas na capital da província. Adianta também uma outra explicação para o facto de o concelho da Praia ter o maior índice de

²²³ O *Boletim Sanitário* apresenta uma diferença não justificada de +5 óbitos em relação à soma parcelar/ano para Santiago.

²²⁴ Lereno, A.M.Costa, *Relatório do serviço de saúde de Cabo Verde referente ao ano de 1904*. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 148-1L, p.5

²²⁵ Idem, p.6

mortalidade da província e da forma como isso pesou nos anos de 1903 e 1904: a muita gente que veio de fora à procura de socorros alimentares. E lembra como por exemplo a mortalidade superou em 554 por mil a população fixa da freguesia de N^a Senhora da Graça²²⁶ no primeiro dos dois anos. Em 1904 reduziu um pouco, para 363,7 por mil.

No *Relatório Anual do Serviço de Saúde de Cabo Verde* referente a 1904 Lereno sustenta que o que mais afecta a população nas crises de secas e fomes é a «má alimentação» que atinge o aparelho digestivo provocando «depauperamento» que, por sua vez, conduz a muitas outras doenças. E reitera que na base de tudo, doenças e mortalidade, está a «má alimentação» que resultou da crise alimentícia que estudamos.²²⁷ Acreditamos que este termo utilizado por Costa Lereno («má alimentação»), seria apenas um eufemismo para evitar escrever no seu relatório *ausência quase completa de alimentação* pois era o que realmente acontecia no território cabo-verdiano, apesar de, em 1904, a mortalidade nos hospitais e lazaretos ter sido de menos 62,63% de óbitos em relação ao ano mais mortífero, o de 1903.²²⁸

O *Relatório* que reporta ao ano de 1904, e que regista também dados de 1903, põe em relevo, segundo Lereno, as discrepâncias observadas nos óbitos lançados nos registos paroquiais e apresenta o que considera corresponder à realidade do que se passou em Cabo Verde nos dois anos mais gravosos. Escreve também que aos 12 002 óbitos lançados nos registos paroquiais, só em 1903, é preciso acrescentar mais de 2 000 que foram enterrados ou queimados pelas *achadas* da ilha de Santiago sem serem objecto de qualquer menção parecida com um registo.²²⁹ Por isso optámos aqui pela inserção da Tabela 4 com os dados do responsável do Serviço de Saúde de Cabo Verde e, mais abaixo, inserimos o Gráfico 5 com os dados oficiais do governo do arquipélago.

O que fica dito nas conclusões de Costa Lereno sobre as causas da mortalidade é que elas foram determinantes para o número de óbitos verificados ali, uma vez que, não tendo perecido por inanição nos seus locais de origem no interior, vieram a ser vitimadas nos locais onde a alimentação disponível, para além de se resumir a pouco mais do que um caldo onde boiavam uns bagos de milho, não conseguia, mesmo assim, chegar aos milhares de pessoas que se acumulavam quer no concelho da Praia quer mesmo no de Santa Catarina, onde muitos pereciam pelas ruas. E nem mesmo aqueles que conseguiam resistir a tão deficiente alimentação evitavam sucumbir mais tarde ou mais cedo por doenças associadas à péssima nutrição.

²²⁶ Idem, p.p.27,29

²²⁷ Idem, p.3,26

²²⁸ Idem, p.p.28 e seguintes

²²⁹ Idem

Costa Lerenó dá como adquirido que a crise de secas e fomes em Cabo Verde foi «fechada» em 31 de Dezembro de 1904²³⁰ porque, no seu entender, o ano de 1904 terá sido «um dos mais chuvosos que houve nestes últimos 10 anos»,²³¹ augurando-se por isso boas colheitas.

Os registos oficiais da mortalidade em Cabo Verde, para cada um dos anos de duração da crise, são algo fragmentários e mesmo, regra geral, discordantes (vide página anterior). Apesar disso, quem sobre eles escreveu apoiou-se nos números paroquiais que, como vimos, são largamente deficitários uma vez que não têm em conta os óbitos que nunca foram comunicados pelas razões já expostas anteriormente. Por outro lado, Senna Barcellos, por exemplo, é a única fonte bibliográfica que apresenta valores para o ano de 1901, mas somente para a ilha de Santiago. Carreira segue, por via de regra, os dados que Costa Lerenó inscreve nos relatórios do Serviço de Saúde de Cabo Verde para 1903 e 1904, baseados igualmente nos paroquiais e majorados segundo a percepção que Lerenó teria da realidade da mortalidade que acontecia pelo território, uma parte dela objectivamente ignorada pelas autoridades por ser de quase impossível contabilização. De salientar também que não nos foi possível encontrar qualquer documentação ou relatórios do Serviço de Saúde referentes aos anos de 1901 e 1902. Para estes dois anos o resultado da nossa investigação apenas conseguiu aceder a valores fragmentários colhidos em bibliografia consultada. O governador Barjona de Freitas, apresentou em sessão na Sociedade de Geografia de Lisboa em 1905, os números da mortalidade para os anos de 1902 a 1904; segundo ele teriam perecido, em 1902, em consequência da crise alimentícia, 2.168 pessoas, avançando, para 1903 e 1904, os valores de 10.116 e 5.391 pessoas respectivamente.²³² Na verdade estes valores tornam-se pouco credíveis face aos fornecidos por Costa Lerenó, António Carreira, ou mesmo Barcellos, por isso os trazemos aqui apenas para realçar que, no fundo, será difícil chegar a dados precisos da mortalidade provocada pela crise de secas e fomes de 1901-1904 em Cabo Verde.

Na *Tabela 5* indicamos os dados globais do obituário no arquipélago registados pelo responsável do Serviço de Saúde de Cabo Verde para 1901, 1903 e 1904, sendo que os dois últimos foram aqueles que concentraram o maior índice de mortalidade. Ao mesmo tempo, e por não termos conseguido qualquer registo da mesma fonte para 1902, admitimos que, de acordo com o recenseamento efectuado nesse ano,²³³ a mortalidade não tenha sido muito diferente da de 1901 uma vez que o efectivo populacional do arquipélago é semelhante para os dois anos,²³⁴ embora não possamos deixar de considerar diferenças anuais resultantes de algum crescimento natural da

²³⁰ Idem, p.28

²³¹ Idem, p.3

²³² Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.67

²³³ *Boletim Oficial da província de Cabo Verde*, nº 14 de 1903, p.291. Recenseamento referido a 1902

²³⁴ *Boletim Oficial do governo da província de Cabo Verde* nº 23 de 1903, Suplemento nº 11

população. Em relação aos dados que são indicados para 1902, estes foram migrados de A.Carreira; o historiador diz terem origem em *anuários*.²³⁵ Os restantes foram extraídos dos relatórios anuais de 1903 e 1904 do Serviço de Saúde de Cabo Verde.

MORTALIDADE GLOBAL EM CABO VERDE: CRISE DE 1901-1904	
ANO	ARQUIPÉLAGO / ÓBITOS
1901	4777
1902	3671
1903	14000
1904	9640
Total	32088

Tabela 5 - Mortalidade global no arquipélago de Cabo Verde na crise de 1901-1904 (dados Costa Lereno) e (A.Carreira para 1902).

Fontes: Lereno, A.M.Costa, *Relatórios do Serviço de Saúde de Cabo Verde relativos aos anos de 1903 e 1904*. AHU-ACL-SEMU-DGU, cx 148-1L. Carreira, António, *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, p.67.

De notar também que uma parte dos valores da mortalidade inscritos por Lereno são estimados por si próprio sem tradução nos *Boletins Oficiais*. A partir da da *Tabela 5*, acima, podemos confrontar os números da mortalidade global no arquipélago, para o período de 4 anos da crise de 1901-1904, com os que encontramos na *Tabela 4* (16.422 óbitos para um período de 5 anos, de 1896 a 1900). Fica a descoberto a dureza desta crise que devastou mais do dobro da população cabo-verdiana (51,18% em apenas 4 anos) em relação ao lustro que a precedeu, sendo, como já dissemos, que tal mortalidade se verificou particularmente nos anos de 1903 e 1904 e se elevou, só nesse biénio, a 73,67% do total dos 4 anos da crise de secas e fomes.

Carreira queixava-se de que os números publicados nos *Boletins Oficiais* «são elementos sem sequência e falhos de continuidade» (Carreira,1984, p.66). Só podemos concordar com o historiador. Em todo o caso, não deixamos de os trazer aqui apresentados nos *Gráficos 1 e 2* para o ano de 1903 (o ano mais contundente), e no *Gráfico 5* para o total da crise no mesmo ano, não sendo concordantes, como já tínhamos visto, com outras fontes.

Os *Gráficos 1 e 2* comparam a distribuição do obituário no Sotavento e Barlavento. O *Gráfico 3* compara a forma como o obituário da população cabo-verdiana, durante a crise, foi desigualmente distribuído por grupo de ilhas e por grupo social. Mas devemos ter em conta que a mortalidade verificada, em proporção, não se pode analisar desligada do contingente populacional existente em cada ilha ou grupo de ilhas.

²³⁵ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.67

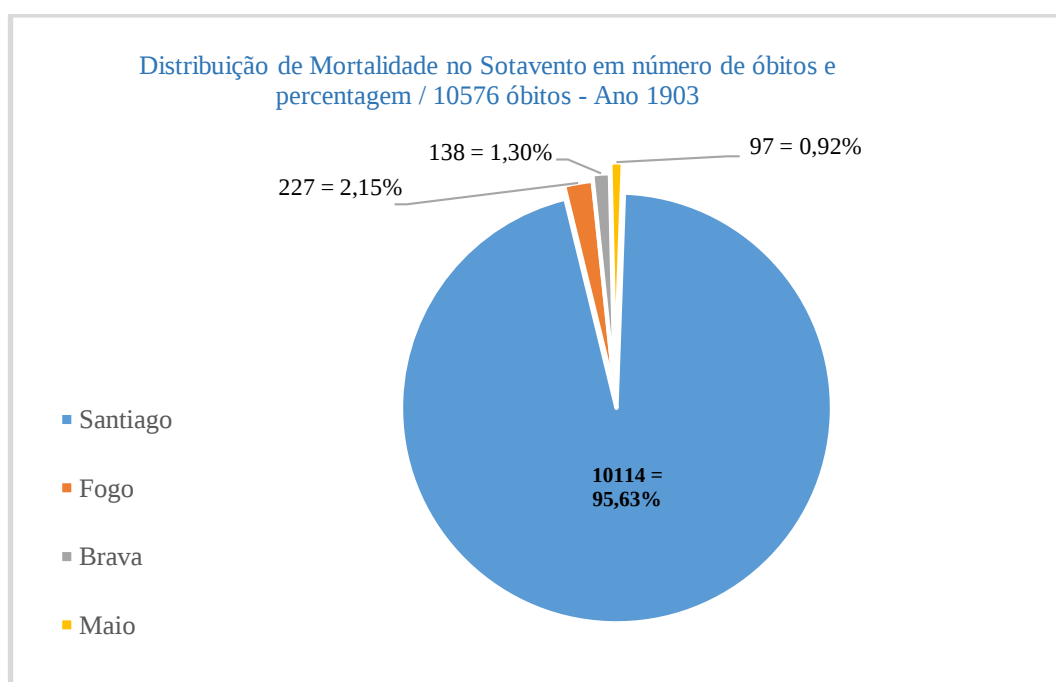


Gráfico 1 - Fonte de dados: *Suplemento ao Boletim Oficial do governo de Cabo Verde nº 50 de 1904 e suplemento ao Boletim Oficial nº 6 de 1905*

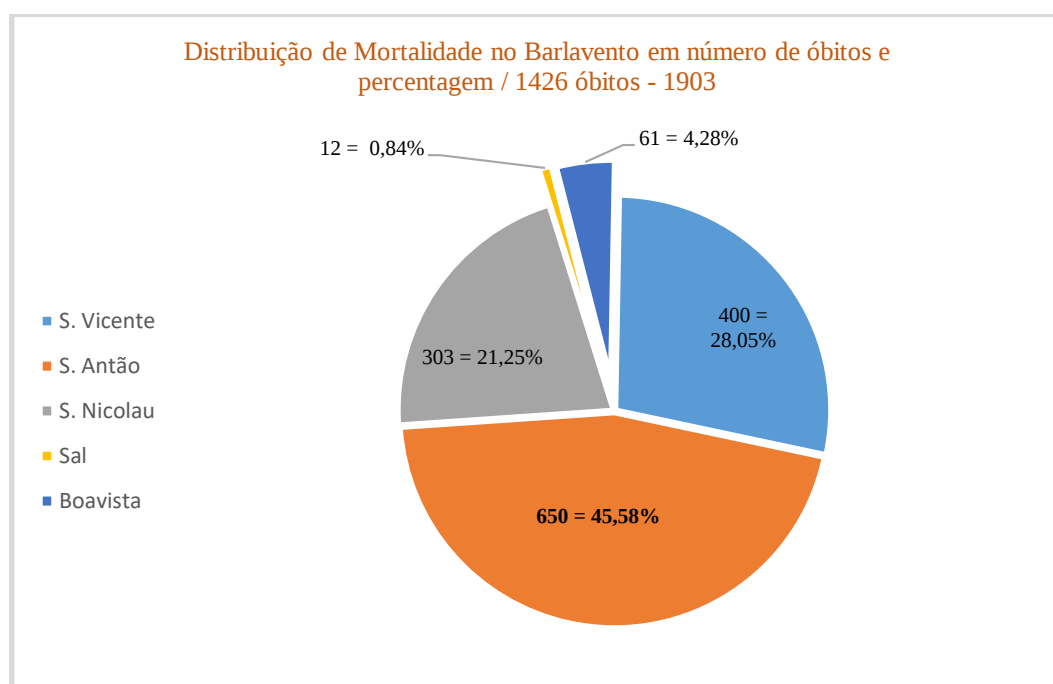


Gráfico 2 - Fonte de dados: *Suplemento ao Boletim Oficial do governo de Cabo Verde nº 50 de 1904 e Suplemento ao Boletim Oficial nº 6 de 1905*

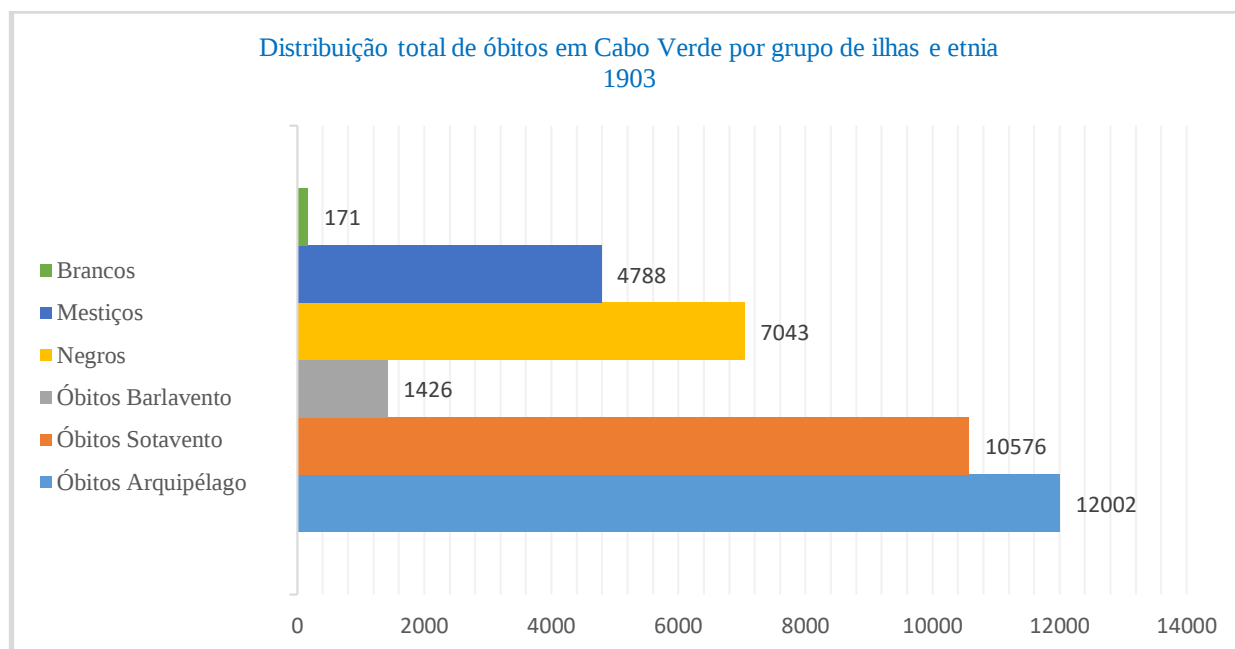


Gráfico 3 - Fonte de dados: *Suplemento ao Boletim Oficial do governo de Cabo Verde* nº 50 de 1904 e *Suplemento ao Boletim Oficial* nº 6 de 1905

No *Gráfico 3*, todos os dados foram colectados dos *Boletins Oficiais*. Pese embora a nossa investigação não tenha conseguido localizar, nas fontes primárias, mais dados oficiais para os restantes anos da crise, optámos por mesmo assim apresentar apenas o ano de 1903 que é um ano nuclear para a crise estudada. Quanto à mortalidade estimada (que não se inclui neste gráfico), apenas podemos conjecturar que se verificou principalmente em Santiago, pois foi nessa *ilha-mártir* onde se contabilizou a maioria dos óbitos produzidos pela crise e pelas doenças derivadas da mesma.

Mas devemos detalhar um pouco mais o que os gráficos não conseguem transmitir. A distribuição percentual da mortalidade, por etnia, no grupo do Sotavento, foi a seguinte: 64,75% para a etnia negra, (maioritariamente na ilha de Santiago); 34,40% para os mestiços; 0,85% para os brancos. No grupo do Barlavento o obituário foi bastante inferior: 13,67% para a etnia negra; 80,65% para a etnia mestiça e 5,7% para a branca. A primeira conclusão que estes dados nos oferecem é a de que foi no grupo de ilhas do Sotavento onde se registou a maior mortalidade em relação ao arquipélago; no Barlavento quedou-se por pouco menos do que 1/7 da verificada no Sotavento. A segunda conclusão relevante é que no Sotavento foi a etnia negra a mais atingida pela crise, seguida da mestiça. As diferenças populacionais, por etnia, registadas no Sotavento e Barlavento justificam que neste segundo grupo de ilhas tenham sido os mestiços a registar uma mortalidade maior, tal como os brancos, aliás, pese embora o total de óbitos para a etnia branca não ande longe do que seria normal mesmo sem a ocorrência de qualquer crise.

Para o conjunto do arquipélago, a distribuição da mortalidade por etnia seguiu a tendência percentual da ocorrida no Sotavento (neste grupo de ilhas a etnia negra era maioritária): 58,68% na etnia negra; 39,89% na mestiça e 1,43% na branca. Quanto à proporcionalidade de óbitos masculinos e femininos, não existiu diferença assinalável.²³⁶

Estes valores levam-nos para a conclusão de que a etnia negra foi a mais duramente atingida pela crise, visto ser, por razões históricas, a que menos recursos possuía para resistir à fome e às doenças dela derivadas.

Várias são as razões que podem explicar as diferenças da mortalidade em Cabo Verde. Desde logo o facto de o Sotavento, à entrada do século XX, apresentar um total de 63,56% da população de Cabo Verde, sendo que, só por si, a ilha de Santiago detinha 69,31% dessa população e 44,05% do total da província. Depois, os diferentes regimes de exploração agrícola no Barlavento, baseados no sistema alodial que facilita a posse de pequenas parcelas de terra e a sua exploração agrícola pela população mestiça, em comparação com o Sotavento, onde se verificava o oposto, predominando o latifúndio e a maior presença de população assalariada de etnia negra a trabalhar em terras detidas por proprietários, na maior parte das vezes absentistas, e para quem um regime *híbrido*, com fortes reminiscências do morgadio, significava a manutenção de um vínculo dos proprietários a uma posição social mais elevada e que vivia quase só de rendas. Acresce também o facto de que algumas ilhas (não todas) do Barlavento possuíam uma melhor aptidão agrícola resistindo por isso também melhor às crises, o que não se verificava sempre no Sotavento, mesmo que fosse aqui, neste grupo, que se conseguia uma maior escala produtiva quando as condições eram propícias para tal. No Barlavento situavam-se também algumas infra-estruturas produtivas não agrícolas, nomeadamente o *porto grande* e o tráfego marítimo ali realizado para exportação de carvão, mas igualmente a exploração de sal em salinas privadas ou do Estado, ou mesmo o recrutamento de mão de obra para os navios baleeiros norte-americanos que por ali passavam para abastecer. Estas infra-estruturas, ou actividades, umas mais sazonais do que outras, acabavam por funcionar como *almofada* que ajudava a tolerar melhor as crises pelo grosso da população mais pobre que ia encontrando por essa via alguma fonte de rendimento, embora isso também acabasse por se esfumar quando as crises se prolongavam no tempo, restando então, como única alternativa, a emigração para o estrangeiro, tradicional, aliás, entre as populações de algumas ilhas do Barlavento, nomeadamente a Brava.

De resto, para além dos trabalhos públicos que iam sendo abertos a conta-gotas pelo governo provincial e que davam trabalho a uma reduzidíssima parte de quem não tinha outros recursos para

²³⁶ Valores para cálculo de percentagens colectados no *Suplemento ao Boletim Oficial do governo da província de Cabo Verde*, nº50 de 1904 e *Boletim Oficial do governo da província de Cabo Verde*, nº 6 de Fevereiro de 1905.

sobreviver, a emigração para São Tomé e Príncipe, EUA ou outros países mais próximos ou longínquos, mais nenhum outro rendimento estava ao alcance dos cabo-verdianos em tempos de crises severas como foi a de 1901-1904. E este facto clarifica de certa maneira os grandes números da mortalidade das crises a que se juntava a quase total falta de planeamento do Estado português no que concerne à elaboração de planificação prévia para lhes fazer face. E nem sequer se poderia alegar o desconhecimento sobre as mesmas uma vez que se registavam desde 1580 (Carreira, 1984, p.17).

É evidente que não podemos julgar factos ocorridos há alguns séculos atrás à luz do conhecimento histórico e científico que hoje está colocado à disposição do ser humano. As secas continuam ainda a ser uma realidade em Cabo Verde na contemporaneidade. Felizmente que as ferramentas para as enfrentar são hoje diversas do que eram no início do século XX. Apesar disso, comparando por exemplo, a mortalidade da crise que estudamos com a da crise de 1941-1943, em meados do século XX, separadas entre si por quase quatro décadas, a diferença entre uma e outra cifra-se em mais 4 111 óbitos ocorridos durante a segunda, considerados os dados de Lereno e Carreira constantes na nossa *Tabela 5* e os dados que Carreira aponta para 1941-1943.²³⁷ Isto pode de certo modo traduzir a dificuldade evidenciada pelo Estado português, nomeadamente já no período do *Estado Novo*, em lidar com a questão das crises de secas e fomes em Cabo Verde, pese embora toda a experiência acumulada ao longo de séculos.

²³⁷ Carreira, António, - *Cabo Verde (Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX)*, 2ª ed. Lisboa: Ulmeiro, 1984, p.124

Conclusão

Propusemo-nos com esta dissertação, investigar e trabalhar o tema das *Secas e fomes em Cabo Verde no alvorecer do século XX. A crise de 1901-1904 - causas e consequências*. Iniciámos a investigação já com uma razoável convicção, após lida bastante bibliografia, de que esta crise tinha sido uma das mais graves no arquipélago de Cabo Verde. Digamos que isso foi confirmado.

O percurso historiográfico escolhido pretende evidenciar a constância das crises pelas quais passou o território. Procurou-se que, sem ser a principal preocupação, isso estivesse patente no nosso trabalho uma vez que estas foram acontecendo pendularmente e arrastando consigo sempre, ou quase sempre, o mesmo tipo de problemas, pese embora a passagem dos séculos desde o registo da primeira em 1580 e o conhecimento de que delas foi ficando. Mas na verdade parece ter existido continuamente «uma relação sistémica [conflituante] entre a acção humana e o clima»²³⁸ que nunca foi capaz de conduzir Cabo Verde a um equilíbrio desses dois vectores que ajudasse assim a transformar o paradigma secular consolidado na vida do arquipélago e onde as crises de secas e fomes determinavam sempre as mesmas consequências num quadro de causas climáticas semelhantes.

A causa primária das crises de secas está bem identificada em todas as fontes consultadas e bem patente na bibliografia que entretanto foi sendo publicada pela mão de vários autores que ao seu estudo se dedicaram fosse em termos historiográficos, climáticos, geográficos, antropológicos ou apenas estruturais.

No arquipélago de Cabo Verde foram ensaiadas algumas tentativas para contrariar a recorrência das secas; talvez a mais consistente tenha sido a da sempre desejada arborização, tantas vezes iniciada e outras tantas vezes falhada. Nenhuma medida, por mais bem pensada que fosse, o que raramente acontecia, conseguiu alguma vez romper a esterilidade que ciclicamente se abatia sobre o território devido ao efeito primário da falta de chuvas ou da sua ocorrência em quantidade insuficiente.

Por via de regra, o governo local não fazia qualquer tipo de planeamento prévio para resistir melhor às secas e aos seus efeitos que, sabia-se, iriam inelutavelmente anunciar-se quando a «estação das chuvas» não libertasse água suficiente para que as sementeiras fossem feitas ou para sustentar o seu necessário desenvolvimento. Nessas alturas, lançava-se mão das mesmas medidas paliativas de sempre mas manifestamente incapazes de evitar as condições gravosas que atingiam as populações ao

²³⁸ Sant'na, Helena; Serra, Fernando, Fernando, *Práticas alimentares, economia e epidemias: uma visão sintética de Cabo Verde entre meados do século XIX e inícios do século XX*. Actas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné Bissau. Percursos do Saber e da ciência. IICT-Instituto de Investigação Científica e Tropical e ISCSP-UTL-Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa Lisboa, 2012, p.14. [Consultado em 14 de Junho de 2020]. Disponível em: <https://coloquiocv.gb.files.wordpress.com/2013/06/p07c01-helena-santana.pdf>

fim de pouco tempo: «trabalhos de crise», distribuição de algumas sopas nos principais centros populacionais, muitas vezes só possível com ajuda privada recolhida no continente ou mesmo junto das comunidades de portugueses radicados no estrangeiro, abertura de lazaretos para albergar os designados «inválidos», isto é, aqueles cujo estado de inanição e doença por ela provocada já não lhes permitisse sequer deslocarem-se para procurar algum alimento. O notório e insuficiente alcance destas medidas conduziu o governo local e central, durante o mandato do governador Paula Cid, a urdirem medidas mais drásticas para libertar o arquipélago de Cabo Verde de população, e em especial a ilha de Santiago, vendo isso como única e drástica medida para iludir a mortalidade que se agigantava no rasto da falta de objectividade e alcance das medidas paliativas para a obviarem. A restante população, aquela que não conseguia aceder ao escape da emigração, mesmo à *forçada*, e que era a esmagadora maioria, não tinha como aceder a um local onde lhes pudesse ser proporcionado algum apoio alimentar no interior das ilhas mais afectadas. Estes ficavam por isso entregues à sua sorte que, em milhares de casos, não teve, como vimos, um bom desfecho em termos demográficos.

A determinada altura da nossa investigação consolidou-se a ideia de que Cabo Verde era já visto, ao tempo, por alguma imprensa do continente, nomeadamente pelo jornal *O Comércio do Porto*, como uma sobrecarga para o défice do orçamento do Estado português, embora este jornal reconhecesse à província em causa potencial económico que infelizmente não estava a ser desenvolvido.²³⁹ Daí talvez se possa inferir que o *abandono* a que os governos da monarquia constitucional tinham votado o território, era por demais evidente. Em boa verdade é preciso dizer que as crises, genericamente, dada a sua constância, tornaram-se numa significativa barreira ao desenvolvimento efectivo do arquipélago pois desviaram recursos, atenção e prioridade de acção, para além de ceifarem vidas, e isto teve como consequência também um custo económico que foi agravado pela inacção governativa, para além, claro, dos reflexos negativos prolongados no tempo, que duravam anos após uma crise como a que estudamos, dos pontos de vista da recuperação social e demográfica.

Julgo que a nossa a nossa investigação deixa bem plasmado nesta dissertação que, enquanto potência colonial, Portugal nunca foi capaz de resolver, de forma pensada, os problemas de Cabo Verde e que também obliterou muita da sua responsabilidade para com as populações cabo-verdianas afectadas pelas crises, para além de se evidenciar pouco apostado no seu desenvolvimento económico, mas também no que concerne aos sectores não directamente relacionados com a agricultura, como por exemplo a exportação de carvão feita a partir do Mindelo cujo porto carecia de melhores condições operacionais face à forte concorrência de outras potencias coloniais presentes naquelas regiões de

²³⁹ Jornal *O Comércio do Porto* de 16 de Agosto de 1902, p.1

África ocidental. E não podemos esquecer que o movimento do *porto grande* e, em boa parte, a actividade relacionada com a exportação de carvão, chegaram a representar, só por si, cerca de metade das receitas do orçamento de Cabo Verde.

Em resumo: julgo que esta dissertação deixa claro duas ideias importantes que sublinham bem o quanto as crises de secas e fomes, e em concreto a de 1901-1904 que estudámos, nos trazem do ponto de vista do conhecimento que as autoridades portuguesas tinham sobre o território da província de Cabo Verde e de como lidaram com esse conhecimento para ultrapassar as dificuldades que tais crises lhes colocavam. Desde logo a dificuldade em romper com uma matriz económica baseada num modelo fundiário de exploração da terra, que vinha de antanho, assente numa dualidade homem-clima e que até ao romper do século XX se manteve praticamente intacta nas ilhas. Talvez daí a persistência do aforismo popular cabo-verdiano: «o melhor governador e o melhor bispo de Cabo Verde são as chuvas».²⁴⁰ Depois, o facto de, após a crise que abordámos, a tendência para o agravamento das subseqüentes ter vindo sempre em crescendo, em termos da mortalidade registada, prolongando-se mesmo durante o período do *Estado Novo* nos anos 60, ou seja, já na segunda metade do século XX, sem que se identificassem grandes diferenças na forma como o Estado português lidou com as questões e debilidades relacionadas com as crises de secas e fomes em Cabo Verde em períodos historiográficos de características assaz diferentes.

Já o dissemos na *Introdução* deste trabalho; a nossa atenção dirigiu-se especialmente para o aprofundamento de uma crise de secas e fomes, em concreto, registada num período temporal definido, tendo-se procurado analisar os seus efeitos sobre território e população e como por parte das autoridades locais e centrais, se reagiu a isso. Pode sempre argumentar-se que não conseguimos saber o que fizeram outras potências coloniais em circunstâncias idênticas, mas essa será com certeza uma linha de investigação a ser retomada para se poder aferir mais nitidamente sobre a actuação do Estado português em Cabo Verde, quanto a esta temática, e porventura de como os seus constrangimentos ou opções político-financeiras para Cabo Verde se revelaram ou não à altura do que devia e podia ter sido feito nesta província para impedir que o quadro das crises de secas e fomes se tivesse podido mostrar à evidência, como mostrou, com cores tão carregadas e sombrias.

²⁴⁰ Sant'na, Helena; Serra, Fernando, *Práticas alimentares, economia e epidemias: uma visão sintética de Cabo Verde entre meados do século XIX e inícios do século XX*. Actas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné Bissau. Percursos do Saber e da ciência. Lisboa, IICT-Instituto de Investigação Científica e Tropical e ISCSP-UTL-Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa, 2012, p.14 [Consultado em 14 de Junho de 2020]. Disponível em: <https://coloquiocvgb.files.wordpress.com/2013/06/p07c01-helena-santana.pdf>

Fontes e Bibliografia

Fontes impressas:

- Arquivo Histórico Ultramarino
 - *Boletim Oficial do governo da província de Cabo Verde*, 1900-1907
 - Cx.127, (AHU_ACL_SEMU_DGU_1R), Correspondência recebida de Cabo Verde, 1901-1904
 - Cx.147, (AHU_ACL_SEMU_DGU_RS), Correspondência recebida de Cabo Verde, 1901-1903
 - Cx.148, (AHU_ACL_SEMU_DGU_RS), Correspondência recebida de Cabo Verde, 1904
 - Cx. 149, (AHU_ACL_SEMU_DGU_RS), Correspondência recebida de Cabo Verde, 1905
 - Cx. 150, (AHU_ACL_SEMU_DGU_RS), Correspondência expedida de Cabo Verde, 1906-1907
 - Cx. 159, (AHU_ACL_SEMU_DGU_2R), Correspondência expedida de Cabo Verde, 1895-1904
 - Cx. 179, (AHU_ACL_SEMU_DGU_3R), Estatísticas Gerais de Cabo Verde, 1901
 - Cx. 180, (AHU_ACL_SEMU_DGU_3R), Estatísticas Gerais de Cabo Verde, 1903
 - Cx. 181, (AHU_ACL_SEMU_DGU_3R), Estatísticas Gerais de Cabo Verde, 1903
 - Cx. 182, (AHU_ACL_SEMU_DGU_3R), Estatísticas Gerais de Cabo Verde, 1904
 - Cx. 183, (AHU_ACL_SEMU_DGU_3R), Estatísticas Gerais de Cabo Verde, 1904

- Cx. 244, (AHU_ACL_SEMU_DGU) Obras Públicas, 1900-1903
- Biblioteca Nacional de Portugal. Periódicos nacionais
 - *Jornal O Século* 1900-1905
 - *Jornal Diário de Notícias* 1900 -1905
 - *Jornal O Comércio do Porto*-1900-1905
 - *Jornal de Notícias*-1900-1905
 - *Jornal O Mundo*-1900 -1906

Outras fontes impressas:

- Boletim Geral das Colónias. Ano XII, nº 136, II Série do Boletim da Agência Geral das Colónias. Lisboa, 1936
- *Cabo Verde – Pequena Monografia*, 2ª edição. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1966

Fontes Digitais:

- Biblioteca Nacional de Portugal
<http://www.bnportugal.gov.pt/>
- Buala- Cabo Verde, História e a continuidade colonial
<https://www.buala.org/pt/cidade/cabo-verde-historia-e-a-continuidade-colonial>
- Casa Comum
<http://casacomum.org/cc/arquivos>
- Assembleia da República, Debates parlamentares, Monarquia Constitucional-1821-1910
<https://debates.parlamento.pt/>
- Hemeroteca Digital de Lisboa da Hemeroteca Municipal de Lisboa
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/>

- ISCP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e IICT – Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa, 2012
https://www.researchgate.net/publication/266672406_PRATICAS_ALIMENTARES_ECONOMIA_E_EPIDEMIAS_UMA_VISAO_SINTETICA_DE_CABO_VERDE_ENTRE_MEADOS_DO_SECULO_XIX_E_INICIOS_DO_SECULO_XX
- Jornal *A Folha de Lisboa*
<https://bndigital.bnportugal.gov.pt/>
- Jornal *O Colonial*
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OColonial/OColonial.htm>
- Jornal *O Ocidente*
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente.htm>
- Memórias de África e do Oriente
<http://memoria-africa.ua.pt/>
- Revista *Serões*
<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Seroes/Seroes.htm>
- Repositório da Universidade de Lisboa
<https://repositorio.ul.pt>
- RUN Repositório da Universidade Nova de Lisboa
<https://run.unl.pt>

Bibliografia:

- ALEXANDRE, Valentim, Coord. *O Império Africano séculos XIX e XX*. Lisboa, Edições Colibri, 2000
- ALEXANDRE, Valentim. *Situações Coloniais: I – A Lenta Erosão do Antigo Regime (1851-1890)*. Em *História da Expansão Portuguesa – Do Brasil para África (1808-1930)*, Volume IV, 1ª edição, Coord. Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti. Lisboa, Círculo de Leitores, 1998

- ALVES, Daniel. *Entre o balcão e a política: os lojistas de Lisboa e o republicanismo (1870-1910)*. Em *Ler História, Repúblicas: Culturas e Práticas*, Nº 59. Lisboa, Associação de Actividades Científicas, 2010
- AMARAL, Ilídio do. *Santiago de Cabo Verde a Terra e os Homens*. Lisboa, Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, 1964
- BARCELLOS, Christiano José De Sena. *Alguns apontamentos sobre as fomes em Cabo Verde desde 1719 a 1904*. Lisboa, (s. n.), 1904
- BERN, Stéphane. *Eu, Amélia, Última Rainha de Portugal*. Porto, Livraria Civilização Editora, 1999
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *A Monarquia Constitucional 1807-1910*. Alfragide, Texto Editores, Lda, 2010
- BRITO, Eduíno. *A população de Cabo Verde no século XX*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1963
- CABRAL, Iva. *A Primeira Elite Colonial Atlântica – Dos homens honrados brancos de Santiago à nobreza da terra*, 1ª edição, Pedro Cardoso Livraria, 2015
- CAPELA, José. *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*, colecção e-boks, 1ª edição. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2010
https://www.africanos.eu/images/publicacoes/livros_electronicos/EB019.pdf
- CARDOSO, Eurico Carlos Esteves Lage, D. *Amélia de Orleans e Bragança – Evocação da Vida e Obra da Última Rainha de Portugal*. Lisboa, edição de autor, 2011
- CARREIRA, António. *Cabo Verde – Aspectos sociais. Secas e fomes do século XX*, 2ª edição. Lisboa, Ulmeiro, 1984
- CARREIRA, António. *Migrações nas ilhas de Cabo Verde*, 1ª edição. Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977
- CARREIRA, António. *Apresentação, notas e comentários a Notícia Corográfica e Chronológica do Bispado de Cabo Verde*. Lisboa, Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1985
- CASIMIRO, Augusto. *Ilhas Crioulas*, Cadernos Coloniais, nº 3. Lisboa, Editorial Cosmos, 1935

- COUTINHO, Lourenço Pereira. *Do Ultimato à República – Notícia e Diplomacia nas Últimas Décadas da Monarquia*. Lisboa, Prefácio-Edição de Livros e Revistas Lda, 2003
- DISNEY, A.R. *História de Portugal e do Império Português*, 2º Volume, 1ª edição. Lisboa, Guerra e Paz editores, 2011
- DURÃES, Margarida. *Amélia de Orleães – A Rainha Mal-Amada*, 1ª edição. Lisboa, Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2019
- LOBO, Andréa. *Construindo paisagens e pessoas. Colonização, espaço e identidades em Cabo Verde*, Anuário Antropológico, Brasília, UnB, 2014.
<https://journals.openedition.org/aa/1421>
- MARQUES, A.H. de Oliveira. (Coordenação). *O Império Africano 1890-1930*, Nova História da Expansão Portuguesa. Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- Martins, Rocha. *História das Colónia Portuguesas*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933
- MORAIS, Jorge. *Regicídio-A Contagem Decrescente*, 3ª edição. Sintra, Zéfiro, 2008
- MORAN, Emílio F. *The Evolution OF Cape Verde's Agriculture*, African Economic History No.11, pp. 63-86. University of Winsconsin Press. 1986.
https://www.jstor.org/stable/3601217?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents
- NETO, Sérgio. *Colónia Mártir Colónia Modelo-Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)*. Lisboa, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009
- OLIVEIRA, Pedro Aires. *A Febre da Partilha*. Em *História da expansão e do império português*, Coord. Costa, João Paulo Oliveira e. Lisboa, Esfera dos Livros, 2014
- PATTERSON, David. *Epidemics, Famines , and Population in the Cape Verde Islands, 1580-1900*”, The internacional Journal of African Historical Studies, Vol 21, pp. 291-313. Boston University African Studies Center.1988
<https://www.jstor.org/stable/219938>
- PEREIRA, Daniel A. *Novos Subsídios para a História de Cabo Verde*. Lisboa, Rosa de Porcelana Editora, 2016
- QUINTINHA, Julião. *África Misteriosa*, 2ª edição. Lisboa, Casa Editora Nunes de Carvalho, 1934

- RAMOS, Rui. *D. Carlos*. Lisboa. Círculo de Leitores, 2006
- RAMOS, Rui. *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, 2ª edição. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2013
- REIS, Célia. *Cabo Verde*. Em Nova História da Expansão Portuguesa, *O Império Africano 1890-1930*, Volume XI, Coord: Marques, A.H. de Oliveira; Serrão, Joel; Marques, A.H. de Oliveira. Lisboa, Editorial Estampa, 2001
- ROMANO, Luis. *Famintos*. 1ª edição. Lisboa, Ulmeiro, 1983
- SARDICA, José Miguel. *Da Monarquia à República-Pequena História Política, social e Militar*. Lisboa, Alêtheia Editores, 2011
- SANT'ANA, Helena; Serra, Fernando. *Práticas alimentares, economia e epidemias: uma visão sintética de Cabo Verde entre meados do século XIX e inícios do século XX*, Actas do colóquio internacional Cabo Verde e Guiné Bissau: Percursos do saber e da ciência. Lisboa, IICT-Instituto de Investigação Científica e Tropical; ISCP-UTL-Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, 2012
- SANTOS, Danilo. *A imagem do Cabo-verdiano nos textos Portugueses 1784-1844*. 1ª edição, Pedro Cardoso Livraria, 2017.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano. *As chaves do período 1890-1930*. Em *História Contemporânea de Portugal: 1808-1820, A crise do liberalismo 1890-1930*, Volume 3, Coord: Teixeira, Nuno Severiano. Direc: Pinto, António Costa; Monteiro, Nuno Gonçalo, 1ª ed. Lisboa, 2014
- VALENTE, Vasco Pulido. *O Poder e o Povo - A Revolução de 1910*, 6ª edição. Lisboa, Alêtheia Editores, 2010
- VASCONCELLOS, Luiz, Loff de, *O Extermínio de Cabo Verde-Pavorosas revelações*, Livraria Editora, 1903

Obras de referência:

- Dicionário de História de Portugal. Coord: Serrão, Joel. Porto, Livraria Figueirinhas, 2005
- História Geral de Cabo Verde. Coord: Albuquerque, Luís; Santos, Maria Emília Madeira. Volume I, 2ª edição. Lisboa e Praia, Instituto de Investigação Tropical e Instituto Nacional de Investigação Cultural, 2001

- Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910. Coord: Mónica, Maria Filomena, Volumes I, II, III. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Assembleia da República, 2005